



**MUNICÍPIO DE ARMAMAR**

**DOCUMENTOS  
PREVISIONAIS**

**ORÇAMENTO MUNICIPAL**

**2016**

CO Planeamento e Controlo de Gestão



*Terra de Emoções  
Land of Emotions*

[www.cm-armamar.pt](http://www.cm-armamar.pt)



## ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO .....	5
PARTE I – RELATÓRIO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL .....	9
CAPÍTULO I - CENÁRIO MACROECONÓMICO .....	9
1.1. Enquadramento internacional.....	9
1.2. Enquadramento Nacional .....	13
CAPÍTULO II – ANÁLISE DA EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DAS FINANÇAS LOCAIS.....	15
2.1. Evolução das receitas e despesas municipais de 2000 a 2014.....	15
2.1.1. Evolução das receitas .....	16
2.1.2. Evolução das despesas .....	19
2.2. Projeção das receitas e despesas municipais de 2015 a 2020.....	21
2.2.1. Projeção das receitas .....	21
2.2.2. Projeção das despesas.....	24
CAPÍTULO III – OBJETIVOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO.....	24
3.1. Visão.....	24
3.2. Missão .....	24
3.3. Política orçamental proposta.....	24
3.3.1. Objetivos estratégicos ou estruturais .....	29
3.3.2 Objetivos operacionais .....	29
CAPÍTULO IV – ELEMENTOS COMPLEMENTARES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS.....	30
4.1. Relação das responsabilidades contingentes.....	30
4.2. Responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais.....	31
4.3. Mapa das entidades participadas pelo Município.....	31
4.4. Quadro plurianual de programação orçamental 2016-2019 .....	32
PARTE II – REGULAMENTO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARMAMAR .....	34
CAPÍTULO I – NORMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL .....	34
1.1. Articulado das medidas para a execução orçamental.....	34
CAPÍTULO I - ÂMBITO E PRINCÍPIOS GENÉRICOS .....	34
Artigo 1.º - Definição e objeto.....	34
Artigo 2.º - Execução orçamental .....	35

Artigo 3.º - Modificações ao orçamento e às grandes opções do plano .....	35
Artigo 4.º - Registo contabilístico.....	35
Artigo 5.º - Gestão dos bens móveis e imóveis do Município.....	36
Artigo 6.º - Gestão de stocks.....	36
CAPÍTULO II - RECEITA ORÇAMENTAL .....	37
SECÇÃO I - PRINCÍPIOS .....	37
Artigo 7.º - Princípios gerais para arrecadação de receitas.....	37
SECÇÃO II - ENTREGA DAS RECEITAS COBRADAS.....	37
Artigo 8.º - Cobranças pelos serviços municipais.....	37
SECÇÃO III - ISENÇÕES E REDUÇÕES.....	38
Artigo 9.º - Isenções e reduções de taxas.....	38
CAPÍTULO III - DESPESA ORÇAMENTAL .....	38
SECÇÃO I - PRINCÍPIOS E REGRAS.....	38
Artigo 10.º - Princípios gerais para a realização da despesa.....	38
Artigo 11.º - Tramitação dos processos de despesa .....	39
Artigo 12.º - Gestão de contratos .....	40
Artigo 13.º - Conferência e registo da despesa .....	41
Artigo 14.º - Processamento de remunerações e outros abonos a pessoal .....	41
SECÇÃO II - AUTORIZAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTOS .....	41
Artigo 15.º - Competências .....	41
Artigo 16.º - Apoios a entidades terceiras.....	42
Artigo 17.º - Apoios às competências materiais dos órgãos das Freguesias .....	42
Artigo 18.º - Assunção de compromissos plurianuais .....	42
Artigo 19.º - Autorizações assumidas.....	43
SECÇÃO III - PROCEDIMENTOS E REGRAS ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA .....	43
Artigo 20.º - Equipamentos e soluções informáticas .....	43
Artigo 21.º - Seguros.....	44
Artigo 22.º - Despesas de deslocação .....	44
Artigo 23.º - Reposições ao Município.....	44
Artigo 24.º - Despesas de representação.....	45
SECÇÃO IV - CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS E PROTOCOLOS .....	45

---

Artigo 25.º - Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos.....	45
Artigo 26.º - Contratos de cooperação e contratos interadministrativos .....	45
Artigo 27.º - Contratos de tarefa e avença.....	46
CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS .....	46
Artigo 28.º - Dúvidas sobre a execução do orçamento.....	46
PARTE III – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO.....	47
PARTE IV – LISTA DE ANEXOS.....	49

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Se há algo que o exercício dos lugares públicos ensina aos seus titulares é que cada decisão, cada opção, tem na sua origem e tem como destinatário último a “pessoa”, isto é, as nossas decisões têm consequências na vida dos que servimos. Sem considerar a “pessoa”, olhando apenas os “modelos” ou os “números”, a Política resume-se a um exercício autofágico despidido de sentido e de real razão; ou um exercício de lógica sem Humanidade, sem valores e sem respeito pela dignidade da pessoa humana – suas aspirações e suas necessidades.

Recordar estes valores centrais de Humanismo na vida pública assume particular importância, pois as condições financeiras e socioeconómicas em que a República hoje se encontra dificilmente poderiam ser piores: Portugal esteve em situação de pré-falência, sob intervenção externa e em recessão económica profunda, com reflexos no desemprego e na degradação da situação social, não obstante haver indicadores cujos resultados alimentam a esperança, nomeadamente de todos aqueles (muitos) que suportaram com grande dificuldade as agruras do ajustamento.

No decorrer dos últimos anos, a gestão financeira dos municípios foi seriamente afetada por um conjunto de fatores externos, dos quais se destaca a crise económico-financeira internacional, causando enormes recessões nos países desenvolvidos no final de 2008 e durante 2009. A crise da dívida soberana nos países do sul da Zona Euro, que forçou Portugal a solicitar assistência financeira à União Europeia (EU) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) (de maio de 2011 a 2014) impôs fortes restrições orçamentais que também se refletiram nos municípios portugueses.

Nos últimos anos, como consequência desta crise, foram implementadas um conjunto de reformas estruturais na Administração Local, das quais se destacam o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), o Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal a qual regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM), Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) que entra em vigor no dia 01 de janeiro de 2017 e a nova Lei de Enquadramento Orçamental que entra em vigor dia 12 de setembro de 2018. Associadas à aprovação de outras Leis com reflexo na administração local (n.º 8/2012 (LCPA), n.º 50/2012, n.º 11-A/2013, etc.), estas reformas implicaram alterações relevantes na distribuição de atribuições e competências entre as entidades da administração local, na composição das receitas, na assunção de compromissos, assim como nas regras de endividamento dos municípios.

Como resultado deste conjunto de reformas, nos últimos três anos o endividamento municipal reduziu significativamente.

As projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) (relatório trimestral apresentado em julho de 2015 pelo FMI) apontam para um crescimento da economia mundial em 2015, de 3,3% (ligeiramente inferior ao registado em 2014), e uma ligeira melhoria em 2016 de 3,8%.

As projeções apresentadas pelo Banco Central Europeu (BCE) para a Zona Euro (relatório apresentado em setembro de 2015 pelo BCE), apontam para uma média da inflação de 0,1% em 2015, aumentando para 1,1% em 2016, atingindo 1,7% em 2017.

Segundo o Banco de Portugal (BP), desde 2013 a economia portuguesa apresenta sinais de recuperação (Boletim Económico apresentado em junho de 2015 pelo BP). A mesma entidade prevê uma aceleração para 1,7% em 2015, após um crescimento de 0,9% do PIB em 2014, seguida de crescimentos na ordem dos 1,9% e 2,0% em 2016 e 2017, respetivamente.

No que toca à evolução das finanças locais de 2000 a 2014 (relatório apresentado em julho pela Universidade do Minho), a receita real dos municípios portugueses, totalizou 7.336 M€ (milhões de euros) em 2014, estando ligeiramente acima do total do ano 2000 (7.290,8 M€) e abaixo do valor registado em qualquer outro ano do século XXI. Apesar da tendência de crescimento verificada de 2000 a 2009, ano em que atingiu o valor mais alto (8.912,4 M€), a receita real total dos municípios diminuiu significativamente até 2014. Quanto à despesa real total, registou em 2008 e 2009 os valores mais altos de sempre, 8.465 M€ e 9.041 M€, respetivamente. A partir de 2009 a despesa real total sofreu uma queda significativa, atingindo em 2014 o valor mais baixo deste século (7.210 M€). A descida acumulada na despesa real total de 2009 a 2014 foi de cerca de 20%. Para a presente queda, contribuíram essencialmente a redução significativa da despesa com o pessoal e da despesa de investimento (cortes nos salários desde 2011 e a redução de trabalhadores efetivos).

No que se refere à projeção das finanças locais de 2015 a 2020 (relatório apresentado em julho pela Universidade do Minho) o IMI urbano é a mais importante fonte de receita própria dos municípios portugueses, esperando-se que atinja um valor de 1.651,5 M€ em 2015, o que corresponde a 40% do total das receitas próprias. Se eventualmente o universo dos municípios portugueses aplicassem a taxa máxima de 0,5%, a receita seria de 2.126,1 M€. A projeção do IMT é que aumente em 2015, mantenha em 2016 em resultado da recuperação da atividade económica. Para 2015 estima-se uma receita real de 535,1 M€, equivalente a 13% das receitas próprias, e 10% superior à receita de 2014. A redução das taxas de IMT em um terço em 2017 e dois terços em 2018 implicam uma receita decrescente nestes anos, passando a zero em 2019. Relativamente às restantes componentes das receitas próprias, a receita previsível é estável de 2015 a 2020, uma vez que os respetivos pesos no total das receitas próprias são praticamente inalteráveis. A receita prevista para a rubrica mais relevante (venda de bens e serviços correntes), é de 748,7 M€ em 2015 e 824,7 M€ em 2020. Assim, o peso na receita própria passa de 19% em 2015 para 23% em 2020. No seguimento do aumento real nas transferências da Participação dos Impostos do Estado (PIE) já constatado em 2015, colocando-as um pouco acima do valor de 2013, estima-se que esta receita aumente 2% de 2015 para 2016 entre 2,5% e 2,8% nos anos seguintes. De 2015 até 2020, o crescimento real acumulado será de 13,2%, passando de 2.298 M€ em 2015 para 2.600 M€ em 2020. Existe uma margem para os municípios acrescentarem a receita ao nível da participação no IRS, adotando taxas mais

elevadas. A diferença entre a receita estimada com a taxa máxima de 5% e com as taxas atuais é de 54,7 M€ em 2015, com uma previsão de valores superiores nos anos seguintes. Quanto às projeções para as restantes receitas, as transferências totais do PIE têm uma tendência crescente para a maioria das receitas. As projeções das despesas totais de 2015 a 2020 têm como referência, o comportamento passado da despesa, em estimativas para a evolução de vários determinantes da mesma e em projeções macroeconómicas. Prevê-se uma descida das despesas de 0,6% em 2015 e aumentos nos anos seguintes, oscilando entre 0,2% e 0,4%. Ou seja, prevê-se que a despesa total dos municípios portugueses, a preços de 2014, passe de 7.219 M€ em 2014 para 7.327 M€ em 2020, o que corresponde a um aumento de cerca de 1%. Verifica-se que a despesa global e a receita efetiva estimadas têm valores similares no período compreendido de 2015 a 2020. Constata-se que a receita efetiva supera a despesa global em 2015 e 2016, mas fica abaixo nos anos seguintes, explicada pela redução das taxas do IMT em 2017 e 2018 e a eliminação do mesmo em 2019.

No contexto da política orçamental adotada e enquadrada na visão e missão do Município, encontra-se em curso, o projeto da implementação de melhoria do modelo de gestão e organização, com base na Reengenharia de Processos e na Simplificação Organizacional. Este modelo, permite construir um conjunto de ferramentas que visam apoiar a organização na implementação da sua estratégia de forma integrada e perfeitamente alinhada com a estrutura hierárquica do Município, cujo principal objetivo se centra na definição do Mapa Estratégico (ME) “Corporativo” do Município onde constam os Objetivos Estratégicos e Operacionais do Município para o restante período do mandato. Por outro lado, as Grandes Opções do Plano e Orçamento em articulação com a política orçamental adotada são o instrumento essencial da gestão pública do Município e refletem a orientação política que se pretende adotar, em prol do desenvolvimento do município de Armamar.

A continuidade da reforma da administração local, regional e central, levada a cabo pelo Governo, deu origem à publicação no Diário da República Eletrónico (DRE), do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (doravante SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que veio revogar todos os planos de contabilidade setoriais, onde se encontra incluído o POCAL, aplicando-se às Administrações Públicas a partir do dia 01 de janeiro de 2017, ou seja, a conceção do orçamento municipal para 2017, terá que ser nos termos e de acordo com este SNC-AP. Ainda neste contexto, foi publicado no DRE, a nova Lei de Enquadramento Orçamental (doravante LEO), aprovado pelo Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, que veio revogar a anterior LEO, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, e ulteriores alterações. De referir, que os artigos 3.º e 20.º a 76.º da nova LEO, entram em vigor no dia 12 de setembro de 2018. Dadas as referidas publicações, estamos perante um paradigma diferente do atual, mais exigente, transparente e analítico, permitindo o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos.

No que toca às receitas municipais, a maior fonte emerge das transferências do Orçamento do Estado, ou seja o equivalente a 49% (4.485.617,00 EUR). Chegar a esta posição não foi simples e não foi fácil. Porque temos o saber da experiência feito, reduzimos o nosso orçamento em 12% (10.410.283,95 EUR, em 2015, 9.116.520,00 EUR, para 2016), aproximando-o da capacidade de execução. Poderíamos ter seguido outro caminho: poderíamos ter optado por aplicar cegamente a taxa máxima de IMI, o que aumentaria a receita municipal em cerca de 300.000,00 EUR, ou ficar com os 5% da taxa variável no IRS que foi dispensada a favor dos munícipes e que corresponde a cerca de 120.995,00 EUR, mas que contribuiria para aumentar as dificuldades com que vivem muitas das famílias.

Mas essa nunca foi e nunca será a nossa opção. A nossa opção foi sempre a de garantir o equilíbrio social que permite o desenvolvimento.

Atualmente, Armamar goza de melhores condições de vida do que tinha no passado. Destacam-se as infraestruturas desportivas que possui, das quais todos se podem orgulhar, permitindo o acesso ao desporto e bem-estar social a todos (e para todos), podendo no futuro virem a reforçar-se com a construção do novo pavilhão gimnodesportivo.

Agora, importa focar a atenção na governação do município de Armamar. Ela desenrolar-se-á no contexto que descrevemos e, sem prejuízo das oportunidades que entretanto surjam, será enformada pela visão, missão, objetivos estruturais e operacionais que se explanam no presente documento.

Por outro lado, a RFALEI alude no seu artigo 46.º, elementos complementares aos documentos previsionais, que espelham com maior rigor e transparência, o planeamento dos dinheiros públicos do Município.

Porém, a elaboração da norma de execução orçamental, contém as medidas para a execução orçamental, dos documentos previsionais para o exercício de 2016. Trata-se de um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos e procedimentos que contribuirão para um maior rigor e transparência e para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável.

No presente documento, introduziram-se notas explicativas nas rubricas de classificação económica das despesas, dando exemplos concretos de despesas, que vão orientar e clarificar os *stakeholders* (grupos de interesse), contribuindo para uma maior transparência. A introdução destas notas explicativas nos documentos previsionais é inovadora, quando comparado com o que conhecemos relativamente à maioria dos Municípios portugueses, que nada referem nos seus documentos previsionais. Assim, o município de Armamar torna-se um dos primeiros a introduzir este elemento chave que contribui para a transparência municipal.

## PARTE I – RELATÓRIO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL

### CAPÍTULO I - CENÁRIO MACROECONÓMICO

#### I.1. Enquadramento internacional

Segundo o relatório trimestral (perspetivas da economia mundial - relatório WEO<sup>1</sup>) apresentado em julho de 2015 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), aponta para um crescimento global na ordem dos 3,3% em 2015, ligeiramente inferior ao registado em 2014, acompanhado pela recuperação gradual das economias mais avançadas e uma desaceleração das economias de mercados emergentes e em desenvolvimento. A previsão para 2016, é que o crescimento económico irá fortalecer-se, alcançando os 3,8%.

A contração da atividade económica no primeiro trimestre de 2015 foi maioritariamente na América do Norte (Estados Unidos da América), traduzindo-se de uma pequena revisão em baixa do crescimento mundial de 2015, face às projeções da edição de abril de 2015 (perspetivas da economia mundial – relatório WEO<sup>2</sup>). No entanto, as causas que impulsionaram a aceleração gradual da atividade económica das economias avançadas foram:

- Condições financeiras favoráveis;
- Orientação mais imparcial da política fiscal da Zona Euro;
- Descida dos preços de combustíveis;
- Reafirmação da confiança das condições do mercado laboral.

As economias dos mercados emergentes, a desaceleração ininterrupta do crescimento refletiu vários fatores, entre eles; descida dos preços das matérias-primas, agravamento das condições financeiras externas, estrangulamentos estruturais, o reequilíbrio da China e das tensões económicas relacionadas com fatores geopolíticos. Prevê-se, que a recuperação de uma série de economias com problemas resultará em 2016, num crescimento da atividade económica.

A distribuição dos riscos da atividade económica internacional permanece inclinada para o lado negativo. Entre os riscos de curto prazo, importa realçar a intensificação da volatilidade dos mercados financeiros e mudanças perturbadoras nos preços dos ativos; por outro lado, um menor crescimento da produção contínua é um risco de médio prazo, tanto nas economias avançadas como nas economias de mercados emergentes. A descida dos preços das matérias-primas, também representa riscos, para as economias em desenvolvimento de baixos rendimentos, depois de muitos anos de grande crescimento.

---

<sup>1</sup> July 2015, International Monetary Fund (IMF), World Economic Outlook (WEO).

<sup>2</sup> April 2015, International Monetary Fund (IMF), World Economic Outlook (WEO).

As atuais projeções para a Zona Euro, recentemente apresentadas pelo Banco Central Europeu (BCE) no relatório<sup>3</sup> de setembro de 2015, apontam para uma recuperação da atividade económica a um ritmo um pouco mais lento do que o anteriormente esperado, refletindo-se em algumas revisões em baixa das perspetivas de crescimento económico. A recuperação da atividade económica será apoiada pela dinâmica interna mais favorável, uma vez que a conjuntura externa tornou-se menos favorável. A inflação deverá manter-se baixa no curto prazo, subindo no final de 2015. É esperada uma média da inflação de 0,1% em 2015, aumentando para 1,1% em 2016, atingindo 1,7% em 2017. O aumento das taxas de inflação anuais atualmente previstas irá materializar-se a um ritmo mais lento do que o esperado em junho de 2015. Assim, a projeção da inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), também implica revisões em baixa, em grande parte, devido aos baixos preços do *Crude Oil Brent* (barril de petróleo).

Ainda, na Zona Euro, as condições de melhoria no mercado de trabalho, são favoráveis nas projeções efetuadas. O emprego no primeiro semestre de 2015 foi de 1.9 milhões, quando comparado a 2013, estando 3.9 milhões abaixo do pico atingido antes da crise. O número estimado de empregados efetivos continuará a crescer significativamente, ao longo do horizonte de projeção, impulsionado principalmente, pela recuperação económica e em alguns países, também, pelos incentivos fiscais, pela limitação salarial e de reformas no mercado de trabalho. As horas de trabalho efetivo que cada trabalhador deverá cumprir, irão aumentar ligeiramente ao longo do horizonte de projeção, mas ainda permanecem muito abaixo dos níveis atingidos antes da crise. Espera-se, que o reforço do trabalho possa expandir-se moderadamente, uma vez que, o efeito devastado e elevado do desemprego, ainda se faz sentir em alguns países e em outros com características demográficas adversas. A taxa de desemprego desceu ligeiramente no segundo trimestre de 2015, para 11,1% e deverá diminuir para 10,1% em 2017.

Em suma, o crescimento mundial irá permanecer gradual e irregular. Apesar da moderação no primeiro trimestre de 2015, os últimos dados e indicadores, apontam para uma diminuição da atividade económica mundial no curto prazo e espera-se que no futuro, o crescimento mundial, deverá crescer. Os baixos preços do *Crude Oil Brent* (barril de petróleo), acesso a melhores condições de financiamento a nível mundial, conjuntura fiscal mais favorável para as pessoas e empresas, melhores condições do mercado de trabalho e aumento da confiança devem apoiar a recuperação do crescimento das economias mais avançadas. Por outro lado, as perspetivas pioraram consideravelmente nas economias de mercados emergentes, com a materialização de alguns riscos negativos, identificados em projeções anteriores. Impedimentos estruturais e desequilíbrios macroeconómicos estão a restringir o crescimento de algumas economias de mercados emergentes, enquanto outras, estão a ser negativamente afetadas pelos baixos preços das matérias-primas, pelas incertezas políticas e pelo acesso restrito a financiamento externo. Tendo sido caracterizado como

<sup>3</sup> September 2015, European Central Bank (ECB) Staff Macroeconomic Projections for the Euro Area.

fraco o início do ano de 2015, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial (excluindo a Zona Euro) deverá acelerar de 3,2% em 2015 para 4% em 2017. Também, a projeção do crescimento das importações mundiais, está em linha com a projeção do crescimento do PIB mundial. Na Zona Euro a procura externa deverá acelerar de 1,5% em 2015 para 4,1% em 2017.

### Quadro I. Conjuntura internacional

(taxas de variação homólogas)

	Setembro de 2015				Junho de 2015			Revisões desde junho de 2015		
	2014	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
PIB Real Mundial (excluindo a Zona Euro)	3,7	3,2	3,8	4,0	3,4	4,1	4,1	-0,2	-0,3	-0,1
Comércio Global (excluindo a Zona Euro) <sup>1</sup>	3,2	1,4	3,3	4,1	2,0	4,8	5,2	-0,6	-1,5	-1,1
Procura externa na Zona Euro <sup>2</sup>	3,3	1,5	3,3	4,1	2,2	4,6	5,0	-0,7	-1,2	-0,9

Nota: As revisões são calculadas através de dados não arredondados.

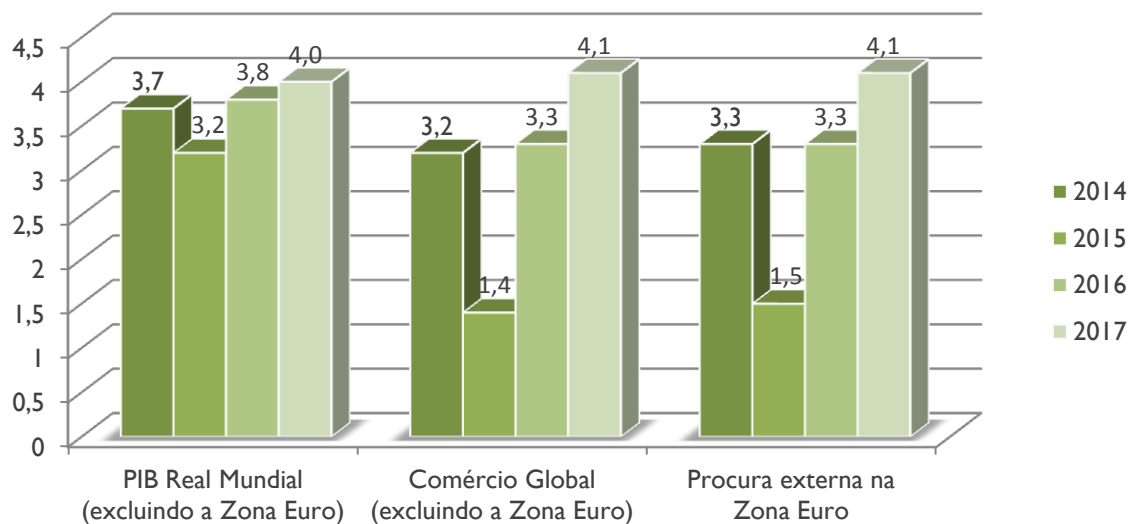
1. Calculado de acordo com a média ponderada das importações.

2. Calculado de acordo com a média ponderada das importações dos parceiros comerciais da Zona Euro.

Fonte: Adaptado do BCE, *September 2015, ECB Staff Macroeconomic Projections for the Euro Area*.

### Gráfico I. Projeção da conjuntura internacional (gráfica)

(taxas de variação homólogas)



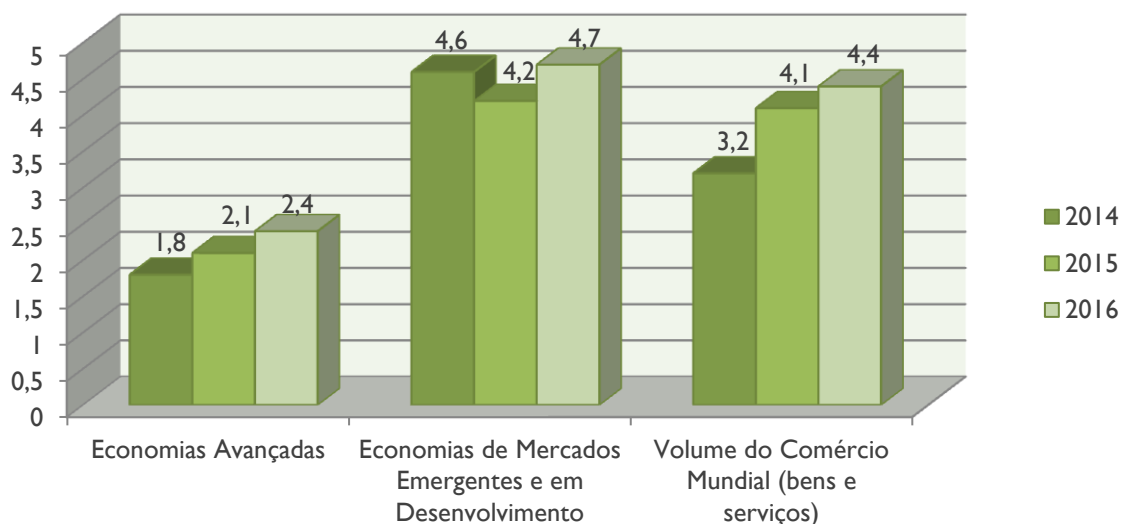
Fonte: Banco Central Europeu (BCE)

**Quadro 2. Projeções do crescimento económico mundial***(variação percentual, salvo indicação em contrário)*

	2014	Projeções julho 2015	
		2015	2016
<b>Economia Mundial</b>	<b>3,4</b>	<b>3,3</b>	<b>3,8</b>
<b>Economias Avançadas das quais:</b>	<b>1,8</b>	<b>2,1</b>	<b>2,4</b>
EUA	2,4	2,5	3,0
Área do Euro, da qual:	0,8	1,5	1,7
Alemanha	1,6	1,6	1,7
França	0,2	1,2	1,5
Itália	-0,4	0,7	1,2
Espanha	1,4	3,1	2,5
Reino Unido	2,9	2,4	2,2
Japão	-0,1	0,8	1,2
Canadá	2,4	1,5	2,1
<b>Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento das quais:</b>	<b>4,6</b>	<b>4,2</b>	<b>4,7</b>
Comunidade de Estados Independentes	1,0	-2,2	1,2
Rússia	0,6	-3,4	0,2
Excluindo Rússia	1,9	0,7	3,3
Economias emergentes e em Desenvolvimento da Ásia	6,8	6,6	6,4
China	7,4	6,8	6,3
Índia	7,3	7,5	7,5
Associação das Nações do Sudeste Asiático	4,6	4,7	5,1
Economias emergentes e em Desenvolvimento da Europa	2,8	2,9	2,9
América Latina e Caraíbas	1,3	0,5	1,7
Brasil	0,1	-1,5	0,7
México	2,1	2,4	3,0
Médio Oriente, Norte de África, Afeganistão e Paquistão	2,7	2,6	3,8
Arábia Saudita	3,5	2,8	2,4
África Subsaariana	5,0	4,4	5,1
Nigéria	6,3	4,5	5,0
África do Sul	1,5	2,0	2,1
Por memória			
Países em Desenvolvimento e de Baixo Rendimento	6,0	5,1	6,2
Crescimento Mundial com Base no Mercado de Taxas de Câmbio	2,7	2,6	3,2
<b>Volume do Comércio Mundial (bens e serviços)</b>	<b>3,2</b>	<b>4,1</b>	<b>4,4</b>
Importações			
Economias Avançadas	3,3	4,5	4,5
Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento	3,4	3,6	4,7
<b>Preços das Mercadorias (dólares americanos)</b>			
Petróleo	-7,5	-38,8	9,1
Não combustíveis (Média do Peso das Exportações de Mercadorias do Mundo)	-4,0	-15,6	-1,7
<b>Preços no Consumidor</b>			
Economias Avançadas	1,4	0,0	1,2
Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento	5,1	5,5	4,8
<b>Taxa Interbancária de Oferta de Londres (percentagem)</b>			
Sobre os Depósitos em Dólares dos EUA (seis meses)	0,3	0,4	1,2
Sobre os Depósitos em Euros (três meses)	0,2	0,0	0,0
Sobre os Depósitos em Ienes Japoneses (seis meses)	0,2	0,1	0,1

Fonte: Adaptado do FMI, July 2015, International Monetary Fund (IMF), World Economic Outlook (WEO).

**Gráfico 2. Projeção da economia mundial (gráfica)**  
(taxas de variação homólogas)



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

## 1.2. Enquadramento Nacional

Segundo o boletim económico<sup>4</sup> apresentado em junho de 2015 pelo Banco de Portugal (BP), aponta para a continuidade do processo de recuperação gradual da atividade económica portuguesa, iniciado em 2013. Prevê-se, uma aceleração para 1,7% em 2015, após um crescimento de 0,9% do PIB em 2014, seguida de crescimentos na ordem dos 1,9% e 2,0% em 2016 e 2017, respetivamente. A economia portuguesa irá crescer ao longo do período de projeção, sendo próximo, das projeções divulgadas pelo BCE para a Zona Euro.

As referidas projeções contemplam a manutenção do ajustamento de alguns desequilíbrios da economia portuguesa. As exportações devem registar, um forte crescimento, reforçando a tendência recente de transferência de recursos produtivos para os setores da economia que estão mais expostos à concorrência internacional. Como resultado, permanecerá a capacidade de financiamento da economia portuguesa, originando a redução sustentada dos níveis de endividamento externo. Também, a procura interna privada, apresentará um ritmo de crescimento compatível com a continuação da desalavancagem dos agentes económicos privados (famílias e empresas não financeiras). O maior crescimento nominal da economia, a prevalência de taxas de juro historicamente baixas e a existência de saldos primários positivos, permitirão o início do processo de redução da dívida pública em percentagem do PIB. Finalmente, o crescimento projetado para a economia portuguesa é compatível com uma progressiva redução da taxa de desemprego, embora mantenha uma persistência a níveis elevados.

<sup>4</sup> Boletim Económico do Banco de Portugal, junho de 2015.

Apesar de a inflação manter-se em níveis reduzidos, a tendência projetada é de aumento gradual, para valores ainda assim inferiores aos projetados para a Zona Euro.

Os riscos identificados em torno da projeção para a atividade económica são globalmente equilibrados, refletindo a conjugação de fatores de risco tanto de natureza externa como interna. O balanço global de riscos para a inflação aponta para riscos ligeiramente descendentes.

### Quadro 3. Projeções do crescimento económico nacional: 2015-2017

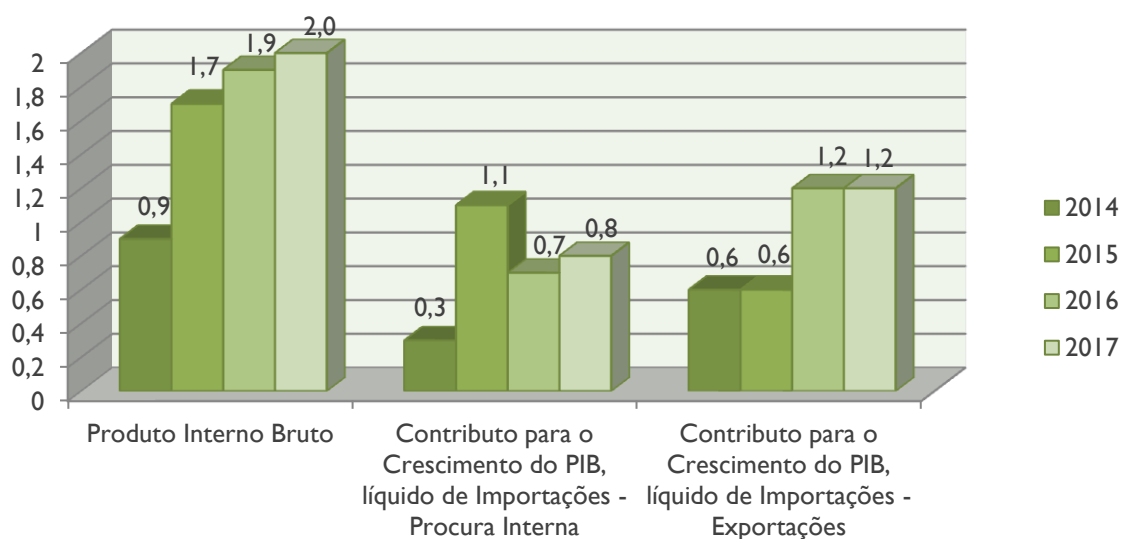
(taxa de variação anual, em %)

	2014	Projeções junho 2015		
		2015	2016	2017
<b>Produto Interno Bruto</b>	0,9	1,7	1,9	2,0
Consumo Privado	2,1	2,2	1,7	1,7
Consumo Público	-0,3	-0,5	0,2	0,0
Formação Bruta de Capital Fixo	6,5	6,2	4,4	6,0
Procura Interna	2,1	2,1	1,8	2,1
Exportações	3,4	4,8	6,0	6,4
Importações	6,4	5,7	5,5	6,5
<b>Contributo para o Crescimento do PIB, líquido de importações (em %)</b>				
Procura Interna	0,3	1,1	0,7	0,8
Exportações	0,6	0,6	1,2	1,2
<b>Balança Corrente e de Capital (% PIB)</b>	2,1	3,0	3,2	3,4
<b>Balança de Bens e Serviços (% PIB)</b>	1,1	2,1	2,1	2,1
<b>Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)</b>	-0,2	0,5	1,2	1,3

Fonte: Adaptado do Banco de Portugal.

### Gráfico 3. Projeção do crescimento económico nacional (gráfica)

(taxas de variação homólogas)



Fonte: Banco de Portugal.

As projeções apontam para o seguimento da recuperação moderada da atividade económica iniciada em 2013, antecipando-se um ritmo médio de crescimento muito próximo da projeção efetuada para a Zona Euro. A economia portuguesa deverá crescer robustamente, alavancada na manutenção das exportações e na recuperação da procura interna. A referida evolução é compatível com uma capacidade líquida de financiamento externo, condição fundamental para a manutenção do acesso aos mercados de financiamento em condições de normalidade. Adicionalmente, o crescimento nominal projetado para o PIB e a redução da taxa de juro implícita na dívida, conjugada com a manutenção de um excedente primário, à semelhança do verificado desde 2013, contribuirão para uma redução da dívida pública a partir de 2015.

Nos últimos anos, assistiu-se a progressos significativos na correção de alguns desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas. Esta situação deveu-se essencialmente, a excedentes nas contas externas, há orientação dos recursos para os setores com uma maior exposição à concorrência internacional e há manutenção do processo de consolidação orçamental. Apesar de tudo, o crescimento da economia portuguesa fica condicionado pela redução do endividamento no setor público e no setor privado, pelas perspetivas adversas quanto aos desenvolvimentos demográficos, pelos limitados níveis de capital produtivo por trabalhador, assim como pelo elevado nível de desemprego de longa duração, após um longo período de quedas acentuadas do investimento.

Nesta conjuntura, a economia portuguesa deverá seguir o processo de ajustamento em curso, com o crescente aumento sustentável do consumo, com um crescimento do investimento que assegure a renovação do capital e com níveis de endividamento progressivamente menores. A economia portuguesa só deverá ter sucesso, alavancada sobretudo na capacidade para aumentar a quantidade e qualidade dos recursos produtivos, da continuação de reformas estruturais que contribuam de forma sustentada e equitativa o crescimento económico, bem como de uma aplicação de políticas económicas que preservem os equilíbrios macroeconómicos essenciais. A atual conjuntura internacional favorável representa para Portugal, uma grande oportunidade de reforço desta agenda.

## **CAPÍTULO II – ANÁLISE DA EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DAS FINANÇAS LOCAIS**

### **2.1. Evolução das receitas e despesas municipais de 2000 a 2014**

Segundo o relatório<sup>5</sup> elaborado pela Universidade do Minho, no presente capítulo, apresenta-se a análise sucinta da evolução das receitas totais, das despesas totais e do

---

<sup>5</sup> Universidade do Minho - Núcleo de Investigação em Políticas Económicas (NIPE) e Centro de Investigação em Ciência Política (CICP): Monitorização da Evolução das Receitas e das Despesas dos Municípios Portugueses, julho de 2015.

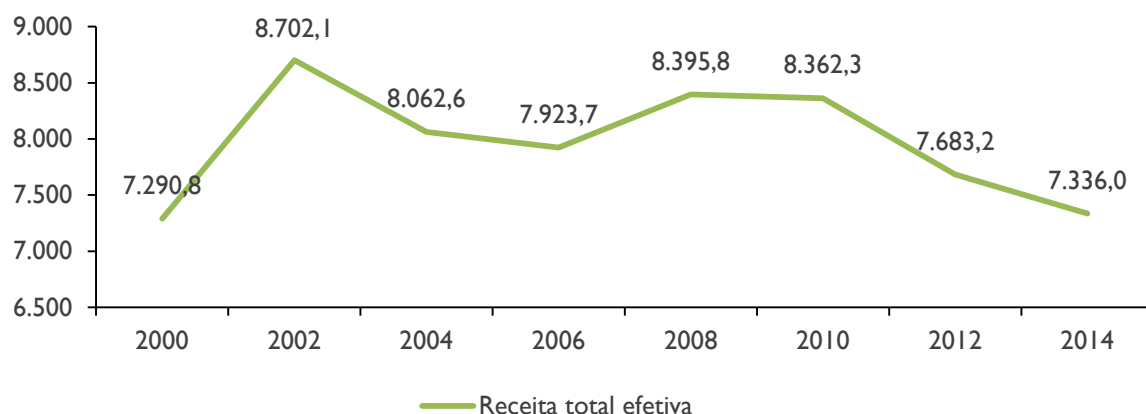
endividamento total, dos 308 municípios que compõe o território português, desde o ano 2000.

### 2.1.1. Evolução das receitas

A receita real dos municípios, totalizou 7.336 M€ (milhões de euros) em 2014, estando ligeiramente acima do total do ano 2000 (7.290,8 M€) e abaixo do valor registado em qualquer outro ano do século XXI. Apesar da tendência de crescimento verificada de 2000 a 2009, ano em que atingiu o valor mais alto (8.912,4 M€), a receita real total dos municípios diminui significativamente até 2014 (ver quadro 4).

**Gráfico 4. Receitas totais efetivas.**

*(milhões de euros, a preços de 2014)*



Fonte: Adaptado da Universidade do Minho

A crise económica foi uma das causas que contribui para a redução da receita municipal, levando a uma quebra das receitas próprias (destacando-se as receitas fiscais) entre 2008 e 2012. A redução das transferências do Estado para os Municípios a partir de 2011, também esteve entre as causas da redução das receitas municipais, tendo com principal objetivo, melhorar a consolidação orçamental das contas públicas, cumprindo assim os objetivos enunciados no Programa de Assistência Económicas e Financeiras (PAEF).

**Quadro 4. Evolução das receitas dos municípios portugueses**  
(milhões de euros, a preços de 2014)

ANO	RECEITAS FISCAIS	VENDA DE BENS E SERVIÇOS E INVESTIMENTO <sup>1</sup>	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	PASSIVOS FINANCEIROS	OUTRAS RECEITAS <sup>2</sup>	TOTAL DAS RECEITAS DO EXERCÍCIO
2000	2.340,3	678,0	3.178,8	641,6	459,3	7.290,8
2001	2.343,2	722,3	3.787,7	1.049,8	495,5	8.398,5
2002	2.436,6	696,2	3.785,4	1.366,2	417,7	8.702,1
2003	2.468,7	902,0	3.655,6	640,9	245,3	7.912,5
2004	2.676,8	919,1	3.692,7	499,9	274,1	8.062,6
2005	2.792,0	1.071,9	3.672,8	398,9	365,6	8.309,5
2006	2.828,8	990,5	3.478,5	309,0	309,0	7.923,7
2007	3.175,1	935,8	3.459,2	401,1	376,0	8.355,6
2008	2.980,5	931,9	3.501,0	562,5	428,2	8.395,8
2009	2.771,8	873,4	3.787,8	1.016,0	463,4	8.912,4
2010	2.701,0	878,0	3.821,6	551,9	418,1	8.362,3
2011	2.458,8	790,3	3.664,2	479,0	407,1	7.983,1
2012	2.397,2	806,7	3.580,4	222,8	676,1	7.683,2
2013	2.432,7	800,5	3.365,4	769,4	396,4	7.772,2
2014	2.692,3	836,3	3.015,1	396,1	410,8	7.336,0

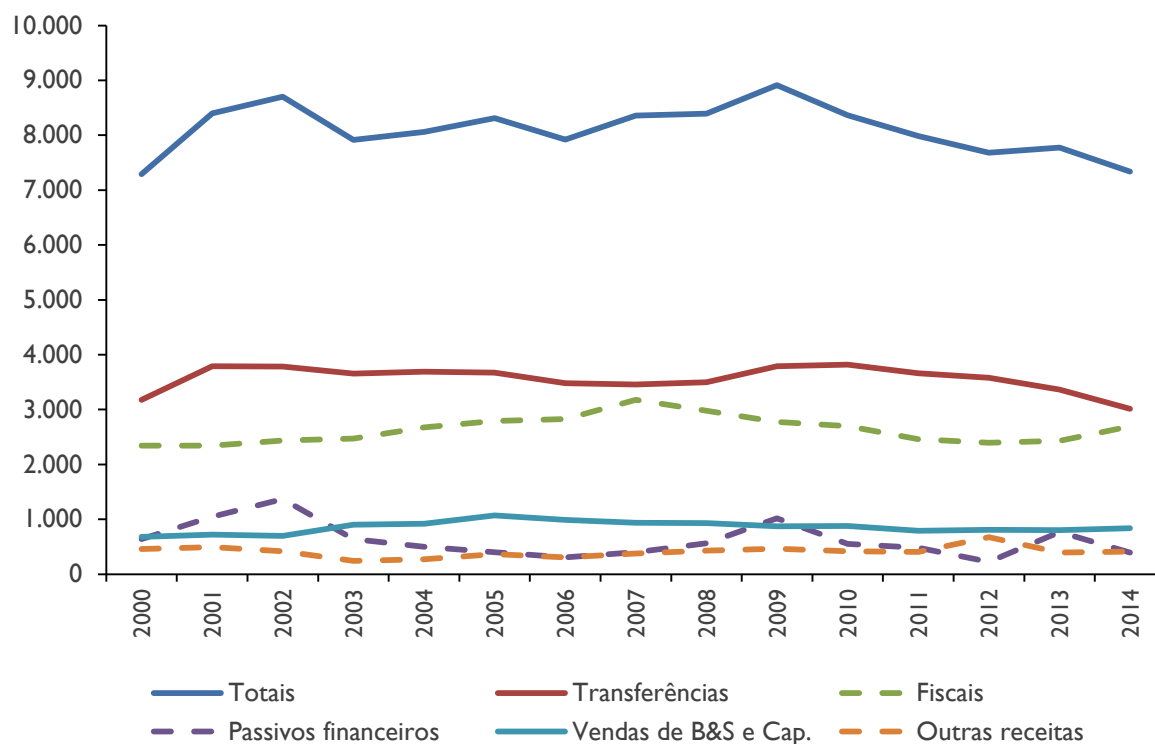
<sup>1</sup>Inclui: (07) Venda de bens e serviços correntes; e (09) Venda de bens de investimento.

<sup>2</sup>Inclui: (04.02) Multas e outras penalidades; (05) Rendimentos da propriedade; (08) Outras receitas correntes; (11) Ativos financeiros; (13) Outras receitas de capital; e (15) Reposições não abatidas nos pagamentos.

Fonte: Adaptado da Universidade do Minho

As receitas fiscais atingiram um valor máximo de 3.175,1 M€ em 2007, ano a partir do qual, se notou uma quebra significativa. A tendência crescente deveu-se ao facto de as receitas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) subirem todos os anos, exceto em 2009, passando de cerca de 750 M€ em 2002 para 1.467 M€ em 2014. Apesar disso, o aumento da receita do IMI até 2012, não foi suficientemente forte para recompensar a diminuição de 600 M€ nas receitas do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) de 2007 a 2013 (queda acumulada de 61%). Também, se verificaram quedas significativas nas receitas da derrama e das outras receitas fiscais, com a exceção do Imposto Único de Circulação (IUC). Em 2013, verificou-se a estabilização da receita do IMT, subindo em 2014 e acumulando-se ao crescimento da receita do IMI, contribuindo assim, para o aumento da receita fiscal nos anos de 2013 e 2014.

**Gráfico 5. Receitas dos municípios portugueses**  
(milhões de euros, a preços de 2014)



Fonte: Adaptado da Universidade do Minho

Ao nível das receitas oriundas das transferências do Estado, apesar da redução que sofreram após 2010, verificou-se um aumento nas receitas correntes do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) desde 2013 e uma correspondente redução nas receitas de capital. Esta situação deve-se de a maioria dos municípios ter escolhido receber uma maior percentagem do FEF sob a forma de transferências correntes.

A maior parte das receitas municipais é proveniente das transferências, com um peso significativo que variou entre 41,1% em 2014 e 46,7% em 2012. Em segundo lugar, as receitas fiscais são aquelas, cujo peso oscilou entre 27,9% em 2001 e 38% em 2007. Com o terceiro lugar, surge a venda de bens e serviços e bens de investimento, com o peso entre os 8% em 2002 e 12,5% em 2006. Por último, constatou-se um significativo aumento no grau de execução orçamental das receitas totais no decorrer dos últimos três anos, passando dos 62% em 2011 para 79% em 2014.

Quanto ao grau de execução para as diversas rubricas que compõem o orçamento, verificou-se que os valores mais elevados ao nível da receita corrente, destacando-se os impostos diretos e as transferências correntes com 108,3% e 95,8%, respetivamente, em 2014. Relativamente à execução das receitas de capital, as taxas são relativamente mais

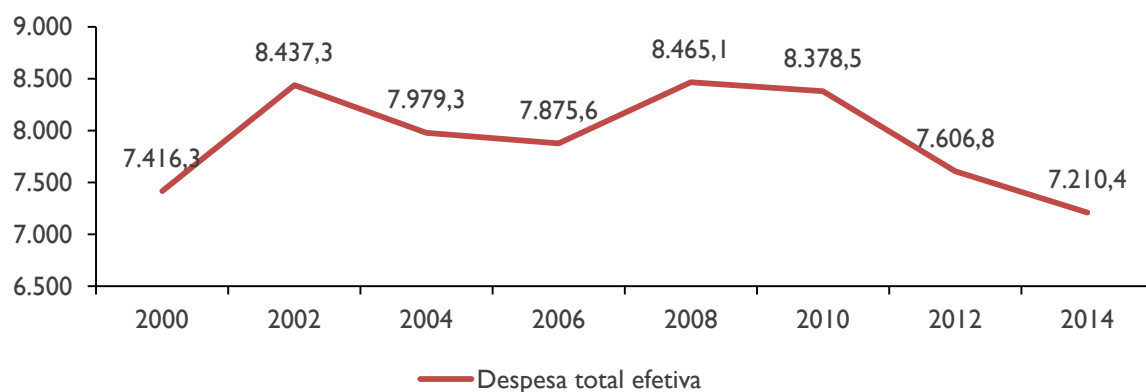
baixas, principalmente ao nível da venda de bens de investimento, com oscilações entre 5% em 2011 e 11% em 2014. Com estes resultados, constatou-se que a maioria dos municípios portugueses praticava, frequentemente, uma sobre orçamentação (empolamento) destas receitas, efetuando uma previsão repetitiva da venda de terrenos e edifícios que não se realizavam. Apesar das receitas municipais terem uma execução crescente ao longo dos anos, em 2014 existiam 84 municípios que não executavam metade das receitas orçamentadas e 90 municípios executavam 90%.

### 2.1.2. Evolução das despesas

A despesa real total dos municípios registou em 2008 e 2009 os valores mais altos de sempre, 8.465 M€ e 9.041 M€, respetivamente. A partir de 2009 a despesa real total sofreu uma queda significativa, atingindo em 2014 o valor mais baixo deste século (7.210 M€). A descida acumulada na despesa real total de 2009 a 2014 foi de cerca de 20%. Para a presente queda, contribuíram essencialmente a redução significativa da despesa com o pessoal e da despesa de investimento (cortes nos salários desde 2011 e a redução do número de trabalhadores efetivos).

#### Gráfico 6. Despesas totais efetivas.

(milhões de euros, a preços de 2014)



Fonte: Adaptado da Universidade do Minho

Verificou-se que a despesa corrente aumentou ininterruptamente de 2000 a 2009, de 2.773 M€ para 5.679,9 M€, respetivamente, descendo até 2012, recuperando em 2013, sendo que em 2014 (5.117 M€), atingiu um nível muito abaixo do verificado em 2009. Já na despesa de capital, constatou-se uma descida tendencial após 2001, sendo que o valor de 2.093,3 M€ registado em 2014 é menos de metade do registado em 2001 (4.302,1 M€). A diminuição nas despesas de capital deveu-se, essencialmente, à forte descida das despesas de investimento, que em 2001 eram no valor de 3.452,1 M€ e passaram em 2014 para 911,6 M€, uma descida cumulada de 73,6%. Apesar de se terem verificado exageros no passado,

uma redução tão drástica no investimento municipal, pode por em causa a realização de investimentos que sejam extremamente necessários (Quadro 5 e Gráfico 7).

### Quadro 5. Evolução das despesas dos municípios portugueses

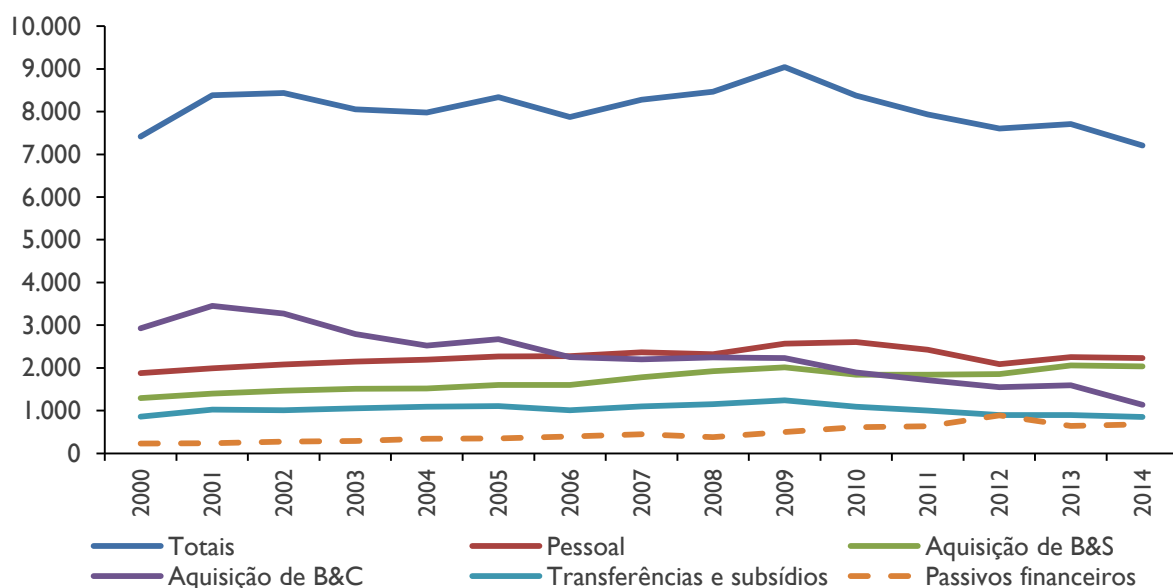
(milhões de euros, a preços de 2014)

ANO	PESSOAL	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS	PASSIVOS FINANCEIROS	DESPESAS TOTAIS
2000	1.876,3	1.297,9	2.929,4	860,3	229,9	7.416,3
2001	1.994,9	1.399,8	3.453,3	1.022,6	234,7	8.381,9
2002	2.084,0	1.468,1	3.273,7	1.012,5	278,4	8.437,3
2003	2.150,5	1.514,2	2.794,8	1.055,1	290,0	8.054,3
2004	2.194,3	1.516,1	2.521,5	1.093,2	343,1	7.979,3
2005	2.267,2	1.600,4	2.675,6	1.108,6	350,1	8.335,3
2006	2.276,0	1.598,7	2.252,4	1.008,1	393,8	7.875,6
2007	2.367,9	1.780,1	2.202,3	1.101,2	447,1	8.279,4
2008	2.319,4	1.921,6	2.243,3	1.151,3	380,9	8.465,1
2009	2.567,8	2.016,2	2.233,2	1.238,7	497,3	9.041,4
2010	2.605,7	1.843,3	1.893,5	1.089,2	611,6	8.378,5
2011	2.427,8	1.840,7	1.713,7	999,7	634,7	7.933,9
2012	2.091,9	1.856,1	1.551,8	897,6	890,0	7.606,8
2013	2.250,3	2.057,7	1.595,3	894,0	639,6	7.706,6
2014	2.228,0	2.033,3	1.139,2	850,8	677,8	7.210,4

Fonte: Adaptado da Universidade do Minho

### Gráfico 7. Despesas dos municípios portugueses

(milhões de euros, a preços de 2014)



Fonte: Adaptado da Universidade do Minho

Atualmente, as despesas com o pessoal, ocupam um enorme peso nos orçamentos municipais, tendo atingido em 2014, 30,9% das despesas totais, oscilando entre 23,8% em 2001 e 31,1% em 2010. Em seguida, veem a aquisição de bens e serviços, ocupando 28,2% em 2014, sendo este, o peso mais elevado durante o período em estudo (o mais baixo foi no ano de 2001, com 16,7%). No que se refere à aquisição de bens de capital, até 2005 foi a rubrica com o maior peso, tendo atingido 41,2% em 2001 e representa em 2014, somente 15,8% das despesas totais.

## 2.2. Projeção das receitas e despesas municipais de 2015 a 2020

Segundo o relatório elaborado pela Universidade do Minho e já referido anteriormente, no presente capítulo, apresentam-se as projeções das receitas e despesas municipais para o período de 2015 a 2020.

### 2.2.1. Projeção das receitas

As projeções das receitas e despesas municipais no período compreendido de 2015 a 2020, assentam em indicadores macroeconómicos base, assim como nas previsões do Governo que constam no Programa de Estabilidade 2015 a 2019, do BP, do FMI e da Comissão Europeia (CE). Para além do Governo de Portugal, só o FMI tem projeções macroeconómicas até 2020, pelo que para as análises efetuadas, baseou-se apenas na média das previsões do Governo e das do FMI para o PIB nominal, índice de Preços no Consumidor (IPC) e Taxa de desemprego.

**Quadro 6. Indicadores utilizados nas projeções macroeconómicas**  
(taxas de variação anuais em %)

		2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cenário base	PIB nominal	2,75	3,2	3,25	3,25	3,25	3,25
	IPC	0,2	1,3	1,45	1,5	1,55	1,55
	Taxa Desemprego	13,1	12,6	12,1	11,7	11,2	10,8
	IVA+IRS+IRC	2,9	3,8	2,9	3,0	3,1	3,2
Programa de Estabilidade 2015-2019 <sup>1</sup>	PIB nominal	2,9	3,5	3,8	0,38	3,8	
	IPC	-0,2	1,3	1,4	1,4	1,4	
	Taxa Desemprego	13,2	12,7	12,1	11,6	11,1	
	IVA+IRS+IRC	3,8	2,9	3,0	3,1	3,2	
Fundo Monetário Internacional <sup>2</sup>	PIB nominal	2,6	2,9	2,7	2,7	2,7	2,7
	IPC	0,6	1,3	1,5	1,6	1,7	1,7
	Taxa Desemprego	13,1	12,6	12,1	11,7	11,2	10,8
Banco de Portugal <sup>3</sup>	IPC	0,2	1,1	1,1			
Comissão Europeia <sup>4</sup>	PIB nominal	2,9	3,2				
	IPC	0,2	1,3				

Fonte: Adaptado da Universidade do Minho

Notas: 1. Programa de Estabilidade, Abril de 2015; 2. “World Economic Outlook,” abril de 2015; 3. “Projeções para a economia Portuguesa: 2015-17,” março de 2015; 4. “European Economic Forecast, Spring 2015,” maio de 2015.

De seguida, com base nos indicadores atrás referidos, apresentam-se as projeções para as principais rubricas das receitas próprias dos municípios para o período 2015 a 2020.

**Quadro 7. Projeções das receitas próprias municipais**  
(milhões de euros, a preços de 2014)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Impostos diretos	<b>2.661,7</b>	<b>2.666,0</b>	<b>2.531,5</b>	<b>2.363,1</b>	<b>2.155,6</b>	<b>2.164,0</b>
IMI	1.651,5	1.651,5	1.651,5	1.651,5	1.651,5	1.651,5
IMT	535,1	535,1	392,3	215,7	0,0	0,0
IUC	220,0	219,4	222,9	226,5	230,2	233,9
Derrama	255,1	260,0	264,8	269,4	274,0	278,6
Impostos Indiretos	112,2	116,9	121,8	126,7	131,7	137,0
Taxas, multas e outras penalidades	278,3	283,8	289,1	294,3	299,5	304,7
Rendimentos da propriedade	190,3	194,1	197,8	201,4	205,0	208,6
Venda de bens e serviços correntes	769,6	781,5	792,7	803,6	814,1	824,7
Venda de bens de investimento	87,6	94,5	101,8	109,6	117,9	126,8
<b>Total</b>	<b>4.099,7</b>	<b>4.136,8</b>	<b>4.034,7</b>	<b>3.898,7</b>	<b>3.723,8</b>	<b>3.765,7</b>
IMI (taxa de 0,5%)	2.216,0	2.216,0	2.216,0	2.216,0	2.216,0	2.216,0
<b>Total com IMI (taxa 0,5%)</b>	<b>4.664,2</b>	<b>4.558,6</b>	<b>4.422,4</b>	<b>4.247,5</b>	<b>4.288,3</b>	<b>4.330,2</b>

Fonte: Adaptado da Universidade do Minho

Nota: O valor total dos impostos diretos inclui só a receita afeta aos quatro impostos indicados.

As receitas de IMI de 2015 a 2020 dizem respeito somente a prédios urbanos (o IMI rural é receita das freguesias), tendo sido estimado com base nos valores patrimoniais tributários (VPT) líquidos de isenções comunicados pela Autoridade Tributária (AT) e nas taxas atualmente aplicadas pelos diversos municípios. Apresenta-se também, a receita estimada do IMI urbano com base na taxa máxima de 0,5%. No que se refere à receita de IMT, teve por referência o disposto no artigo 81.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (doravante designada RFALEI) na sua atual redação, que estabelece a eliminação progressiva deste imposto, sendo as respetivas taxas reduzidas um terço em 2017, dois terços em 2018 e deixando de existir em 2019.

Como pode ser verificado no quadro 7, o IMI urbano é a mais importante fonte de receita própria dos municípios, esperando-se que atinja um valor de 1.651,5 M€ em 2015, o que corresponde a 40% do total das receitas próprias. Se eventualmente o universo dos municípios portugueses aplicassem a taxa máxima de 0,5%, a receita seria de 2.216,0 M€.

A projeção do IMT é que aumente em 2015, mantenha em 2016 em resultado da recuperação da atividade económica. Para 2015 estima-se uma receita real de 535,1 M€, equivalente a 13% das receitas próprias, e 10% superior à receita de 2014. A redução das

taxas de IMT em um terço em 2017 e dois terços em 2018 implicam uma receita decrescente nestes anos, passando a zero em 2019.

Relativamente às restantes componentes das receitas próprias, a receita previsível é estável de 2015 a 2020, uma vez que o respetivos pesos no total das receitas próprias são praticamente inalteráveis. A receita prevista para a rubrica mais relevante (venda de bens e serviços correntes), é de 748,7 M€ em 2015 e 824,7 M€ em 2020. Assim, o peso na receita própria passa de 19% em 2015 para 23% em 2020.

Atendendo as previsões do governo para o crescimento da receita afeta ao IVA, IRS e IRC, tendo por base as regras de repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios (artigos 25.º a 35.º e 82.º da RFALEI) e apelando à informação disponibilizada pela DGAL relativamente a variáveis, indicadores e métodos de cálculo das transferências inscritas no Mapa XIX da LOE para 2015, foram efetuadas as projeções das verbas a transferir para os municípios durante o período 2016 a 2020, apresentadas no seguinte quadro.

**Quadro 8. Projeções para transferências da Participação nos Impostos do Estado (PIE)**

*(milhões de euros, a preços de 2014)*

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
FEF	1.723,4	1.740,3	1.799,2	1.861,7	1.925,5	1.991,5
FSM	163,2	186,3	190,1	192,2	194,5	197,2
Participação no IRS	411,5	417,7	421,9	419,5	414,9	410,4
<b>Total de Transferências PIE</b>	<b>2.298,0</b>	<b>2.344,3</b>	<b>2.411,0</b>	<b>2.473,4</b>	<b>2.535,5</b>	<b>2.600,3</b>
Participação no IRS com taxa de 5%	466,2	484,5	489,4	486,5	481,2	476,0
<b>Total de Transferências PIE com taxa de participação no IRS de 5%</b>	<b>2.352,7</b>	<b>2.411,1</b>	<b>2.478,6</b>	<b>2.540,4</b>	<b>2.601,2</b>	<b>2.664,7</b>

Fonte: Adaptado da Universidade do Minho

No seguimento do aumento real nas transferências PIE já constatado em 2015, colocando-as um pouco acima do valor de 2013, estima-se que esta receita aumente 2% de 2015 para 2016 entre 2,5% e 2,8% nos anos seguintes. De 2015 até 2020, o crescimento real acumulado será de 13,2%, passando de 2.298 M€ em 2015 para 2.600 M€ em 2020.

Como se pode constatar, existe margem para os municípios acrescentarem a receita ao nível da participação no IRS, adotando taxas mais elevadas. A diferença entre a receita estimada com a taxa máxima de 5% e com as taxas atuais é de 54,7 M€ em 2015, com uma previsão de valores superiores nos anos seguintes.

Quanto às projeções para as restantes receitas, as transferências totais do PIE têm uma tendência crescente para a maioria das receitas.

### 2.2.2. Projeção das despesas

As projeções das despesas totais dos municípios de 2015 a 2020 têm como referência, o comportamento passado da despesa, em estimativas para a evolução de vários determinantes da mesma e em projeções macroeconómicas.

Prevê-se uma descida das despesas de 0,6% em 2015 e aumentos nos anos seguintes, oscilando entre 0,2% e 0,4%. Ou seja, prevê-se que a despesa total dos municípios, a preços de 2014, passe de 7.219 M€ em 2014 para 7.327 M€ em 2020, o que corresponde a um aumento de cerca de 1%. Verifica-se que a despesa global e a receita efetiva estimadas têm valores similares no período compreendido de 2015 a 2020. Constata-se que a receita efetiva supera a despesa global em 2015 e 2016, mas fica abaixo nos anos seguintes, explicada pela redução das taxas do IMT em 2017 e 2018 e a eliminação do mesmo em 2019.

## **CAPÍTULO III – OBJETIVOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO**

### 3.1. Visão

O Município de Armamar pretende ser reconhecido como um concelho “verde”, integrado no Douro património mundial e que preserva as características dos vinhedos e pomares (sendo Armamar a capital da maçã de montanha) e que potencia as margens do Douro para o desenvolvimento turístico e ser alternativa de residência às áreas metropolitanas envolventes e zona de montanha para o aproveitamento das energias renováveis (eólica e hídrica).

### 3.2. Missão

O Município de Armamar tem como missão tornar o concelho emocionalmente atrativo e dotá-lo de condições que propiciem melhor qualidade de vida aos seus munícipes e cidadãos.

### 3.3. Política orçamental proposta

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (doravante designada RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e ulteriores alterações, no seu Capítulo IV (artigos 40.º a 47.º) impõe, condicionantes ao processo de elaboração e aprovação dos documentos previsionais e estabelece/altera/reforça os princípios orçamentais previstas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais POCAL e na

Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho<sup>6</sup>).

Assim, e tendo presente as regras imperativas pelos referidos diplomas, coube-nos elaborar os documentos previsionais para o exercício de 2016 com rigor, transparência e seriedade.

O RFALEI deve ser conjugado com o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante designado RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores alterações, de forma a materializar as atribuições do Município nos domínios que este regime jurídico lhe confere.

Na elaboração do presente Orçamento, tiveram presentes os princípios previsionais, consagrados no ponto 3.3 da Considerações Técnicas do POCAL, assim como o princípio da estabilidade orçamental determinado no artigo 40.º da RFALEI.

Ora, com fundamento numa gestão equilibrada e face à necessidade de nivelar o orçamento em função da receita a arrecadar, que essa gestão se materializa. Aliás, a maior fonte de receita dos orçamentos municipais, ao qual este não foge à regra, emerge das transferências do Orçamento do Estado numa base de perequação financeira, nomeadamente em termos de equilíbrio entre Estado e Municípios, seja numa perspetiva vertical, seja numa perspetiva horizontal.

Na atual data, o Governo ainda não apresentou o orçamento para 2016. Como consequência, o valor das transferências que provêm daquele orçamento, políticas fiscais e económico-financeiras não são conhecidas, além da regulamentação prevista no artigo 47.º do RFALEI não foi ainda publicada.

O valor global do orçamento é de 9.116.520,00 EUR. Este teve presente, o rigor e a preocupação de ser ajustado à receita arrecadada, em estrito cumprimento com o referido no artigo 253.º da LOE de 2015.

Encontra-se em curso o projeto da implementação de melhoria do modelo de gestão e organização, com base na Reengenharia de Processos e na Simplificação Organizacional. Este modelo, permite construir um conjunto de ferramentas que visam apoiar a organização na implementação da sua estratégia de forma integrada e perfeitamente alinhada com a estrutura hierárquica do Município, cujo principal objetivo se centra na definição do Mapa Estratégico (ME) “Corporativo” do Município onde constam os Objetivos Estratégicos e Operacionais do Município para o restante período do mandato.

Presentemente decorre a fase de desdobramento dos objetivos operacionais das Competências Organizacionais (CO's) em ações, operações, tarefas e indicadores.

No Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE) estão a ser identificadas e caracterizadas as ações, atividades e projetos com que cada CO contribui para a prossecução dos

---

<sup>6</sup> Foi publicada a nova Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro. Importa referir, que grande parte do seu normativo apenas produz efeitos a 12 de setembro de 2018.)

objetivos constantes no ME do Município de Armamar, com um horizonte temporal que se estenderá até 2017.

Para este efeito, visando adaptar a autarquia aos novos requisitos legais e estruturais e garantir a gestão equilibrada dos recursos, e sem prejuízo das boas práticas já implementadas no Município, assume especial importância o trabalho que internamente está a ser desenvolvido nos seguintes domínios:

- Definir objetivos a médio e curto prazo;
- Elaborar o plano e orçamento;
- Definir as competências organizacionais;
- Implementação de forma integrada do *Scorecard* orientado a competências organizacionais, SIADAP, da CAF/EFQM e outros referenciais,
- Implementação do SIADAP 1, 2 e 3 de forma integrada e justa e obtendo o acordo de todos;
- Definição dos objetivos individuais não partilhados para uma eficaz responsabilização e motivação;
- Definição dos objetivos individuais a partir dos organizacionais;
- Melhoria da eficiência e redução de custos;
- Apoio à mobilidade interna;
- Otimização do uso das TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Auditoria e controlo interno; e
- Modelo de melhoria contínua integrado e com mudança de comportamentos efetiva.

Uma vez que o projeto ainda não se encontra concluído, a sua consolidação plena no Orçamento e Grandes Opções do Plano, apenas se verificará na elaboração dos documentos previsionais para o exercício de 2017.

Não obstante o referido, atentas as ações entretanto já desenvolvidas no âmbito do deste projeto, designadamente ao nível da elaboração do Mapa Estratégico, a definição dos projetos, programas e ações para 2016, na medida possível, tem subjacente aquele referencial estratégico.

Em consequência, é nesta fase inviável uma rigorosa e integral tradução financeira no Orçamento, nomeadamente quanto à plurianualidade da despesa, das medidas de natureza operacional ainda não totalmente delineadas, e cuja implementação se concretizará nos próximos exercícios económicos.

Por outro lado, muitas das ações a implementar no decurso de 2016 produzirão resultados financeiros apenas no médio e longo prazo, pelo que, não é possível a sua repercussão financeira no Orçamento para 2016.

Também, foi publicado no Diário da República Eletrónico (DRE), o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (doravante SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que veio revogar todos os planos de contabilidade setoriais, onde se encontra incluído o POCAL, aplicando-se às Administrações Públicas (Organismos da Administração Central, Local e Regional que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas) a partir do dia 01 de janeiro de 2017, ou seja, a conceção do orçamento municipal para 2017, terá que ser nos termos e de acordo com este SNC-AP.

Com a implementação do SNC-AP pretende-se alcançar os seguintes objetivos, conforme preâmbulo do Decreto-Lei:

- a) Implementar plenamente a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das administrações públicas, articulando-a com a atual base de caixa modificada usada no subsistema orçamental. De referir que na situação atual existem várias instituições públicas que apresentam informação tipo empresarial (Balanço, Demonstração de Resultados...) como é o caso dos municípios, do setor da saúde e da educação. No entanto, a mesma é baseada num plano de contas que não satisfaz atualmente as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade Pública e não permite ou dificulta a consolidação de contas quando no grupo público tem entidades que utilizam outro normativo contabilístico.
- b) Fomentar a harmonização contabilística (nacional e internacional), ao promover um único referencial para as administrações públicas em Portugal. Atualmente existem cinco planos oficiais de contabilidade (POCP, POCAL, POC-educação, POC-MS, POCISSSS) sem uma estrutura conceptual e com terminologia muito diferente da usada no setor empresarial;
- c) Uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente. Com este objetivo consegue-se um dos requisitos ou características da contabilidade que é a comparabilidade e utilidade da informação;
- d) Contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro das administrações públicas, nomeadamente utentes dos serviços públicos, cidadãos em geral, outros financiadores, Parlamento/Assembleias, órgãos executivos – Governo Central, Regional ou Local, gestores públicos, autoridades orçamentais, estatísticas e de supervisão e fiscalização;

Refere ainda o Decreto-lei que o SNC-AP contempla os subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão, e assentará:

- a) Numa estrutura conceptual da informação financeira pública, em normas de contabilidade pública convergentes com as IPSAS e em modelos de demonstrações financeiras;
- b) Numa norma relativa à contabilidade orçamental, que contemplará os conceitos inerentes a este subsistema contabilístico, os processos contabilísticos associados à elaboração do orçamento, às alterações orçamentais, à execução da receita e da despesa, bem como os modelos de demonstrações orçamentais, permitindo avaliar o desempenho orçamental, a execução orçamental da receita, a execução orçamental da despesa, as alterações orçamentais e respetivos modelos de relato;
- c) Num plano de contas multidimensional em que a mesma estrutura de códigos de operações e saldos por natureza económica servirá para a contabilidade orçamental e para a contabilidade financeira e terá em consideração as necessidades das contas nacionais; e
- d) Uma norma de contabilidade de gestão que permitirá avaliar a eficiência e a eficácia das atividades desenvolvidas pelas diferentes entidades do setor público e apurar os custos e os resultados das políticas públicas.

Como pode ser constatado, estamos perante um paradigma diferente do atual, mais exigente, transparente e analítico, permitindo o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos. Nesse sentido, antecipando a complexidade do desafio descrito, introduz-se nestes documentos previsionais a “Calendarização para Elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2017” (anexo I), firmando-se desta forma, o forte e necessário compromisso com tamanha mudança.

Para finalizar, foi ainda publicado no DRE, a nova Lei de Enquadramento Orçamental (doravante LEO), aprovado pelo Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, que veio revogar a anterior LEO, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, e ulteriores alterações. De referir, que os artigos 3.º e 20.º a 76.º da nova LEO, entram em vigor no dia 12 de setembro de 2018. Até à produção de efeitos daqueles artigos, mantêm-se em vigor as normas da anterior LEO, relativas ao processo orçamental, ao conteúdo e estrutura do Orçamento do Estado, à execução orçamental, às alterações orçamentais, ao controlo orçamental e responsabilidade financeira, ao desvio significativo e mecanismo de correção, às contas, à estabilidade orçamental, às garantias da estabilidade orçamental, bem como às disposições finais.

As Grandes Opções do Plano (GOP'S) para 2016, integram as medidas de política e de investimentos que contribuem para as concretizar.

As GOP's refletem também, a coordenação de políticas que se impõe para execução do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).

Posto isto, no subcapítulo seguinte, serão explanadas aquelas que serão as grandes linhas orientadoras (Grandes Opções do Plano) do Executivo para o próximo ano e seguintes.

### 3.3.1. Objetivos estratégicos ou estruturais

Na sequência da definição estratégica, voltada para a promoção do desenvolvimento local, apresenta-se o modelo estratégico orientado para os seguintes objetivos, atendendo à sua prioridade:

1. Aumentar o financiamento através de receitas próprias;
2. Contribuir para o desenvolvimento da forte componente turística do Concelho;
3. Reduzir as despesas correntes;
4. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes;
5. Contribuir para uma gestão sustentável dos recursos naturais e energéticos;
6. Promover a rentabilidade do território agrícola;
7. Contribuir para a realização socioprofissional dos colaboradores.

A Câmara Municipal mantém-se consciente da necessidade de assumir desafios, sérios e responsáveis, que sirvam de alavanca para a promoção do desenvolvimento local, em conjunto com todos os intervenientes nos diversos eixos de atuação municipal, apelando e valorizando a capacidade do empreendedorismo, ações de âmbito social, nomeadamente a nível educativo cultural e desportivo. Embora o contexto económico-financeiro seja de dificuldades financeiras, há a preocupação de gerir de forma rigorosa e eficiente todos os recursos disponíveis de modo a obter um maior aproveitamento/rendibilidade dos mesmos.

Para a concretização destes objetivos organizacionais ou de estrutura serão desenvolvidas medidas no âmbito das competências municipais, designadamente administrativas, sociais, económicas entre outras.

### 3.3.2 Objetivos operacionais

Para se alcançar com sucesso os objetivos estratégicos ou de estrutura são necessários que estes estejam alinhados com os seguintes objetivos operacionais:

1. Incentivar o empreendedorismo;
2. Garantir uma adequada perceção da qualidade dos serviços da Câmara Municipal;
3. Aumentar a adesão dos cidadãos / Empresas, Cooperação e Associações Empresariais às iniciativas da Câmara Municipal;

4. Assegurar maior contributo das Associações Culturais, Recreativas, Desportivas e apoio social /IPSS para a estratégia da Câmara Municipal;
5. Conseguir uma maior prioridade junto da Administração Central para os projetos da Câmara Municipal;
6. Melhorar o alinhamento da estratégia dos fornecedores estratégicos/empresas participadas com os interesses da Câmara Municipal;
7. Melhorar a articulação das Entidades Envolvidas na Proteção Civil com a Câmara Municipal;
8. Melhorar a articulação do Agrupamento de Escolas com a Câmara Municipal;
9. Sensibilizar os cidadãos / Empresas, Cooperação e Associações Empresariais para um comportamento mais cívico;
10. Melhorar a cooperação da rede social/ CPCJ com a Câmara Municipal;
11. Melhorar o alinhamento das Associações de Municípios/ CIM com a estratégia da Câmara Municipal;
12. Melhorar o alinhamento das Juntas de Freguesia com a estratégia da Câmara Municipal;
13. Aumentar a motivação dos colaboradores;
14. Melhorar a eficácia na gestão dos recursos do município.

## **CAPÍTULO IV – ELEMENTOS COMPLEMENTARES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS**

### **4.1. Relação das responsabilidades contingentes**

Nos termos no disposto na alínea a), n.º I do artigo 46.º do RFALEI, o orçamento municipal deve incluir a identificação e descrição das responsabilidades contingentes. Estas são entendidas, como possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo do Município, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque:

- a) Não é provável que um exfluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou
- b) O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

Assim, dada a referida obrigatoriedade, indica-se a relação das responsabilidades contingentes do Município de Armamar.

**Quadro 9. Responsabilidades contingentes**

Unidade monetária: Euros

N.º PROCESSO	TIPO DE AÇÃO	MONTANTE
304/13.2BEVIS	Ação Administrativa Comum-Forma Sumária	23.999,19
50/13.7BEVIS	Ação Administrativa Comum	34.471,82
391/12.0BEVIS	Ação Administrativa Comum	16.000,00
689/15.6T8LMG	Ação Processo Comum	5.001,00
720/15.5BEVIS	Ação Administrativa Especial	61.247,75
<b>TOTAL</b>		<b>941.913,86</b>

Fonte: Elaboração própria.

**4.2. Responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais**

Para efeitos do disposto no n.º 3, artigo 42.º do RFALEI, o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais ascende a:

**Quadro 10. Compromissos Plurianuais**

Unidade monetária: Euros

ANO	TOTAL DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS
2016	1.384.042,01
2017	1.363.879,86
2018	1.282.067,31
2019 e seguintes (acumulado)	1.314.835,23
<b>TOTAL GLOBAL</b>	<b>5.344.824,42</b>

Fonte: Elaboração própria.

**4.3. Mapa das entidades participadas pelo Município**

Nos termos do disposto na alínea c), n.º 2, artigo 46.º do RFALEI, apresentam-se as entidades participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente.

**Quadro 11. Lista de entidades participadas**

Unidade monetária: Euros

N.º	DESIGNAÇÃO	NIPC	CAPITAL SOCIAL (€)	VALOR DA PARTICIPAÇÃO (€)	PERCENTAGEM DETIDA
1	Armamar Viva, S.A.	508797306	50.000,00	24.500,00	49,00%
2	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	505863901	28.000.000,00	118.386,00	0,42%
3	RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	509143059	8.000.000,00	28.800,00	0,36%

Fonte: Elaboração própria.

**4.4. Quadro plurianual de programação orçamental 2016-2019**

Os n.ºs 2 e 3 do artigo 41.º do RFALEI determinam que a elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental (QPPO) e este consta de documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local (QMPFAL).

Não obstante, determina o artigo 47.º do RFALEI que: “os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo”, onde se inclui o e o Quadro de Médio Prazo das Finanças da Autarquia Local “são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”, ou seja até 3 de janeiro de 2014.

Assim, considerando que a aludida regulamentação não foi ainda publicada e, dado que se desconhecem os elementos que devem constar do QPPO, foi entendimento do Município, preparar aquele quadro para o exercício de 2016, visto ser um elemento imperativo do RFALEI.

Ora, o QPPO que a seguir se apresenta (quadro 12), contém os limites da despesa efetiva para o período de 2016 a 2019. Os limites de despesa referentes ao período de 2017 a 2019 são indicativos.

Sem prejuízo da manutenção dos valores anuais de despesa, podem os limites de despesa por agrupamento constantes do quadro 12 ser objeto de modificação, em virtude de alterações orçamentais decorrentes da utilização da dotação previsional.

**Quadro 12. Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2016-2019**  
**(discriminado por capítulo e agrupamento)**

Unidade: euros

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018	2019
<b>RECEITAS POR CAPÍTULO</b>				
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
01 - Impostos Diretos	923.185,00	905.303,00	842.138,00	790.295,00
02 - Impostos Indiretos	17.280,00	17.160,00	17.160,00	17.160,00
04 - Taxas	246.010,00	247.631,00	249.170,00	250.825,00
05 - Rendimentos da Propriedade	418.455,00	12.595,00	188.105,00	189.985,00
06 - Transferências Correntes	5.052.299,00	5.018.154,00	5.018.154,00	5.018.154,00
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	980.300,00	991.128,00	1.049.961,00	994.418,00
08 - Outras Receitas Correntes	48.330,00	42.340,00	42.340,00	42.340,00
<b>SUBTOTAL CAPÍTULOS</b>	<b>7.685.859,00</b>	<b>7.234.311,00</b>	<b>7.407.028,00</b>	<b>7.303.177,00</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				
09 - Vendas de Bens de Investimento	36.880,00	36.880,00	36.880,00	36.880,00
10 - Transferências de Capital	1.013.315,00	452.983,00	452.983,00	452.983,00
12 - Passivos financeiros	350.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
13 - Outras Receitas de Capital	10,00	10,00	10,00	10,00
<b>SUBTOTAL CAPÍTULOS</b>	<b>1.400.205,00</b>	<b>789.873,00</b>	<b>789.873,00</b>	<b>789.873,00</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>				
15 - Reposições não Abatidas nos Pagamentos	30.456,00	30.400,00	30.350,00	30.300,00
<b>SUBTOTAL CAPÍTULOS</b>	<b>30.456,00</b>	<b>30.400,00</b>	<b>30.350,00</b>	<b>30.300,00</b>
<b>TOTAL DOS CAPÍTULOS</b>	<b>9.116.520,00</b>	<b>8.054.584,00</b>	<b>8.227.251,00</b>	<b>8.123.350,00</b>
<b>DESPESAS POR AGRUPAMENTO</b>				
<b>DESPESAS CORRENTES</b>				
01 - Despesas com o Pessoal	3.007.689,00	3.007.689,00	3.007.689,00	3.007.689,00
02 - Aquisição de Bens e Serviços	3.116.135,00	2.854.801,00	3.005.710,00	2.920.160,00
03 - Juros e Outros Encargos	196.916,00	165.782,00	143.530,00	116.496,00
04 - Transferências Correntes	277.368,00	277.368,00	277.368,00	277.368,00
05 - Subsídios	92.070,00	92.070,00	92.070,00	92.070,00
06 - Outras Despesas Correntes	36.500,00	36.500,00	36.500,00	36.500,00
<b>SUBTOTAL AGRUPAMENTOS</b>	<b>6.726.678,00</b>	<b>6.434.210,00</b>	<b>6.562.867,00</b>	<b>6.450.283,00</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>				
07 - Aquisição de Bens de Capital	883.333,00	456.173,00	492.300,00	452.066,00
08 - Transferências de Capital	143.190,00	139.477,00	140.828,00	142.247,00
09 - Ativos Financeiros	52.482,00	52.482,00	52.482,00	52.482,00
10 - Passivos Financeiros	1.310.837,00	972.242,00	978.774,00	1.026.272,00
<b>SUBTOTAL AGRUPAMENTOS</b>	<b>2.389.842,00</b>	<b>1.620.374,00</b>	<b>1.664.384,00</b>	<b>1.673.067,00</b>
<b>TOTAL DOS AGRUPAMENTOS</b>	<b>9.116.520,00</b>	<b>8.054.584,00</b>	<b>8.227.251,00</b>	<b>8.123.350,00</b>

## **PARTE II – REGULAMENTO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARMAMAR**

### **CAPÍTULO I – NORMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

#### **I.1. Articulado das medidas para a execução orçamental**

#### **NOTA INTRODUTÓRIA**

As preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pelas autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, determinam a adoção de mecanismos reguladores e de ações de controlo.

Torna-se assim necessário, estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos e procedimentos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável.

Assim, nos termos do disposto na alínea d), n.º I, artigo 46.º do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e ulteriores alterações é elaborado o presente articulado, contendo as medidas para a execução orçamental, dos documentos previsionais para o exercício de 2016.

#### **CAPÍTULO I** **ÂMBITO E PRINCÍPIOS GENÉRICOS**

##### **Artigo 1.º**

##### **Definição e objeto**

O presente articulado estabelece regras e procedimentos complementares necessários à execução do orçamento em conformidade com a alínea d), n.º I, artigo 46.º do RFALEI e em reforço das disposições constantes do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do referido RFALEI, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e ulteriores alterações (doravante designada Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA) do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, Código dos Contratos Públicos e Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de 2016, atentos aos objetivos de rigor e contenção orçamental.

**Artigo 2.º****Execução orçamental**

1. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á atender aos princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria.
2. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros, afetos às respetivas áreas de atividade, e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, face às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, bem como as diligências para o efetivo registo dos compromissos a assumir em obediência à LCPA. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:
  - a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos de exercícios anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
  - b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;
  - c) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados em anos anteriores.

**Artigo 3.º****Modificações ao orçamento e às grandes opções do plano**

O Presidente da Câmara Municipal, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito do disposto no ponto 8.3.1. do POCAL e das competências dos órgãos municipais estabelecidas no Anexo I da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e ulteriores alterações (doravante designada RJAL).

**Artigo 4.º****Registo contabilístico**

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita, a liquidar e cobrar pela unidade responsável pela gestão financeira.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para a unidade responsável pela gestão do expediente.

3. As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para unidade responsável pela gestão do expediente, no prazo máximo de 1 dia útil.
4. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, devem ser enviados à unidade responsável pela gestão financeira no prazo de 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa.
5. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados à unidade responsável pela gestão financeira no prazo de 2 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.
6. Os documentos relativos a despesas referentes às situações descritas nos n.ºs 4 e 5 devem ser acompanhados de nota justificativa suficientemente detalhada para caracterizar e fundamentar a natureza excecional da mesma.
7. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, são os constantes da Norma de Controlo Interno.

#### Artigo 5.º

##### **Gestão dos bens móveis e imóveis do Município**

1. A Gestão do património municipal executar-se-á nos termos do Regulamento de Cadastro e Inventário.
2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do Órgão Executivo, através de requisições externas ou documento equivalente, designadamente contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

#### Artigo 6.º

##### **Gestão de stocks**

1. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
2. A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo, sem armazenagem, ou com um período de armazenagem mínimo.
3. Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta ou outras atividades municipais, deverão ser objeto de registo no sistema de gestão de stocks, devendo expressamente identificar-se o fim a que se destinam.

4. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito da Gestão de Stocks, constam da Norma de Controlo Interno.

## **CAPÍTULO II**

### **RECEITA ORÇAMENTAL**

#### **SECÇÃO I**

#### **PRINCÍPIOS**

##### **Artigo 7.º**

#### **Princípios gerais para arrecadação de receitas**

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrado para além dos valores inscritos no Orçamento.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelos correspondentes artigos do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.
4. Em conformidade com o n.º I do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de agosto, poderá proceder-se à atualização do valor das taxas com base no indexante regulamentarmente previsto.
5. Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Município relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica à unidade responsável pela gestão financeira.

#### **SECÇÃO II**

#### **ENTREGA DAS RECEITAS COBRADAS**

##### **Artigo 8.º**

#### **Cobranças pelos serviços municipais**

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais dão entrada, em regra, na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações.
2. Quando se trate dos serviços externos, a entrega far-se-á no dia útil imediato ao da cobrança, mediante guias de recebimento previamente assinadas pelo responsável do serviço que cobrar as receitas.

3. Quando se trate de cobranças feitas por entidade diversa do tesoureiro (posto de cobrança externo), a receita deverá ainda ser depositada diariamente pelos serviços na agência bancária mais próxima do local de cobrança, sendo o número de conta indicado pela Tesouraria.
4. Nos casos referidos no n.º 2 deverá a Tesouraria remeter à unidade responsável pela gestão financeira, os documentos referidos em 3, para contabilização.

### **SECÇÃO III** **ISENÇÕES E REDUÇÕES**

#### **Artigo 9.º**

#### **Isenções e reduções de taxas**

1. No exercício económico de 2016, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei RJAL, é fixado o valor de 5.000,00 EUR como limite à despesa fiscal.
2. Até ao limite fixado no n.º anterior pode a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidas nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9 do artigo 16.º RJAL.
3. As isenções ou reduções concedidas a favor de pessoas singulares ou coletivas dos sectores privado, cooperativo e social, bem como das entidades públicas fora do perímetro do sector das administrações públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, é considerada um benefício concedido para efeitos do Lei n.º 64/2013 de 27 de agosto, sem prejuízo do artigo 3.º do mesmo diploma, e concorre para o cômputo dos demais benefícios concedidos em numerário e ou em espécie.

### **CAPÍTULO III** **DESPESA ORÇAMENTAL**

#### **SECÇÃO I** **PRINCÍPIOS E REGRAS**

#### **Artigo 10.º**

#### **Princípios gerais para a realização da despesa**

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no POCAL, e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, constantes do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e ulteriores alterações.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:

- a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
  - b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
  - c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda;
  - d) Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
3. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de pagamento para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como salários, comunicações, água, eletricidade, rendas, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, devem ser registados mensalmente para um período deslizando de três meses, de igual forma se deve proceder para os contratos de quantidades.
  4. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no Orçamento no PPI e PAM, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.
  5. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.
  6. Tendo em vista o pagamento dos encargos assumidos por conta do orçamento do ano em prazo exequível, fica a unidade responsável pela gestão financeira autorizada a definir uma data limite para apresentação das requisições externas para aquisição de bens e serviços e para a receção das faturas.

#### Artigo 11.º

##### **Tramitação dos processos de despesa**

1. Em 2016 os serviços responsáveis devem utilizar obrigatoriamente a plataforma eletrónica para todas as aquisições de bens, serviços, empreitadas ou concessões quer tenham contrato de fornecimento contínuo ou não.
2. A aplicação do número anterior poderá ser dispensada quando seja adotado o procedimento de ajuste direto simplificado.

3. Em cada requisição apresentada deve estar justificada a necessidade de realização da despesa.
4. Cumpre à unidade responsável pelo aprovisionamento realizar e coordenar toda a tramitação administrativa dos processos aquisitivos, em articulação com os demais serviços.
5. Para efeitos do referido no número anterior cada unidade, ou equiparada, responsabilizar-se-á pela definição exata das características técnicas específicas, nomeadamente, dos bens ou serviços a adquirir, as quais constarão do caderno de encargos a elaborar pela unidade responsável pelo aprovisionamento, sendo o caderno de encargos das empreitadas, elaborado pela unidade responsável pelas obras públicas.
6. O Júri dos procedimentos deve integrar pelo menos 1 elemento da unidade responsável pelo aprovisionamento.
7. Para efeitos de aplicação do n.º 5 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), todos os serviços municipais devem comunicar à Unidade responsável pelo aprovisionamento, no momento da ocorrência, a identificação de todas as entidades (designação e número de identificação fiscal) que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços ao município, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato.

## Artigo 12.º

### **Gestão de contratos**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, compete a cada umas das unidades requisitantes a gestão dos contratos em vigor.
2. Para cumprimento do disposto no número anterior, cada unidade deve:
  - a) Nomear os gestores de contrato que serão responsáveis pela monitorização da execução dos contratos;
  - b) Responder no prazo máximo de 5 dias aos inquéritos de qualidade do serviço enviados pela unidade responsável pelo aprovisionamento.
  - c) As questões relacionadas com a execução dos contratos, como as eventuais modificações, incumprimentos contratuais, apuramento de responsabilidades ou aplicação de penalidades, entre outras, devem ser remetidas à unidade responsável pelo aprovisionamento para que esta assegure a competente análise e tramitação adequada.

**Artigo 13.º****Conferência e registo da despesa**

1. A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. A conferência e registo referidos no número anterior serão efetuados pela unidade responsável pela gestão financeira.

**Artigo 14.º****Processamento de remunerações e outros abonos a pessoal**

1. Deverão acompanhar as folhas de remunerações, as guias de entrega de parte dos vencimentos ou abonos penhorados, as relações dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social e os documentos relativos a pensões de alimentos, ou outros, descontados nas mesmas folhas.
2. As respetivas folhas de remuneração devem dar entrada na unidade responsável pela gestão financeira até 3 dias úteis antes da data prevista para o pagamento de cada mês.
3. Quando se promover a admissão ou mudança de situação de trabalhadores depois de elaborada a correspondente folha, os abonos serão regularizados no processamento do mês seguinte.
4. A Unidade responsável pelos recursos humanos deve enviar mensalmente à unidade responsável pela gestão financeira a distribuição das despesas com pessoal pelos respetivos serviços.

**SECÇÃO II****AUTORIZAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTOS****Artigo 15.º****Competências**

1. São competentes para autorizar despesas, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, quando digam respeito à execução do orçamento da Câmara Municipal, as seguintes entidades:
  - a) Até 149.639,47 EUR, o Presidente de Câmara;
  - b) Sem limite, a Câmara Municipal.
2. Compete ao Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Anexo I do RJAL, autorizar a realização de despesas orçamentadas, independentemente do valor, relativas ao orçamento de funcionamento da Assembleia Municipal,

comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao Presidente da Câmara Municipal.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a competência para autorizar o pagamento de todas as despesas, independentemente da entidade que as autorizou, é do Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea h) do n.º I do artigo 35.º do Anexo I do RJAL.

#### Artigo 16.º

##### **Apoios a entidades terceiras**

Os apoios a entidades terceiras, excluindo freguesias, que se traduzam na redução do preço de prestações de serviços e/ou na cedência de recursos humanos ou patrimoniais carecem de proposta fundamentada do Presidente da Câmara, Vereador ou unidade orgânica competente e de informação financeira prévia que a submeterá à decisão do Presidente da Câmara e submissão, para aprovação, à Câmara Municipal nos termos da alínea u) do n.º I do artigo 33.º do Anexo I do RJAL.

#### Artigo 17.º

##### **Apoios às competências materiais dos órgãos das Freguesias**

- I. Durante o exercício de 2016, para efeitos do disposto na alínea j) do n.º I do artigo 25.º do Anexo I da RJAL, autorizam-se as seguintes formas de apoio às freguesias em reforço da sua capacidade para prossecução das respetivas competências materiais estabelecidas no artigo 16.º do mesmo diploma:
  - a) Em numerário até ao limite constante das grandes opções do plano;
  - b) Em espécie, através da disponibilização pontual de recursos humanos e patrimoniais.
2. A concessão do apoio referido no número anterior carece de pedido fundamentado da Freguesia e de informação financeira prévia da unidade responsável pela gestão financeira, que submeterá à decisão do Presidente da Câmara.

#### Artigo 18.º

##### **Assunção de compromissos plurianuais**

- I. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º I do artigo 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da LCPA e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é concedida autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 EUR em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico de investimentos.

#### Artigo 19.º

##### **Autorizações assumidas**

- I. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:
  - a) Vencimentos e salários;
  - b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
  - c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
  - d) Encargos de empréstimos;
  - e) Rendas;
  - f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
  - g) Água, energia elétrica, gás;
  - h) Comunicações telefónicas e postais;
  - i) Prémios de seguros;
  - j) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.
2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

### **SECÇÃO III**

#### **PROCEDIMENTOS E REGRAS ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA**

#### Artigo 20.º

##### **Equipamentos e soluções informáticas**

- I. As necessidades de *hardware* e *software* devem ser encaminhadas para unidade responsável pela gestão do parque informático, a quem cabe avaliar as solicitações apresentadas.

2. Os procedimentos de negociação ficam centralizados na unidade responsável pelo aprovisionamento, com base nos requisitos técnicos definidos pela unidade responsável pela gestão do parque informático.

#### Artigo 21.º

##### **Seguros**

1. Cabe à unidade responsável pelo aprovisionamento desenvolver todos os procedimentos relativos à contratação de seguros do Município.
2. Os serviços municipais devem encaminhar àquela unidade as necessidades de cobertura de risco com antecedência mínima de 30 dias em relação à data de início de vigência da apólice pretendida.
3. Os elementos relativos à participação de sinistros devem ser comunicados no prazo de dois dias úteis à corretora a indicar pela unidade responsável pelo aprovisionamento.
4. Sempre que das informações constantes de um processo de sinistros se conclua pela negligência ou qualquer outro facto associado à não intervenção atempada dos serviços, (por exemplo, deficiente estado de conservação, reparação ou sinalização da via pública), deverão os responsáveis máximos desses serviços instaurar processo formal de averiguações, a fim de corrigir disfuncionalidades, apurar responsabilidades e, eventualmente, ressarcir o cofre municipal dos prejuízos causados.

#### Artigo 22.º

##### **Despesas de deslocação**

1. A utilização de viatura própria carece sempre de autorização prévia e expressa do Presidente da Câmara, nos termos definidos no Regulamento Interno de Uso de Veículos.
2. Aquando da elaboração da requisição para deslocações que contemplem estadia, tem de ser identificado o local preciso de destino para facilitar a escolha da localização de alojamento.
3. Os trabalhadores que beneficiem de adiantamentos para ajudas de custo e deslocações ficam obrigados a apresentar a documentação justificativa das despesas realizadas dentro de 5 dias, contados da data do seu regresso ao serviço.

#### Artigo 23.º

##### **Reposições ao Município**

1. As reposições ao Município de dinheiros indevidamente pagos devem obedecer aos seguintes procedimentos:

- a) Por meio de guia ou por desconto em folhas de abonos;
  - b) Devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da receção da respetiva comunicação.
2. A reposição em prestações mensais pode ser autorizada pelo Presidente da Câmara, em casos especiais, cujo número de prestações será fixado para cada caso, mas sem que o prazo de reembolso ou reposição possa exceder o ano económico seguinte àquele em que o despacho for proferido.
3. Em casos especiais poderá o Presidente da Câmara autorizar que o número de prestações exceda o prazo referido no número anterior, não podendo, porém, cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor desde que não exceda 30% do vencimento base, caso em que pode ser inferior ao limite de 5%.

#### Artigo 24.º

#### **Despesas de representação**

As despesas relativas a encargos de representação e aquisição de bens para oferta carecem de autorização expressa e prévia do Presidente da Câmara.

### **SECÇÃO IV**

#### **CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS E PROTOCOLOS**

#### Artigo 25.º

#### **Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos**

1. Compete ao dirigente da unidade responsável pelo aprovisionamento a elaboração de todos os contratos administrativos referentes a procedimentos aquisitivos.
2. Compete à unidade responsável pela gestão financeira a remessa ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, dos contratos celebrados pelo Município, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 agosto, na sua redação atual.

#### Artigo 26.º

#### **Contratos de cooperação e contratos interadministrativos**

1. Os contratos de cooperação e contratos interadministrativos que configurem responsabilidades financeiras para o Município, deverão obter o prévio parecer da unidade responsável pela gestão financeira para efeitos de reconhecimento da respetiva despesa e/ou receita.
2. Competirá à unidade responsável pela gestão financeira proceder aos registos contabilísticos adequados à execução dos protocolos e contratos interadministrativos referidos no ponto anterior.

**Artigo 27.º****Contratos de tarefa e avença**

1. A celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e de avença apenas pode ter lugar desde que preenchidos os requisitos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, são inscritos no agrupamento 01 todos os contratos de tarefa e avença celebrados em nome individual.
3. Os restantes contratos que, em nome individual, têm carácter esporádico, não têm qualquer expectativa de continuidade nem de repetição, são inscritos no agrupamento 02.

**CAPÍTULO IV****DISPOSIÇÕES FINAIS****Artigo 28.º****Dúvidas sobre a execução do orçamento**

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação das presentes normas serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara, sem prejuízo das competências materiais dos Órgãos do Município.

### PARTE III – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Propõe-se a aprovação destes elementos e a autorização para submissão à apreciação e votação do órgão deliberativo do município de Armamar:

1. Os Documentos Previsionais para o exercício de 2016;
2. Pedido de autorização para a consulta e contratação de empréstimos a Curto Prazo nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do RFALEI, até ao montante de 350.000,00 EUR.

#### TERMO DE ENCERRAMENTO

#### APROVAÇÃO PELO ÓRGÃO EXECUTIVO

Pelo exposto, os Documentos Previsionais para o exercício de 2016, importam tanto na receita como na despesa, no total de nove milhões cento e dezasseis mil quinhentos e vinte euros (9.116.520,00 EUR), e foram aprovados por maioria, pelo órgão executivo colegial, de harmonia com o disposto na alínea c), n.º I, artigo 33.º, Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e ulteriores retificações e alterações, na reunião realizada em 30 de outubro de 2015, para serem presentes à Assembleia Municipal.

O Órgão Executivo Colegial

(O presente documento, contém assinaturas eletrónicas qualificadas do cartão de cidadão dos membros do Órgão Executivo Colegial, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 09 de Abril.)

**APROVADO PELO ÓRGÃO DELIBERATIVO**

Os Documentos Previsionais para o exercício de 2016 que antecedem, foram presentes e submetidos sob proposta, em sessão ordinária da Assembleia Municipal, que se realizou em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pelos elementos da mesa, que abaixo assinam.

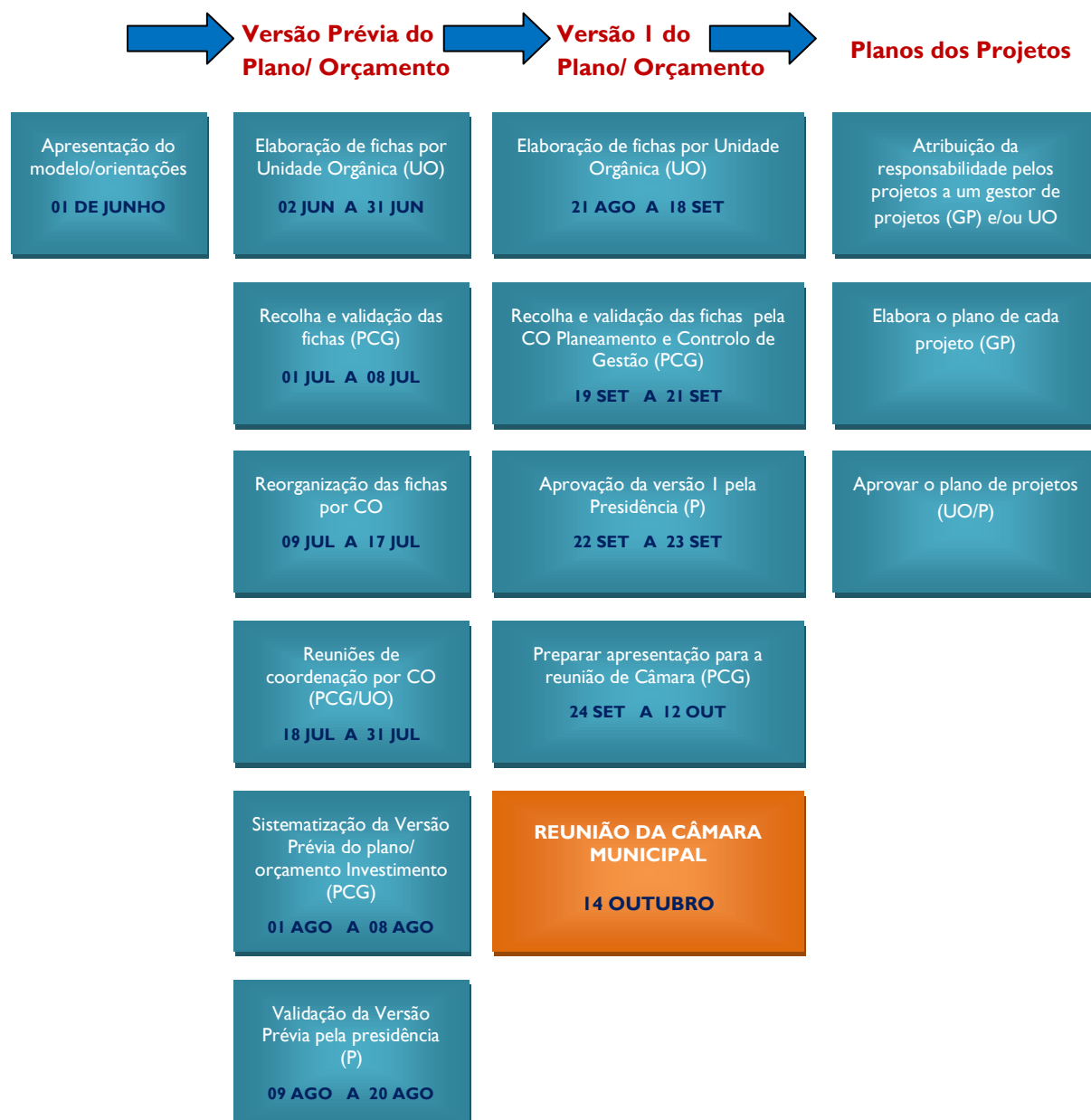
O Órgão Deliberativo

(O presente documento, contém assinaturas eletrónicas qualificadas do cartão de cidadão dos membros da mesa do Órgão Deliberativo, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 09 de Abril.)

## **PARTE IV – LISTA DE ANEXOS**

1. CALENDARIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS
2. RESUMO DO ORÇAMENTO
3. RESUMO DAS RECEITAS E DA DESPESAS
4. ORÇAMENTO DA RECEITA
5. ORÇAMENTO DA DESPESA
6. ORÇAMENTO DAS DESPESAS - FUNCIONAL E PLANOS
7. RESUMO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO
8. GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP's)
9. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)
10. PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS
11. ORÇAMENTO DAS DESPESAS COM E SEM PLANO E POR CO
12. MAPA DE EMPRÉSTIMOS

## CALENDARIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2017



## RESUMO DO ORÇAMENTO

## DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO DE 2016

UNIDADE: EUROS

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes .....	7.685.859,00	Correntes .....	6.726.678,00
De capital .....	1.430.661,00	De capital .....	2.389.842,00
<b>Total</b>	<b>9.116.520,00</b>	<b>Total</b>	<b>9.116.520,00</b>
Serviços Municipalizados	0,00	Serviços Municipalizados	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9.116.520,00</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9.116.520,00</b>

## RESUMO DAS RECEITAS E DESPESAS

UNIDADE: EUROS

DESCRIÇÃO	2016	%
<b>RECEITAS POR CAPÍTULO</b>		
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		
01 - Impostos Diretos	923.185,00	10,1%
02 - Impostos Indiretos	17.280,00	0,2%
04 - Taxas	246.010,00	2,7%
05 - Rendimentos da Propriedade	418.455,00	4,6%
06 - Transferências Correntes	5.052.299,00	55,4%
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	980.300,00	10,8%
08 - Outras Receitas Correntes	48.330,00	0,5%
<b>SUBTOTAL CAPÍTULOS</b>	<b>7.685.859,00</b>	<b>84,3%</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		
09 - Vendas de Bens de Investimento	36.880,00	0,4%
10 - Transferências de Capital	1.013.315,00	11,1%
12 - Passivos financeiros	350.000,00	3,8%
13 - Outras Receitas de Capital	10,00	0,0%
<b>SUBTOTAL CAPÍTULOS</b>	<b>1.400.205,00</b>	<b>15,36%</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		
15 - Reposições não Abatidas nos Pagamentos	30.456,00	0,3%
<b>SUBTOTAL CAPÍTULOS</b>	<b>30.456,00</b>	<b>0,3%</b>
<b>TOTAL DOS CAPÍTULOS</b>	<b>9.116.520,00</b>	<b>100,0%</b>

DESCRIÇÃO	2016	%
<b>DESPESAS POR AGRUPAMENTO</b>		
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
01 - Despesas com o Pessoal	3.002.759,00	32,9%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	3.116.135,00	34,2%
03 - Juros e Outros Encargos	196.916,00	2,2%
04 - Transferências Correntes	282.298,00	3,1%
05 - Subsídios	92.070,00	1,0%
06 - Outras Despesas Correntes	36.500,00	0,4%
<b>SUBTOTAL AGRUPAMENTOS</b>	<b>6.726.678,00</b>	<b>73,8%</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		
07 - Aquisição de Bens de Capital	883.333,00	9,7%
08 - Transferências de Capital	143.190,00	1,6%
09 - Ativos Financeiros	52.482,00	0,6%
10 - Passivos Financeiros	1.310.837,00	14,4%
<b>SUBTOTAL AGRUPAMENTOS</b>	<b>2.389.842,00</b>	<b>26,2%</b>
<b>TOTAL DOS AGRUPAMENTOS</b>	<b>9.116.520,00</b>	<b>100,0%</b>

## ORÇAMENTO DAS RECEITAS

UNIDADE: EUROS

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARMAMAR 2016 (vinculativo)			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	ARTIGO	GRUPO	CAPÍTULO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>					<b>7.685.859,00</b>
<b>01</b>	<b>IMPOSTOS DIRETOS</b>				<b>923.185,00</b>
<b>01.02</b>	<b>OUTROS</b>			<b>923.185,00</b>	
01.02.02	Imposto municipal sobre imóveis (IMI)		620.800,00		
01.02.03	Imposto único de circulação (IUC)		114.200,00		
01.02.04	Imposto municipal sobre as transações onerosas de imóveis (IMT)		116.450,00		
01.02.05	Derrama		71.600,00		
01.02.07	IMPOSTOS ABOLIDOS				
01.02.07.01	Contribuição autárquica		125,00		
01.02.99	Impostos diretos diversos		10,00		
<b>02</b>	<b>IMPOSTOS INDIRETOS</b>				<b>17.280,00</b>
<b>02.02</b>	<b>OUTROS</b>			<b>17.280,00</b>	
02.02.06	IMPOSTOS INDIRETOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS				
02.02.06.01	Mercados e feiras		2.550,00		
02.02.06.02	Loteamentos e obras		13.750,00		
02.02.06.03	Ocupação da via pública		70,00		
02.02.06.05	Publicidade		130,00		
02.02.06.06	Saneamento		10,00		
02.02.06.07	Utilização da rede viária municipal		10,00		
02.02.06.99	OUTROS				
02.02.06.99.01	Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)		10,00		
02.02.06.99.02	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação (TDFTH)		150,00		
02.02.06.99.99	Outros		600,00		
<b>04</b>	<b>TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>				<b>246.010,00</b>
<b>04.01</b>	<b>TAXAS</b>			<b>235.200,00</b>	
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS				
04.01.23.01	Mercados e feiras		370,00		
04.01.23.02	Loteamentos e obras		24.900,00		
04.01.23.03	Ocupação da via pública		600,00		
04.01.23.05	Caça, uso e porte de arma		32.100,00		
04.01.23.06	Saneamento		162.100,00		
04.01.23.99	OUTRAS TAXAS				
04.01.23.99.01	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação (TDFTH)		10,00		
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo		20,00		
04.01.23.99.99	Outras		15.100,00		
<b>04.02</b>	<b>MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>			<b>10.810,00</b>	
04.02.01	Juros de mora		5.100,00		

04.02.02	Juros compensatórios		4.900,00		
04.02.04	Coimas e penalidades por contraordenações		10,00		
04.02.99	Multas e penalidades diversas		800,00		
<b>05</b>	<b>RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE</b>				<b>418.455,00</b>
<b>05.02</b>	<b>JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS</b>			<b>25,00</b>	
05.02.01	Bancos e outras instituições financeiras		25,00		
<b>05.07</b>	<b>DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS</b>			<b>11.140,00</b>	
05.07.01	Empresas públicas		10,00		
05.07.02	Empresas públicas municipais e intermunicipais		10,00		
05.07.03	Empresas privadas		11.110,00		
05.07.99	Outras		10,00		
<b>05.10</b>	<b>RENDAS</b>			<b>407.290,00</b>	
05.10.01	Terrenos		407.250,00		
05.10.03	Habitações		10,00		
05.10.04	Edifícios		10,00		
05.10.05	Bens de Domínio Público		10,00		
05.10.99	Outros		10,00		
<b>06</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>				<b>5.052.299,00</b>
<b>06.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>			<b>5.039.429,00</b>	
06.03.01	ESTADO				
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)		3.851.669,00		
06.03.01.02	Fundo Social Municipal (FSM)		205.985,00		
06.03.01.03	Participação fixa no IRS		0,00		
06.03.01.99	OUTRAS				
06.03.01.99.01	Pessoal N/ docente do Ensino Pré-Escolar		77.990,00		
06.03.01.99.02	Pessoal N/ docente do 1.º ciclo do Ensino Básico		102.430,00		
06.03.01.99.03	Pessoal N/ docente do 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico		230.535,00		
06.03.01.99.04	Pessoal N/ docente s/ Funções letivas		41.085,00		
06.03.01.99.05	Acordo de cooperação pré-escolar		28.435,00		
06.03.01.99.06	Situações especiais do 2.º e 3.º ciclos		13.650,00		
06.03.01.99.07	Atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo		59.160,00		
06.03.01.99.09	Componente social		77.530,00		
06.03.01.99.99	Outras		15.550,00		
06.03.06	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS				
06.03.06.02	Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)		12.865,00		
06.03.06.03	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)		10,00		
06.03.06.04	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)		36.705,00		
06.03.07	Serviços e fundos autónomos		184.565,00		
06.03.09	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA E POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL				
06.03.09.01	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)		101.265,00		
<b>06.06</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>			<b>12.870,00</b>	

06.06.01	Sistemas de solidariedade e segurança social		12.870,00		
<b>07</b>	<b>VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES</b>				<b>980.300,00</b>
<b>07.01</b>	<b>VENDA DE BENS</b>			<b>220.280,00</b>	
07.01.02	Livros e documentação técnica		10,00		
07.01.03	Publicações e impressos		10,00		
07.01.05	Bens inutilizados		10,00		
07.01.06	Produtos agrícolas e pecuários		10,00		
07.01.08	MERCADORIAS				
07.01.08.01	Água		218.900,00		
07.01.08.03	Outros		1.300,00		
07.01.09	Matérias de consumo		10,00		
07.01.10	DESPREDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS				
07.01.10.01	Sucata		10,00		
07.01.10.99	Outros serviços específicos das autarquias		10,00		
07.01.99	Outros		10,00		
<b>07.02</b>	<b>SERVIÇOS</b>			<b>481.340,00</b>	
07.02.01	Aluguer de espaços e equipamentos		160.150,00		
07.02.03	Vistorias e ensaios		10,00		
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DESPORTO				
07.02.08.01	Serviços sociais		10,00		
07.02.08.02	SERVIÇOS RECREATIVOS				
07.02.08.02.01	Turismo Sénior		10,00		
07.02.08.02.99	Outros		10,00		
07.02.08.03	SERVIÇOS CULTURAIS				
07.02.08.03.01	Turismo Sénior		10,00		
07.02.08.03.99	Outros		10,00		
07.02.08.04	Serviços desportivos		50.800,00		
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS				
07.02.09.01	Saneamento		50,00		
07.02.09.02	Resíduos sólidos		220.700,00		
07.02.09.03	TRANSPORTES COLETIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS				
07.02.09.03.02	Transportes escolares		1.250,00		
07.02.09.03.99	Outros		10,00		
07.02.09.04	Trabalhos por conta de particulares		350,00		
07.02.09.05	Cemitérios		450,00		
07.02.09.06	Mercados e feiras		8.750,00		
07.02.09.99	Outros		38.400,00		
07.02.99	Outros		370,00		
<b>07.03</b>	<b>RENDAS</b>			<b>278.680,00</b>	
07.03.01	Habitações		330,00		
07.03.02	Edifícios		10.880,00		
07.03.99	Outras		267.470,00		

<b>08</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>				<b>48.330,00</b>
<b>08.01</b>	<b>OUTRAS</b>			<b>48.330,00</b>	
08.01.99	OUTRAS				
08.01.99.01	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais		10,00		
08.01.99.02	Indemnizações de estragos provocados por outrem em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às autarquias locais		10,00		
08.01.99.03	IVA reembolsado		6.000,00		
08.01.99.99	DIVERSAS				
08.01.99.99.02	Emolumentos de custas de execuções fiscais		2.110,00		
08.01.99.99.99	Receitas correntes diversas		40.200,00		
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>					<b>1.400.205,00</b>
<b>09</b>	<b>VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO</b>				<b>36.880,00</b>
<b>09.01</b>	<b>TERRENOS</b>			<b>10.190,00</b>	
09.01.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras		3.960,00		
09.01.02	Sociedades financeiras		10,00		
09.01.09	Instituições sem fins lucrativos		10,00		
09.01.10	Famílias		6.210,00		
<b>09.03</b>	<b>EDIFÍCIOS</b>			<b>24.080,00</b>	
09.03.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras		24.050,00		
09.03.02	Sociedades financeiras		10,00		
09.03.09	Instituições sem fins lucrativos		10,00		
09.03.10	Famílias		10,00		
<b>09.04</b>	<b>OUTROS BENS DE INVESTIMENTO</b>			<b>2.610,00</b>	
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS				
09.04.01.01	Equipamento de transporte		10,00		
09.04.01.02	Maquinaria e equipamento		2.500,00		
09.04.01.03	Outros		10,00		
09.04.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS				
09.04.02.01	Equipamento de transporte		10,00		
09.04.02.02	Maquinaria e equipamento		10,00		
09.04.02.03	Outros		10,00		
09.04.09	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS				
09.04.09.01	Equipamento de transporte		10,00		
09.04.09.02	Maquinaria e equipamento		10,00		
09.04.09.03	Outros		10,00		
09.04.10	FAMILIAS				
09.04.10.01	Equipamento de transporte		10,00		
09.04.10.02	Maquinaria e equipamento		10,00		
09.04.10.03	Outros		10,00		
<b>10</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>				<b>1.013.315,00</b>
<b>10.01</b>	<b>SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS</b>		0,00	<b>20,00</b>	
10.01.01	PÚBLICAS				

10.01.01.01	Empresas públicas (EP)		10,00		
10.01.02	Privadas (EDP)		10,00		
<b>10.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>			<b>1.013.295,00</b>	
10.03.01	ESTADO				
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)		427.963,00		
10.03.01.05	Ministério da Educação (ME)		20.000,00		
10.03.07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS				
10.03.07.01	Programa Operacional de Fatores de Competitividade (COMPETE)		8.070,00		
10.03.07.02	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)		430.005,00		
10.03.07.03	Programa Operacional Valorização do Território (POVT)		122.257,00		
10.03.08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS				
10.03.08.02	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)		5.000,00		
<b>12</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>				<b>350.000,00</b>
<b>12.05</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO</b>			<b>350.000,00</b>	
12.05.02	Sociedades financeiras		350.000,00		
<b>13</b>	<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>				<b>10,00</b>
<b>13.01</b>	<b>OUTRAS</b>			<b>10,00</b>	
13.01.01	Indemnizações		10,00		
<b>15</b>	<b>REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS</b>				<b>30.456,00</b>
<b>15.01</b>	<b>REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS</b>			<b>30.456,00</b>	
15.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos		30.456,00		

<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>9.116.520,00</b>
<b>TOTAL DE RECEITAS CORRENTES</b>	<b>7.685.859,00</b>
<b>TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.400.205,00</b>

## ORÇAMENTO DAS DESPESAS

UNIDADE: EUROS

CLASSIFICAÇÕES		ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARMAMAR DE 2016 (vinculativo)			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	RÚBRICA	SUBAGRUP.	AGRUPAM.
<b>DESPESAS CORRENTES</b>					<b>6.726.678,00</b>
<b>01</b>	<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>				<b>3.002.759,00</b>
<b>01.01</b>	<b>REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES</b>			<b>2.267.862,00</b>	
01.01.01	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	1	87.185,00		
01.01.04	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO				
01.01.04.01	Pessoal em funções	2	1.528.410,00		
01.01.04.02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	3	10,00		
01.01.04.03	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	4	10,00		
01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	5	10,00		
01.01.06	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO				
01.01.06.01	Pessoal em funções	6	3.383,00		
01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	7	1.692,00		
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	8	25.450,00		
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	9	100,00		
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	10	118.151,00		
01.01.11	Representação	11	24.320,00		
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO				
01.01.13.01	Pessoal em funções	13	172.010,00		
01.01.13.02	Pessoal em qualquer outra situação	14	5.461,00		
01.01.13.03	Membros dos órgãos autárquicos	15	3.105,00		
01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL				
01.01.14.01	Pessoal em funções	16	255.085,00		
01.01.14.02	Pessoal em qualquer outra situação	17	34.225,00		
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade / paternidade	18	9.255,00		
<b>01.02</b>	<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>			<b>68.606,00</b>	
01.02.02	Horas extraordinárias	19	25.295,00		
01.02.03	Alimentação e alojamento	20	195,00		
01.02.04	Ajudas de custo	21	14.610,00		
01.02.05	Abono para falhas	22	5.036,00		
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	23	1.000,00		
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS				
01.02.13.01	Prémios de desempenho	24	2.500,00		
01.02.13.02	Outros	25	19.970,00		
<b>01.03</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>			<b>666.291,00</b>	

01.03.01	Encargos com a saúde	26	103.160,00		
01.03.02	Outros encargos com a saúde	27	18.628,00		
01.03.03	Subsídio familiar a criança e jovens	28	22.263,00		
01.03.04	Outras prestações familiares	29	2.123,00		
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL				
01.03.05.01	ADSE - Quotizações	30	430,00		
01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)				
01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	31	284.340,00		
01.03.05.02.02	Segurança social - Regime geral	32	183.737,00		
01.03.05.03	OUTROS				
01.03.05.03.01	Serviços de assistência médico social (SAMS)	33	1.710,00		
01.03.05.03.03	Segurança social - Entidades contratantes dos trabalhadores independentes	34	900,00		
01.03.09	SEGUROS				
01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	35	49.000,00		
<b>02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>				<b>3.116.135,00</b>
<b>02.01</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>			<b>838.585,00</b>	
02.01.01	Matérias-primas e subsidiárias	36	29.350,00		
02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES				
02.01.02.01	Gasolina	37	1.000,00		
02.01.02.02	Gasóleo	38	88.290,00		
02.01.02.99	Outros	39	3.600,00		
02.01.03	Munições, explosivos e artifícios	40	50,00		
02.01.04	Limpeza e higiene	41	14.500,00		
02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	42	98.100,00		
02.01.06	Alimentação - Géneros para confeccionar	43	500,00		
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	44	3.850,00		
02.01.08	Material de escritório	45	6.420,00		
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos	46	500,00		
02.01.12	Material de transporte - Peças	47	28.600,00		
02.01.14	Outro material - Peças	48	8.000,00		
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	49	100,00		
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA				
02.01.16.01	Água	50	475.210,00		
02.01.16.03	Outras	51	2.750,00		
02.01.17	Ferramentas e utensílios	52	1.100,00		
02.01.18	Livros e documentação técnica	53	650,00		
02.01.19	Artigos honoríficos e de decoração	54	150,00		
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	55	2.660,00		
02.01.21	Outros bens	56	73.205,00		
<b>02.02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>			<b>2.277.550,00</b>	
02.02.01	Encargos das instalações	57	439.800,00		

02.02.02	Limpeza e higiene	58	394.680,00		
02.02.03	Conservação de bens	59	7.250,00		
02.02.04	Locação de edifícios	60	385.200,00		
02.02.05	Locação de material de informática	61	32.950,00		
02.02.06	Locação de material de transporte	62	21.600,00		
02.02.08	Locação de outros bens	63	12.200,00		
02.02.09	Comunicações	64	45.037,00		
02.02.10	Transportes	65	187.585,00		
02.02.11	Representação dos serviços	66	700,00		
02.02.12	Seguros	67	31.170,00		
02.02.13	Deslocações e estadas	68	21.585,00		
02.02.14	Estudos, pareceres, projetos e consultoria	69	2.500,00		
02.02.15	Formação	70	12.695,00		
02.02.17	Publicidade	71	8.850,00		
02.02.18	Vigilância e segurança	72	250,00		
02.02.19	Assistência técnica	73	8.400,00		
02.02.20	Outros trabalhos especializados	74	495.450,00		
02.02.22	Serviços de saúde	75	1.250,00		
02.02.24	Encargos de cobrança de receitas	76	22.000,00		
02.02.25	Outros serviços	77	146.398,00		
<b>03</b>	<b>JUROS E OUTROS ENCARGOS</b>				<b>196.916,00</b>
<b>03.01</b>	<b>JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA</b>			<b>71.800,00</b>	
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
03.01.03.01	Empréstimos de curto prazo	78	6.600,00		
03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO				
03.01.03.02.01	Caixa Geral de Depósitos	79	28.135,00		
03.01.03.02.06	Caixa Crédito Agrícola Mútuo	80	17.967,00		
03.01.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO				
03.01.05.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS				
03.01.05.02.02	Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	81	19.098,00		
<b>03.02</b>	<b>OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA</b>			<b>66.270,00</b>	
03.02.01	DESPESAS DIVERSAS				
03.02.01.01	Comissões bancárias com manutenção de contas, contratos de empréstimos, factoring e cedências de créditos	82	66.270,00		
<b>03.03</b>	<b>JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>			<b>720,00</b>	
03.03.05	Material de Transporte	83	720,00		
<b>03.05</b>	<b>OUTROS JUROS</b>			<b>54.596,00</b>	
03.05.02	OUTROS				
03.05.02.01	Contrato de factoring - (CCAM)	84	12.500,00		
03.05.02.02	Contrato de factoring/cedência de créditos - (BPI)	85	50,00		

03.05.02.03	Contrato de factoring/cedência de créditos - (CGD)	86	1.196,00		
03.05.02.98	Juros de acordos com fornecedores	87	14.850,00		
03.05.02.99	Juros de mora suportados	88	26.000,00		
<b>03.06</b>	<b>OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS</b>			<b>3.530,00</b>	
03.06.01	Outros encargos financeiros	89	3.530,00		
<b>04</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>				<b>282.298,00</b>
<b>04.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>			<b>16.840,00</b>	
04.03.01	Estado	90	4.275,00		
04.03.05	Serviços e fundos autónomos	91	12.565,00		
<b>04.05</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>			<b>18.000,00</b>	
04.05.01	CONTINENTE				
04.05.01.04	Associações de Municípios	92	18.000,00		
<b>04.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>			<b>69.325,00</b>	
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	93	69.325,00		
<b>04.08</b>	<b>FAMÍLIAS</b>			<b>178.133,00</b>	
04.08.02	Outras	94	178.133,00		
<b>05</b>	<b>SUBSÍDIOS</b>				<b>92.070,00</b>
<b>05.01</b>	<b>SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS</b>			<b>69.000,00</b>	
05.01.03	Privadas	95	69.000,00		
<b>05.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>			<b>10.220,00</b>	
05.07.01	Instituições sem fins lucrativos	96	10.220,00		
<b>05.08</b>	<b>FAMÍLIAS</b>			<b>12.850,00</b>	
05.08.03	Outras	97	12.850,00		
<b>06</b>	<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>				<b>36.500,00</b>
<b>06.02</b>	<b>DIVERSAS</b>			<b>36.500,00</b>	
06.02.01	Impostos e taxas	98	4.500,00		
06.02.03	OUTRAS				
06.02.03.01	Outras restituições	99	1.000,00		
06.02.03.05	Outras	100	31.000,00		
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					<b>2.389.842,00</b>
<b>07</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL</b>				<b>883.333,00</b>
<b>07.01</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>			<b>303.463,00</b>	
07.01.01	Terrenos	101	25.100,00		
07.01.03	EDIFÍCIOS				
07.01.03.01	Instalações de serviços	102	12.100,00		
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS				
07.01.04.06	Instalações desportivas e recreativas	103	38.145,00		
07.01.04.13	Outras Construções	104	17.315,00		
07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES				
07.01.06.02	Outros	105	105.000,00		
07.01.07	Equipamento de informática	106	58.682,00		

07.01.08	Software informático	107	16.671,00		
07.01.09	Equipamento administrativo	108	2.950,00		
07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO				
07.01.10.02	Outros	109	13.000,00		
07.01.11	Ferramentas e utensílios	110	9.500,00		
07.01.13	Investimentos incorpóreos	111	5.000,00		
<b>07.02</b>	<b>LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>			<b>13.710,00</b>	
07.02.05	Material de transporte	112	13.710,00		
<b>07.03</b>	<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>			<b>566.160,00</b>	
<b>07.03.03</b>	<b>OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRAESTRUTURAS</b>				
07.03.03.01	Viadutos, arruamentos e obras complementares	113	527.160,00		
07.03.03.02	Sistemas de drenagem de águas residuais	114	14.000,00		
07.03.03.03	Estações de tratamento de águas residuais	115	10.000,00		
07.03.03.08	Viação rural	116	10.000,00		
07.03.03.09	Sinalização e trânsito	117	5.000,00		
<b>08</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>				<b>143.190,00</b>
<b>08.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>			<b>12.895,00</b>	
08.03.06	Serviços e fundos autónomos (Direção Geral de Energia E Geologia - Fundo de Eficiência Energética)	118	12.895,00		
<b>08.05</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>			<b>10.000,00</b>	
08.05.01	CONTINENTE				
08.05.01.02	Freguesias	119	10.000,00		
<b>08.06</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>			<b>25.295,00</b>	
08.06.01	Sistemas de solidariedade e segurança social	120	25.295,00		
<b>08.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>			<b>95.000,00</b>	
08.07.01	Instituições sem fins lucrativos	121	95.000,00		
<b>09</b>	<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>				<b>52.482,00</b>
<b>09.08</b>	<b>UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO</b>			<b>52.482,00</b>	
09.08.02	Sociedades e quase sociedades não financeiras-Públicas (FAM)	122	52.482,00		
<b>10</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>				<b>1.310.837,00</b>
<b>10.05</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO</b>			<b>645.000,00</b>	
10.05.03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	123	645.000,00		
<b>10.06</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>			<b>665.837,00</b>	
10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
10.06.03.01	Caixa Geral de Depósitos	124	549.328,00		
10.06.03.06	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	125	45.153,00		
10.06.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO				
10.06.05.02	Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	126	71.356,00		
<b>DESPESAS TOTAIS</b>				<b>9.116.520,00</b>	
<b>TOTAL DE DESPESAS CORRENTES</b>				<b>6.726.678,00</b>	
<b>TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL</b>				<b>2.389.842,00</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS**

- 1) **«01.01.01 Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos»** Despesas com remunerações dos membros da câmara municipal, nos termos do n.º 2, artigo 6.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho e ulteriores alterações.
- 2) **«01.01.04.01 Pessoal em funções»** Despesas com remunerações do pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado (Ex: Antigo pessoal dos quadros), nos termos do disposto no n.º 1, artigo 150.º, da Lei 35/2014, 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LGTFP).
- 3) **«01.01.04.02 Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório»** Despesas com alterações de posicionamento remuneratório do pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado consideradas obrigatórias, nos termos do artigo 156.º da LGTFP, conjugada com a Lei do Orçamento de Estado (LOE) para cada ano, e Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, que adapta o SIADAP à Administração Local. **Nota:** Nos termos do disposto no artigo 31.º da LGTFP, quando não seja utilizada a totalidade das verbas orçamentais da presente rubrica, a parte remanescente acresce à rubrica «01.02.13.01 Prémios de desempenho». No decurso da execução orçamental, os montantes orçamentados na presente rubrica, não podem ser utilizados para suprir eventuais insuficiências orçamentais (modificação orçamental da despesa) no âmbito das restantes despesas com pessoal.
- 4) **«01.01.04.03 Alterações facultativas de posicionamento remuneratório»** Despesas com alterações de posicionamento remuneratório do pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado consideradas facultativas, ou seja, aquelas que o Presidente da Câmara Municipal considerar necessárias, mesmo que não se encontrem reunidos os requisitos previstos nos artigos 156.º e 157.º da LGTFP conjugados com a LOE para cada ano, e Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, que adapta o SIADAP à Administração Local. **Nota:** Nos termos do disposto no artigo 31.º da LGTFP, quando não seja utilizada a totalidade das verbas orçamentais da presente rubrica, a parte remanescente acresce à rubrica «01.02.13.01 Prémios de desempenho». No decurso da execução orçamental, os montantes orçamentados na presente rubrica, não podem ser utilizados para suprir eventuais insuficiências orçamentais (modificação orçamental da despesa) no âmbito das restantes despesas com pessoal.
- 5) **«01.01.04.04 Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho»** Despesas relacionadas com o preenchimento de novos postos de trabalho no ano da sua contratação (pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções

públicas por tempo indeterminado), nos termos do artigo 30.º, da LGTFP conjugada com a LOE para cada ano.

- 6) «**01.01.06.01 Pessoal em funções**» Despesas com remunerações do pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas a termo resolutivo (Ex: Antigo pessoal contratado), nos termos do disposto do n.º I, artigo 150.º da LGTFP.
- 7) «**01.01.06.04 Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho**» Despesas relacionadas com o preenchimento de novos postos de trabalho no ano da sua contratação (pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas a termo resolutivo), nos termos do disposto no artigo 30.º da LGTFP, conjugada com a LOE para cada ano.
- 8) «**01.01.07 Pessoal em regime de tarefa ou avença**» Despesas assumidas e pagas a prestadores de serviços – tarefa e/ou avença - nos termos do disposto no artigo 32.º da LGTFP, conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 setembro e ulteriores alterações e LOE para cada ano. (Ex: Designadas situações especiais, relacionadas com o pessoal não docente)
- 9) «**01.01.08 Pessoal aguardando aposentação**» Despesas com pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado, que se encontram desligados do serviço para efeitos de aposentação. Estes devem, ser abonados, das suas pensões provisórias de aposentação até ao fim do mês em que as respetivas pensões definitivas de aposentação constarem da lista da Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social que faz publicar todos os meses no DRE (Diário da República), consoante o caso.
- 10) «**01.01.09 Pessoal em qualquer outra situação**» Despesas com o pessoal, não enquadráveis nas rubricas anteriores, nomeadamente pessoal em comissão de serviço, pessoal dos gabinetes de apoio e situações de mobilidade geral (Ex: Chefes de Divisão, Gabinete de Apoio ao Presidente, etc.) nos termos do disposto no n.º I, artigo 150.º da LGTFP.
- 11) «**01.01.11 Representação**» Despesas com os membros da câmara municipal em regime de permanência ou dirigentes (chefes de divisão), com objetivo de os compensar pelo acréscimo de despesa, que a manutenção da dignidade inerente a esses cargos e as exigências do seu desempenho impõem. Estes valores são fixados por lei. (Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, artigo 24.º, n.º 2 e n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho e ulteriores alterações.)
- 12) «**01.01.13.01 Pessoal em funções**» Despesas com subsídio de refeição do pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo. (artigo 114.º da Lei n.º 12- A/2008, de 27 de fevereiro e ulteriores alterações, conjugado com a LOE para cada ano.)

- 13) **«01.01.13.02 Pessoal em qualquer outra situação»** Despesas com subsídio de refeição do pessoal, não enquadráveis nas rubricas anteriores, nomeadamente pessoal em comissão de serviço, pessoal dos gabinetes de apoio pessoal e situações de mobilidade geral (Ex: Chefes de Divisão, Gabinete de Apoio ao Presidente, etc.). Artigo 114.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e ulteriores alterações, conjugado com a LOE para cada ano.
- 14) **«01.01.13.03 Membros dos órgãos autárquicos»** Despesas com subsídio de refeição, legalmente aprovadas, com os membros da câmara municipal em regime de permanência, nos termos do disposto na alínea r), n.º 1, artigo 5.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho e ulteriores alterações.
- 15) **«01.01.14.01 Pessoal em funções»** Despesas com subsídio de férias e natal do pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo (n.º 2 do artigo 150.º da LGTFP).
- 16) **«01.01.14.02 Pessoal em qualquer outra situação»** Despesas com subsídio de férias e natal do pessoal, não enquadráveis nas rubricas anteriores, nomeadamente pessoal em comissão de serviço, pessoal dos gabinetes de apoio, situações de mobilidade geral e membros da câmara municipal em regime de permanência (Ex: Chefes de Divisão, Gabinete de Apoio ao Presidente, Executivo, etc.) etc., (n.º 2 do artigo 150.º da LGTFP).
- 17) **«01.01.15 Remunerações por doença e maternidade/paternidade»** Despesa com abonos do pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado e a termo resolutivo, que se encontram ausentes do local de trabalho por doença ou por motivo de maternidade, paternidade e adoção, nos termos do disposto da LGTFP, conjugada com a Lei n.º 4/2009, de 29 de janeiro.
- 18) **«01.02.02 Horas extraordinárias»** Despesas com os abonos de prestações de trabalho suplementar, quando as necessidades do serviço assim o exigirem, em virtude da acumulação anormal ou imprevista de trabalho, ou da urgência da realização de tarefas especiais e ainda em situações que resultem de imposição legal (artigo 120.º da LGTFP).
- 19) **«01.02.03 Alimentação e alojamento»** Despesas com alimentação ou alojamento do pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado e a termos resolutivo. Estas despesas são atribuídas em numerário, mediante processamento que terá de ser nominalmente individualizado. (Ex: Reembolso das despesas com o alojamento ou alimentação suportadas pelos trabalhadores, quando estes se encontrem deslocados do seu posto de trabalho, seja em formação ou em trabalho) DL n.º 106/98, de 24 de abril e ulteriores alterações, conjugada com a LOE para cada ano.
- 20) **«01.02.04 Ajudas de custo»** Inclui importâncias abonar aos trabalhadores que exercem funções públicas, membros da Assembleia Municipal e do Executivo, quando

deslocados da sua residência oficial, por motivo de serviço público, quer em território nacional ou estrangeiro. Também deve incluir as despesas com alimentação e alojamento, que possam ter lugar no decurso das deslocações e, com elas, estejam intimamente relacionadas (Ex: Subsídios de Transporte, abono das ajudas de custo nas deslocações diárias, despesas sujeitas a compensação, incluindo o custo do almoço, alojamento, etc.) nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril e ulteriores alterações, conjugada com a LOE para cada ano e no n.º 2 do artigo 30.º Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (doravante RJALEI), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, e ulteriores alterações.

- 21) **«01.02.05 Abono para falhas»** Engloba despesas que, revestindo tal natureza tenha, contudo, o seu direito e o regime de atribuição fixado em Lei. Trata-se de um abono a trabalhadores que exercem funções públicas, cuja atribuição se justifica pela responsabilidade que exige. Tem direito a este abono os seguintes trabalhadores (Ex: Tesoureiros, leitores cobradores, e outros trabalhadores que lidem com dinheiros públicos). Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de janeiro e ulteriores alterações.
- 22) **«01.02.12 Indemnizações por cessação de funções»** Engloba remunerações de compensação dos trabalhadores que exercem funções públicas, por cessação de funções definidas no artigo 12.º da LGFPT.
- 23) **«01.02.13.01 Prémios de desempenho»** Incluem despesas relativas à atribuição de prémios de desempenho, aos trabalhadores que, cumulativamente exerçam funções públicas no órgão ao serviço e, na falta de lei especial em contrário, tenham obtido na última avaliação do seu desempenho, a menção máxima ou a imediatamente inferior a ela entre outras condições legalmente aplicáveis. Artigos 91.º, 146.º e 166.º a 168.º da LGTFP, conjugados com o Decreto Regulamentar, de 04 de setembro, que adapta o SIADAP à Administração Local. **Nota:** Nos termos do disposto no artigo 31.º da LGTFP, quando não seja utilizada a totalidade das verbas orçamentais com encargos relativos aos postos de trabalho a recrutar previstos no mapa de pessoal («01.01.04.04» «01.01.06.04») e com as alterações do posicionamento remuneratório («01.01.04.02» «01.01.04.03» «01.01.06.02» «01.01.06.03»), a parte remanescente acresce à presente rubrica. No decurso da execução orçamental, os montantes orçamentados na presente rubrica, não podem ser utilizados para suprir eventuais insuficiências orçamentais (modificação orçamental da despesa) no âmbito das restantes despesas com pessoal.
- 24) **«01.02.13.02 Outros»** Despesas abonar com os membros do Executivo e da Assembleia Municipal, por motivos de participação efetiva nas reuniões ordinárias e extraordinárias que se desenvolvem ao longo do ano, compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto em atos eleitorais e referendários, entre outras enquadráveis na legislação em vigor. (Ex: Senhas de presença, compensação dos membros das mesas de voto, entre outras). (Alínea c), n.º I, artigo 5.º, da Lei n.º 29/87, de 30 de junho e Lei n.º 22/99, de 21 de abril e ulteriores alterações e n.º 2 do artigo 30.º do RJALEI)

- 25) **«01.02.14 Outros abonos em numerário ou espécie»** Tendo uma natureza residual, incluem-se, entre outras, as despesas com subsídios abonar pelo trabalho prestado, em dias de descanso semanal, complementar e em feriados dos trabalhadores que exercem funções públicas e dirigentes, e ainda as respetivas despesas de telefones individuais. Artigo 120.º da LGTFP, e Portaria n.º 609/2009, de 5 de junho.
- 26) **«01.03.01 Encargos com a saúde»** Incluem-se despesas com a aquisição de próteses, artigos e medicamentos, serviços de especialidades clínicas, tratamentos, internamentos e outras despesas da mesma natureza, quando feitas em direto benefício dos trabalhadores que exercem funções públicas (Ex: Despesas reembolsadas mensalmente ao Sistema Nacional de Saúde (SNS) **Nota:** a partir de 01 de julho de 2015 são suportadas pelo orçamento do SNS as despesas e os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços do SNS aos beneficiários da ADSE, SAD e ADM). Artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 09 de março conjugados com os artigos 151.º a 154.º do LOE de 2015.
- 27) **«01.03.02 Outros encargos com a saúde»** Engloba despesas com aquisições de outros bens e serviços de saúde que assumam a forma de compensação financeira. (Ex: Reembolsos efetuados aos trabalhadores que exercem funções públicas no Município, nomeadamente, consultas médicas efetuadas em clínicas privadas, entre outros) Despacho n.º 8738/2004, de 3 de maio da 2.ª série do DRE.
- 28) **«01.03.03 Subsídio familiar a criança e jovens»** Despesas com prestação mensal que visa compensar os encargos respeitantes ao sustento e educação dos descendentes dos trabalhadores que exercem funções públicas, nos termos do disposto nos artigos 3.º e 14.º, do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, e ulteriores alterações. (Ex: Abono de família para crianças e jovens, abono de família pré-natal, bolsa de estudo).
- 29) **«01.03.04 Outras prestações familiares»** Despesas com prestações complementares atribuídas aos trabalhadores que exercem funções públicas (Ex: Subsídios mensal vitalício, de infantário, de morte ou reembolso das despesas de funeral), nos termos da legislação em vigor. Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, e ulteriores alterações.
- 30) **«01.03.05.01 ADSE – Quotas»** Despesas com pagamento das quotizações semestrais à Direção Geral de Proteção Social dos trabalhadores em funções públicas (ADSE). Artigo 5.º e artigo 47.º-A, do Decreto-Lei n.º 118/83 de 25 de fevereiro e ulteriores alterações.
- 31) **«01.03.05.02.01 Caixa Geral de Aposentações»** Despesas com o pagamento de contribuições para a Caixa Geral de Aposentações (Ex: Contribuições pelo Município de 23,75% da remuneração base dos trabalhadores que exercem funções públicas), Artigo 6.º-A, do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, e ulteriores alterações.
- 32) **«01.03.05.02.02 Segurança social - Regime geral»** Despesas com o pagamento de contribuições para a Segurança Social (Ex: Contribuições pelo Município de 23,75% com vínculo de contrato por tempo indeterminado e 18,6% com vínculo de nomeação da

remuneração base dos trabalhadores que exercem funções públicas), nos termos do disposto no artigo 53.º e n.º 2 do artigo 91.º-C da Lei n.º 110/9/2009, de 16 de setembro e ulteriores alterações.

- 33) «**01.03.05.03.01 Serviços de assistência médica social (SAMS)**» Incluem-se as despesas com o pagamento efetuados pelo Município (6,5% da retribuição efetiva), nos termos do disposto no n.º 4 da cláusula 144.º do Acordo Coletivo de Trabalho do setor bancário publicado no BTE n.º 8 de 29 de fevereiro de 2012.
- 34) «**01.03.05.03.03 Segurança social - Entidades contratantes dos trabalhadores independentes**» Incluem-se despesas efetuadas pelo Município de 5% da remuneração paga aos trabalhadores independentes num determinado ano, segundo o artigo 168.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro e ulteriores alterações.
- 35) «**01.03.09.01 Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais**» Englobam despesas com pagamento de seguros de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração perfeccionais (Artigo 45.º, do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro e ulteriores alterações conjugado com a Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, artigo 284.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro e ulteriores alterações).
- 36) «**02.01.01 Matérias-primas e subsidiárias**» Compreendem-se os bens adquiridos para serem utilizados na produção ou transformação em oficinas ou em atividades cinegéticas, podendo incorporar-se materialmente (matérias primas - Ex: **Oficinas:** papel, madeira, ferro, tintas, pregos, parafusos, desde que seja destinados aqueles fins; **Atividades Cinegéticas:** Ração para alimentação de animais de caça), ou não (matérias subsidiárias - Ex: **Energia:** eletricidade ou combustíveis utilizados em máquinas, diluente, entre outros) nos produtos finais. (Ex: porta, janela, móvel, coelhos).
- 37) «**02.01.02.01 Gasolina**» Inclui despesas com aquisição de gasolina para máquinas e viaturas.
- 38) «**02.01.02.02 Gasóleo**» Inclui despesas com aquisição de gasóleo para máquinas e viaturas.
- 39) «**02.01.02.99 Outros**» Inclui despesas com aquisição de óleos, gás em garrafas, álcool, carvão, lenha, oxigénio entre outros compostos, velas, fósforos, etc., ou seja tudo aquilo que destina à queima.
- 40) «**02.01.03 Munições, explosivos e artifícios**» Engloba despesa com bens que se extinguem imediatamente assim que usados, devido às suas estritas características. (Ex: bombas, fumíferos, pólvora, dinamite, rastilhos, bens de artifício utilizados para sinalização e socorros, entre outros).
- 41) «**02.01.04 Limpeza e higiene**» Despesas com aquisição de materiais de higiene e limpeza a utilizar em todas as instalações do Município, incluindo os artigos adquiridos

para limpeza urbana (Ex: Panos de pó, esfregões, vassouras, detergentes, rolos de papel para casa de banho, entre outros que pela sua natureza sejam usados na limpeza e higiene das instalações do Município). **Nota:** O material de limpeza e de expediente a fornecer às escolas do 1.º ciclo do ensino básico e aos estabelecimentos de educação pré-escolar é da competência exclusiva das juntas de freguesia.

- 42) **«02.01.05 Alimentação - Refeições confeccionadas»** Incluem-se despesas com alimentação já confeccionada, que o Município fornece aos trabalhadores que exercem funções públicas, assim como pessoas que, não tendo essa qualidade, estão, no entanto, em situações que colocam o Município na responsabilidade de lhes proporcionar alimentação, nomeadamente em creches e centros de dia (Ex: Trabalhadores em funções públicas no Município e cidadãos que estejam em situação de precariedade devidamente comprovada, entre outros).
- 43) **«02.01.06 Alimentação - Géneros para confeccionar»** Incluem-se despesas com alimentação não confeccionada, ou seja, aquisição de alimentos para confeccionar, que o Município fornece aos trabalhadores que exercem funções públicas, assim como pessoas que, não tendo essa qualidade, estão, no entanto, em situações que colocam o Município na responsabilidade de lhes proporcionar alimentação. (Ex: Aquisição de massa, arroz, leite, entre outros alimentos que são fornecidos gratuitamente pelo Município aos seus trabalhadores e cidadãos que estejam em situação de precariedade devidamente comprovada, entre outros).
- 44) **«02.01.07 Vestuário e artigos pessoais»** Incluem-se despesas com aquisição de vestuário e artigos de uso restrito/individual para os trabalhadores. Incluem-se ainda, as despesas de eventuais reparações a este tipo de artigos/vestuário. (Ex: Luvas, batas, calças, botas, capacetes de proteção, fardas, entre outros).
- 45) **«02.01.08 Material de escritório»** Engloba a despesa com aquisição de material de escritório de consumo rápido. Também, são ainda consideradas despesas com aquisição de bens de consumo imediato pela Assembleia Municipal. Não são considerados nesta rubrica equipamentos de escritório (Imobilizado) (Ex: Papel de impressora, lápis, agraphadores, furadores, *dossiers*, rolos para a máquina de calcular, esferográficas, agraphos, papel timbrado ou outro tipo de papel, entre outros).
- 46) **«02.01.09 Produtos químicos e farmacêuticos»** Incluem-se as despesas com medicamentos inscritos no formulário nacional de medicamentos, com reagentes e produtos de diagnósticos rápido e com outros produtos farmacêuticos, adquiridos para consumo (Ex: Produtos comprados exclusivamente em farmácias que não sejam comparticipados pelo Sistema Nacional de Saúde (SNS), como, betadine, álcool, água-oxigenada, entre outros). Incluem-se ainda nesta rubrica, a aquisição dos reagentes de cloro livre (testes) para análise da água, com a exceção do cloro e outros produtos químicos para tratamento de águas (piscinas municipais), sendo os mesmos registados na rubrica **«02.01.21 Outros bens»**.

- 47) **«02.01.12 Material de transporte – Peças»** Incluem-se as despesas com aquisição de materiais (peças), para as viaturas e máquinas (Ex: Pneus, faróis, farolins, filtros, portas, e outras peças mecânicas). Nota: Não deverá ser incluído nesta rubrica a aquisição de motores, uma vez que essa aquisição será classificada numa rubrica de investimentos.
- 48) **«02.01.14 Outro material – Peças»** Engloba as despesas com aquisição de materiais (peças), que não sejam consideradas na rubrica "material de transporte - peças" (Ex: parafusos, discos de corte, limas, brocas, entre outros que não sejam considerados materiais de transporte).
- 49) **«02.01.15 Prémios, condecorações e ofertas»** Despesas com atribuições de prémios, condecorações e ofertas atribuídas pelo Município (Ex: faixas de cetim, cachecóis, medalhas, taças, t-shirts entre outros).
- 50) **«02.01.16.01 Água»** Incluem-se despesas com aquisição de água à "Águas do Norte, S.A." para ser vendida aos cidadãos (Ex: Abastecimento da rede pública).
- 51) **«02.01.16.03 Outras»** Incluem-se despesas com aquisição de artigos destinados a venda. (Ex: toucas e óculos de natação, livros, vinhos, entre outros.)
- 52) **«02.01.17 Ferramentas e utensílios»** Despesas com ferramentas e utensílios cuja vida útil não exceda, em condições de utilização normal, o período de um ano. (Ex: martelos, picos, pás, enxadas, ancinhos, tesouras, entre outros).
- 53) **«02.01.18 Livros e documentação técnica»** Despesa com aquisição de livros técnicos, revistas técnicas e documentação técnica, nomeadamente os afetos aos serviços administrativos do Município. (Ex: livros técnicos, revista de administração local, questão atuais do direito local, artigos científicos, estes aplicados às atividades administrativas).
- 54) **«02.01.19 Artigos honoríficos e de decoração»** Despesas com artigos honoríficos e objetos de decoração de reduzido valor. (Ex: bandeiras, estandartes, galhardetes, arranjos florais, aquisição de arranjo florais para fins fúnebres, entre outros).
- 55) **«02.01.20 Material de educação, cultura e recreio»** Incluem-se despesas com aquisição de bens afetos à educação física e desporto, artes recreativas musicais das belas-artes, da museologia, culto religioso, de recreio, formação profissional, material escolar afeto aos estabelecimentos com funções de ensino, livros e revistas quando inventariáveis e afetos a bibliotecas. (Ex: mapas didáticos, utensílios e aparelhos de laboratórios escolares, réguas, compassos, e outros artigos normalmente utilizados nas salas de aula, equipamentos e aparelhos para educação física e desporto, instrumentos musicais, jogos, aparelhos de rádio e de televisão para salas de convívio, livros e revistas, entre outros).
- 56) **«02.01.21 Outros bens»** Incluem-se despesas com aquisição de bens não tipificados em rubrica específica, nomeadamente os não inventariáveis. (Ex: cubos, manilhas, areia, cimento, pó, tout venant, massa betuminosa, gravilha, tubagens de grande dimensão,

tampas de saneamento entre outros da mesma natureza, que a sua utilização esteja relacionada com obras por administração direta. Incluem-se ainda, as publicações diversas, nomeadamente os jornais e revistas (que não sejam de carácter técnico), entre outros. Devem ainda, incluir-se as despesas com garrafas de água potável para os membros da Assembleia Municipal, entre outros. **Nota:** Todos os bens que não sejam enquadráveis nas rubricas anteriores têm de ser registados diretamente na presente rubrica.

- 57) **«02.02.01 Encargos das instalações»** Incluem-se despesas com consumo de energia, quer se destine à iluminação ou ao aquecimento das instalações. (Ex: gás para aquecimento das águas das piscinas e outros edifícios, caroço de azeitona para aquecimento para o jardim-de-infância de Armamar, eletricidade para todas as instalações, entre outros).
- 58) **«02.02.02 Limpeza e higiene»** Incluem-se despesas referentes à aquisição de serviços de limpeza e higiene, assegurados por empresas da especialidade. (Ex: Recolha e tratamento dos resíduos recicláveis, pela empresa RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., recolha e transporte de resíduos sólidos e urbanos pela empresa RESUR - Gestão de Resíduos e Higiene Urbana, Lda.)
- 59) **«02.02.03 Conservação de bens»** Incluem-se todas as despesas (incluindo custos de serviços e materiais quando conjuntamente faturados), com trabalhos de reparação, conservação e beneficiação de bens imóveis, móveis e semoventes, não aumentando nem alterando a sua estrutura ou valor (incluem-se também, as pequenas reparações e conservações), quando adjudicados a empresas ou profissionais autónomos, visando apenas mantê-los em boas condições de funcionamento ou de aproveitamento. Nota: As grandes reparações, que aumentem e alterem a estrutura ou valor dos bens imóveis, móveis e semoventes devem ser classificadas nas rubricas dos respetivos investimentos atendendo à sua natureza. (Ex: Mudanças de peças de transporte, inspeções periódicas, mudança de pneumáticos ou pinturas quando efetuados por entidades externas, pequenas reparações de vias quando efetuadas por empresas externas, entre outros).
- 60) **«02.02.04 Locações de edifícios»** Incluem-se todas as despesas relativas à renda de terrenos e edifícios. (Ex: renda paga à Armamar Viva. S.A. referente ao armazém municipal localizado na zona industrial.)
- 61) **«02.02.05 Locação de material de informática»** Incluem-se todas as despesas relativas ao aluguer de equipamentos informáticos, que tenham por suporte a figura jurídica do "Contrato de locação operacional". (Ex: Serviços de cópia e impressão em regime de *outsourcing*, pela empresa "Konica Minolta Business Solutions Portugal, Unipessoal, Lda".)
- 62) **«02.02.06 Locação de material de transporte»** Incluem-se todas as despesas relativas ao aluguer de material de transporte, que tenham por suporte a figura jurídica

do "Contrato de locação operacional". (Ex: Aluguer de viaturas pela empresa "JACAR, Rent - A - Car, Lda".)

- 63) **«02.02.08 Locação de outros bens»** Incluem-se todas as despesas relativas ao aluguer de outros bem que tenham por suporte a figura jurídica do "Contrato de locação operacional". (Ex: aluguer de purificadores de água potável, pela empresa "PMS - COFFE, S.A.", aluguer de toalheiros de mão em algodão das piscinas municipais cobertas pela empresa Elis Spast Sociedade Portuguesa de Aluguer e Serviços Têxteis, S.A., aluguer de plataforma informática de compras públicas pela empresa "Gatewit - Construlink Tecnologias de Informação, S.A.", aluguer de aplicações informáticas pela empresa "IPBRICK, S.A." ou a empresa IPortalMais-Serviços de Internet e Redes, Lda., serviço de alojamento e manutenção do Web Site do Município faturado pela EUROTUX, Informática, S.A.).
- 64) **«02.02.09 Comunicações»** Incluem-se todas as despesas com comunicações, fixas e móveis de voz, e dados, e de acessos à internet, incluindo correspondência via CTT. (Ex: Comunicações faturadas pelas "Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A." e "MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.", correspondência faturada pela "CTT - Correios de Portugal, S.A.")
- 65) **«02.02.10 Transportes»** Incluem-se todas as despesas com transportes de pessoas, quer tenham ou não a qualidade de trabalhadores do Município. Os gastos com o transporte dos trabalhadores que aqui se devem considerar são aluguer permanente de veículos para transporte desses trabalhadores, subsídios de transporte concedidos em regime de permanência aos trabalhadores e passes sociais concedidos aos mesmos, tudo para fazer face às deslocações de e para o local de trabalho. Também, afetam-se nesta rubrica as despesas com o transporte de bens já na posse dos serviços (se ainda não o estiverem, as despesas vão onerar as dotações que suportam ou suportariam as respetivas aquisições). Devem ainda na presente rubrica satisfazer, igualmente, os encargos com o aluguer de viaturas com ou sem condutor, bem assim os encargos relativos a alfândegas, portagens, bagagens, excesso de carga e reboque de viaturas. Também devem ser enquadradas, as despesas com subsídios de transporte, relativas aos contratos de emprego-inserção, contratos de emprego-inserção mais, estágios do PEPAL, programas ocupacionais, bem como outros programas que se enquadrem neste âmbito. (Ex: Despesas com portagens pagas à "Via Verde Portugal", serviço de transporte escolar de alunos efetuado pela empresa "Transdev, Interior S.A.", serviço de transporte prestados às associações culturais, recreativas, desportivas sedeadas no Município, serviços de transporte em táxis, subsídios de transporte, entre outros) (Alínea c), n.º 2, artigo 23.º e alíneas ee) e gg), n.º 1, artigo 33.º, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações e o Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro e ulteriores alterações).
- 66) **«02.02.11 Representação dos serviços»** Incluem-se despesas de representação do Município em congressos e missões (normalmente quando efetuadas pelos membros do

Executivo, da Assembleia Municipal ou pelos membros do Gabinete de Apoio à Presidência), quando efetuadas no país ou no estrangeiro. (Ex: congressos, feiras, e outros certames e missões em que se torne necessário a participação oficial dos membros anteriormente mencionados).

- 67) **«02.02.12 Seguros»** Despesas com a constituição de prémios de seguros de pessoas e bens, com a exceção de seguros de saúde e seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais. Devem ainda ser enquadradas, as despesas com seguros de acidentes pessoais com contratos de emprego-inserção, contratos de emprego-inserção mais, estágios do PEPAL, programas ocupacionais, bem como outros programas que se enquadrem neste âmbito. (Ex: Seguros de edifícios, seguros de recheio, seguro automóvel, seguro de vida, seguros de responsabilidade civil, seguros de acidentes pessoais, entre outros.)
- 68) **«02.02.13 Deslocações e estadas»** Engloba essencialmente despesas de deslocação, alojamento e alimentação em território nacional e no estrangeiro, que não sejam suportadas através de ajudas de custo. (Ex: Deslocação em veículo próprio dos trabalhadores e membros do Executivo, em que é paga através da multiplicação dos quilómetros percorridos pelo valor por quilómetro, nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 28 de abril e ulteriores alterações conjugado com a alínea a), ponto 4.º da Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro e com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro. Despesas com deslocação em veículo público, alimentação pagas pelos trabalhadores quando se encontram deslocados do local de trabalho em formação, entre outros.)
- 69) **«02.02.14 Estudos, pareceres, projetos e consultoria»** Incluem-se despesas relativas a estudos, pareceres, projetos e consultoria, de organização, apoio à gestão e serviços de natureza técnica prestados por particulares ou outras entidades. (Ex: Encargos com estudos de viabilidade económico-financeiros, estudos de organização de projetos informáticos, serviços prestados por peritos avaliadores, entre outros.)
- 70) **«02.02.15 Formação»** Englobam-se despesas efetuadas no âmbito da formação prestada por entidades externas (singulares ou coletivas) aos trabalhadores do Município (Ex: encargos com inscrição em cursos de especialização e aperfeiçoamento, entre outros.)
- 71) **«02.02.17 Publicidade»** Incluem-se despesas com publicidade, independentemente da forma (Ex: publicações no DRE nos termos do disposto no artigo 119.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), anúncios em meios de comunicação social, campanhas publicitárias promocionais, materiais publicitários, promoção audiovisual do Município, entre outros).
- 72) **«02.02.18 Vigilância e segurança»** Englobam-se despesas referentes a materiais e/ou serviços de vigilância e segurança das pessoas e bens do Município, incluindo transporte de valores. (Ex: aquisição de extintores, serviço de aluguer referente à localização e

vigilância por GPS das viaturas do Município, pela empresa "INOSAT, Consultoria Informática, S.A.", sistema de segurança do armazém municipal, lojas do mercado municipal e do posto de Turismo monitorizado pela "Prossegur - Companhia de Segurança Unipessoal, Lda.", entre outros).

- 73) **«02.02.19 Assistências técnicas»** Incluem-se despesas à assistência técnica de bens no âmbito de contratos realizados (Ex: revisão e manutenção de extintores, manutenção de computadores, manutenção e inspeção periódica de elevadores, manutenção dos equipamentos pertencentes ao ginásio, manutenção de qualquer tipo de maquinaria, entre outros).
- 74) **«02.02.20 Outros trabalhos especializados»** Despesas relativas a serviços técnicos prestados por empresas ou profissionais liberais que o Município não pode superar pelos seus meios. (Ex: Aquisição de serviços jurídicos, aquisição de serviços eletrotécnicos, contratos de manutenção celebrados com empresas informáticas, contrato celebrado com a empresa Meditada - Sistemas de Informação S.A. para as autarquias locais, verificação periódica de tacógrafos, projeto do auditório municipal pago à Armamar Viva S.A., serviços de assessoria, consultoria ambiente, manutenção industrial e formação técnica do funcionamento das ETAR's e estações elevatórias do Município pela empresa ACAMI - Serviços Consultoria e Gestão, Unipessoal, Lda., ligações de IP's elétricos, recolha e tratamento de afluentes e de águas residuais, pela empresa Águas do Norte, S.A., para ser vendida aos cidadãos, controlo analítico de consumo de água humano pela empresa SUMA Matosinhos - Serviços Urbanos Meio Ambiente, S.A., sistemas de luz e som aplicados às festas municipais, entre outros).
- 75) **«02.02.22 Serviços de saúde»** Despesas com aquisições de serviços de saúde, quando adjudicados a empresas ou profissionais autónomos. (Ex: Médicos, clínicas médicas, e contrato de aquisição de serviços de segurança e saúde no trabalho celebrado com a empresa Cligeral - Serviços Clínicos e Especializados em Medicina Geral, Lda., entre outros).
- 76) **«02.02.24 Encargos de cobrança de receitas»** Incluem-se o pagamento de encargos de cobrança de receitas efetuadas por outras entidades, nomeadamente a percentagem paga à Autoridade Tributária e Aduaneira, pela cobrança dos impostos que constituem a receita municipal. (Ex: encargos com a cobrança de IMI, IMT, IUC, entre outros).
- 77) **«02.02.25 Outros serviços»** Incluem-se despesas com aquisição de serviços não tipificados em rubrica específica. (Ex: pagamentos de emolumentos ao Tribunal de Contas pelo visto das prestações de contas, e contratos públicos, serviços prestados por trabalhadores independentes, com exceção dos que têm contratos celebrados com o Município de tarefa ou avença, sendo os mesmos registados "na rubrica 01.01.07 ", serviços prestados por empresas externas para gestão de festivais e eventos, serviços prestados por empresas de pirotecnia e fogo de artifício, aquisição de serviços para limpeza de caminhos agrícolas, entre outros). Nota: Só devem ser afetadas à presente

rubrica, as despesas que, de algum modo, não possam ser classificadas nas rubricas tipificadas no respetivo subagrupamento "aquisição de serviços".

- 78) «**03.01.03.01 Empréstimos de curto prazo**» Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros de empréstimos contraídos a curto prazo (tesouraria). (Ex: juros a pagar anualmente pelo empréstimo de curto prazo).
- 79) «**03.01.03.02.01 Caixa Geral de Depósitos**» Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros de empréstimos contraídos de médio longo prazo. (Ex: juros a pagar anualmente pelos empréstimos de médio longo prazo da Caixa Geral de Depósitos).
- 80) «**03.01.03.02.06 Caixa Crédito Agrícola Mútuo**» Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros de empréstimos contraídos de médio longo prazo. (Ex: juros a pagar anualmente pelos empréstimos de médio longo prazo da Caixa Crédito Agrícola Mútuo).
- 81) «**03.01.05.02.02 Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)**» Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros de empréstimos contraídos de médio longo prazo. (Ex: juros a pagar anualmente pelos empréstimos de médio longo prazo da Direção Geral do Tesouro e Finanças).
- 82) «**03.02.01.01 Comissões bancárias com manutenção de contas, contratos de empréstimos, factoring e cedências de créditos**» Englobam-se pagamentos decorrentes de comissões relativas à contratação e gestão dos empréstimos, *factorings* e cedência de créditos. (Ex: comissões de subscrição e gestão, comissões pagas a agentes pagadoras (*factorings* ou cedência de créditos), despesas com manutenção de contas, bem como outros custos associados à execução de transações e *rating* da dívida).
- 83) «**03.03.05 Material de Transporte**» Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros suportados com aquisição de viaturas, que tenham por suporte a figura jurídica do "contrato de locação financeira". (Ex: Juros decorrentes de contratos de *leasing* para aquisição de viaturas com opção de compra, contrato de *leasing* celebrado com o BPI com opção de compra da viatura da presidência, entre outros).
- 84) «**03.05.02.01 Contrato de factoring - (CCAM)**» Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros suportados com a celebração de contratos de *factoring* de regularização de dívidas a fornecedores. (Ex: Juros pagos à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Vale do Távora e Douro referentes aos contratos de *factoring* celebrados com o Município).
- 85) «**03.05.02.02 Contrato de factoring/cedência de créditos - (BPI)**» Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros suportados com a celebração de contratos de *factoring* e cedência de créditos de regularização de dívidas a fornecedores. (Ex: Juros pagos ao Banco Português de Investimento (BPI) referentes aos contratos de *factoring* e cedências de créditos celebrados com o Município)

- 86) **«03.05.02.03 Contrato de factoring/cedência de créditos - (CGD)»** Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros suportados com a celebração de contratos de *factoring* e cedência de créditos de regularização de dívidas a fornecedores. (Ex: Juros pagos à Caixa Geral de Depósitos referentes aos contratos de *factoring* e cedências de créditos celebrados com o Município)
- 87) **03.05.02.98 Juros de acordos com fornecedores** Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros suportados com a celebração de acordos de regularização de dívidas a fornecedores. (Ex: Juros pagos à Águas do Norte, S.A. referentes a acordos de regularização de dívidas celebrados com o Município)
- 88) **«03.05.02.99 Juros de mora suportados»** Englobam-se os pagamentos decorrentes dos juros de mora suportados pelo atraso de pagamento a fornecedores. (Ex: Juros mora suportados pagos à RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., Águas do Norte, S.A., Geral - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação S.A., entre outros)
- 89) **«03.06.01 Outros encargos financeiros»** Trata-se de uma rubrica económica com função meramente residual. (Ex: Englobam-se os pagamentos com TPA, comissão mensal com TPA, entre outros da mesma natureza)
- 90) **«04.03.01 Estado»** Englobam-se as importâncias retidas pela DGAL de 0,1% do FEF a transferir para o Município. (LOE de cada ano).
- 91) **«04.03.05 Serviços e fundos autónomos»** Englobam-se o montante anual a transferir pelo Município ao Sistema Nacional de Saúde (SNS). Este montante pode ser retido e transferido pela DGAL diretamente para o SNS. (LEOE de cada ano).
- 92) **«04.05.01.04 Associações de Municípios»** Englobam-se as importâncias a transferir às associações para financiar atividades ou eventos de natureza corrente, no âmbito de competências próprias ou delegadas. (Ex: Transferências a efetuar para as seguintes associações: Associação de Municípios do Vale Douro Sul, Associação portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro e Associação dos Municípios Portugueses do Vinho, entre outras) **Nota:** A transferência das verbas só pode ser feita depois das deliberações dos órgãos das partes adquirirem eficácia.
- 93) **«04.07.01 Instituições sem fins lucrativos»** Englobam-se as importâncias a transferir às entidades de natureza cooperativa ou associativa sem fins lucrativos, para financiamento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município. (Ex: As destinadas à satisfação de despesas correntes das entidades de natureza associativa – desportiva, cultural e recreativa, destacando-se Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar e a Associação Cultural, Assistencial e Recreativa dos Trabalhadores do Município de Armamar) **Nota:** As transferências só devem ser executadas depois das deliberações dos órgãos das partes adquirirem eficácia.

- 94) **«04.08.02 Outras»** Englobam-se as importâncias a despesar com estágios profissionais e outras atividades consideradas como trabalho socialmente necessário, desenvolvidas no âmbito de protocolos com outras entidades (IEFP, Administração Central, Segurança Social). Inclui as bolsas complementares ou de ocupação e do respetivo subsídio de refeição. (Ex: Contratos de emprego-inserção, contratos de emprego-inserção mais, estágios do PEPAL, programas ocupacionais, bem como outros programas que se enquadrem neste âmbito). Incluem-se ainda, as despesas efetuadas pelo Município de 23,75% da remuneração base dos trabalhadores estagiários que exercem funções públicas. (artigo 53.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro e ulteriores alterações e artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro).
- 95) **«05.01.03 Privadas»** Incluem-se as importâncias a despesar com as indemnizações compensatórias destinadas a compensar as empresas dos setores dos transportes pelas missões de serviço público que desenvolvem. Isso significa que essas empresas (umas públicas, outras de natureza privada) são financiadas pelo Orçamento do Município, exatamente porque concorrem para assegurar a prestação de serviços públicos. (Ex: Indemnizações compensatórias pagas à empresa "Transdev, Interior S.A.", por assegurar os transportes públicos do Concelho de Armamar.) (Alínea c), n.º 2, artigo 23.º e alíneas ee) e gg), n.º I, artigo 33.º, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações e o Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto e ulteriores alterações.)
- 96) **«05.07.01 Instituições sem fins lucrativos»** Incluem-se subsídios a atribuir a instituições de natureza não lucrativa (Ex: Atribuição de subsídio ao Agrupamento de Escolas de Armamar, destinado a apoiar a aquisição de livros escolares).
- 97) **«05.08.03 Outras»** Incluem-se subsídios a atribuir aos agregados familiares em situação de vulnerabilidade. Incluem-se ainda, na presente rubrica apoios provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional. (Ex: Concessão de apoio financeiro para beneficiação de habitações, benefícios sociais, formação profissional (educação, cursos profissionais, etc.), entre outros, nas condições que constam no regulamento municipal.)
- 98) **«06.02.01 Impostos e taxas»** Inclui a restituição de impostos ou contribuições que não sejam em termos da lei em vigor por abate à receita. (Ex: Incluem-se despesas inerentes ao IRC descontado pelas entidades bancárias aquando do pagamento de juros, retenção de IRC relativo à distribuição de dividendos de empresas participadas pelo Município, pagamento de taxas de justiça pagas pelo Município, encargos de cobrança e reembolso referentes à receita de IMII, IMT, IUC, e outros transferida pela Autoridade Tributária e Aduaneira, entre outros).

- 99) «**06.02.03.01 Outras restituições**» Engloba-se despesas realizadas com restituições de taxas diversas. (Ex: Restituição de taxas arrecadadas pelo Município que são pagas erradamente ou em duplicado pelo contribuinte/utente/cliente).
- 100) «**06.02.03.05 Outras**» Trata-se de uma rubrica económica com função meramente residual. (Ex: Multas referentes a processos de penhoras, pagamento de coimas à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, taxa de controlo da qualidade da água paga à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), pagamento de quotas pelas participações não societárias do Município (associações ou outras entidades), entre outros que tenham natureza corrente e que não se enquadrem nas rubricas anteriores.)
- 101) «**07.01.01 Terrenos**» Abrange a aquisição de solos, plantações de natureza permanente, minas privadas e os terrenos propriamente ditos. Incluem-se ainda, aquisição de edifícios ou outras construções situadas em terrenos que tenham como finalidade a sua demolição, ou seja, que o seu fim tenha como aproveitamento apenas e somente o terreno. Excluem-se da presente rubrica, aquisição de edifícios ou outras construções análogas situadas em terrenos, que tenham como finalidade a sua continuação, aproveitamento ou remodelação, devendo fazer-se apenas uma estimativa dos terrenos, em que esses edifícios ou outras construções análogas estão localizados. (Ex: Aquisição de edifícios ou outras construções análogas, para demolição com o objetivo de aproveitamento do terreno ou aquisição de terrenos, ambos com a finalidade de constituir lotes para construção de habitação ou para indústria, minas privadas e plantações de natureza permanente, entre outros.) **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com bens imóveis de domínio privado do Município.
- 102) «**07.01.03.01 Instalações de serviços**» Englobam-se despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes transformações e ampliação de edifícios que não sejam destinados à habitação, assim como das correspondentes às transferências de propriedade. De modo geral, inclui as edificações utilizadas somente para fins administrativos. (Serviços administrativos, requalificação das instalações do mercado municipal, como forma de reaproveitamento de um edifício obsoleto, com vista a operar as futuras instalações do novo posto da GNR. Reconstrução e adaptação do balcão de atendimento, no âmbito da Modernização Administrativa.) **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com bens imóveis de domínio privado do Município.
- 103) «**07.01.04.06 Instalações desportivas e recreativas**» Englobam-se despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes reparações ou renovação de obras, como as infraestruturas desportivas. De modo geral, inclui as infraestruturas utilizadas somente para fins desportivos. (Construção e reparação de parques desportivos sem telhado, campos de futebol sem telhado, piscinas descobertas, pistas de circuito, entre outras infraestruturas desportivas sem telhado)

**Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com bens imóveis de domínio privado do Município.

- 104) **«07.01.04.13 Outras Construções»** Trata-se de uma rubrica económica com função meramente residual. Englobam-se despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes reparações ou renovação de outras construções. (Ex: Construção de mercados sem telhado, parques de estacionamento de viaturas descobertos, lavadouros sem telhado, paragens de transportes públicos, entre outros).  
**Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com bens imóveis de domínio privado do Município.
- 105) **«07.01.06.02 Outros»** Inclui despesas com aquisição de veículos ligeiros, pesados e demais viaturas destinadas ao transporte de pessoas ou mercadorias. Compreende ainda as despesas com grandes reparações ou transformações (substituições de motores ou peças vitais), que, por virem a prolongar a vida útil normal prevista nos bens de investimento referidos, consideram-se como formação de capital fixo e, por tal motivo, as correspondentes despesas se classificam como de capital. De acordo com o n.º 2, artigo 13.º da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (CIBE), em caso de dúvida consideram-se grandes reparações ou beneficiações sempre que o respetivo custo exceda 30% do valor patrimonial líquido daqueles veículos.
- 106) **«07.01.07 Equipamento de informática»** Inclui despesas com aquisição de *hardware*. (Ex: Computadores, impressoras, terminais, e outros que sejam de natureza informática.)
- 107) **«07.01.08 Software informático»** Inclui despesas com aquisição de *software*. (Ex: Programas informáticos, e outros que sejam da mesma natureza.)
- 108) **«07.01.09 Equipamento administrativo»** Incluem-se as despesas com aquisição de equipamento administrativo (Ex: Mobiliário diverso (secretárias, cadeiras, entre outras), máquinas de calcular, fotocopiadoras, equipamento social (equipamento de refeitório, postos médicos ou de primeiros socorros, de desporto ou equipamentos culturais, entre outros que sirvam aos trabalhadores fora do âmbito da relação profissional), entre outras da mesma natureza.)
- 109) **«07.01.10.02 Outros»** Incluem-se despesas com aquisição de máquinas, instrumentos, instalações e outros bens (contadores de água, banca para mercados, equipamento escolar, escavadoras, guindastes, entre outros.) (Ex: Bombas de água, aspiradores, mangueiras, entre outros).
- 110) **«07.01.11 Ferramentas e utensílios»** Incluem-se despesas com aquisição de ferramentas e utensílios com duração superior a um ano, e de valor unitário materialmente relevante. (Ex: tratores agrícolas com os quais se realiza a extração, transformação e elaboração dos produtos ou a prestação de serviços, martelos, enxadas, ancinhos, tesouras, pás, picaretas, sachos, machados, e outros acessórios de outra natureza.)

- 111) **«07.01.13 Investimentos incorpóreos»** Compreendem-se despesas resultantes da aquisição de direitos de propriedade intelectual (Direitos de autor ou direitos conexos) ou os direitos de propriedade industrial (exploração de patentes, licenças, modelos, marcas, desenhos, processo de fabrico, etc.) ou, ainda, contratos de cedência de *know-how* (saber fazer) (Ex: Marca capital da maçã de montanha, reengenharia de processos, entre outros).
- 112) **«07.02.05 Material de transporte»** Consideram-se despesas com aquisição de viaturas, que tenham por suporte a figura jurídica do "contrato de locação financeira", de acordo com a legislação em vigor, incluindo, nesse contrato a opção de compra final, sendo que a componente juros deverá ser classificada na rubrica 03.03.05. (Ex: Leasing de viaturas com opção de compra, contrato de leasing celebrado com o BPI com opção de compra da viatura da presidência, entre outros)
- 113) **«07.03.03.01 Viadutos, arruamentos e obras complementares»** Englobam-se as despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes reparações ou a renovação de obras como viadutos (consideram-se viadutos as passagens construídas sob vias de comunicação, ou seja, ruas, estradas, ou linhas de comboio. É um tipo de pontes ou túneis que visam a não interromper o fluxo rodoviários ou ferroviário.), arruamentos, muros de suporte, construção de valetas, entre outros. O custo de preparação dos terrenos (terraplanagens, nivelamentos, etc.) indispensáveis à construção, inclui-se igualmente nesta rubrica. (Ex: construção ou reconstrução de muros de suporte e valetas no interior e exterior das povoações (como ruas, largos, praças, travessas, becos, avenidas, estradas nacionais, estradas municipais, caminhos municipais e caminhos vicinais), construção ou reconstrução de pavimentos, no interior das povoações (como ruas largos, praças, travessas, becos e avenidas), com recurso a cubos, massa betuminosa, tout venant, cimento ou gravilha, incluindo os materiais associados para a sua aplicação, ou seja, arruamentos realizados no âmbito de requalificações urbanas.) **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com a construção e grandes reparações ou a renovação de bens imóveis de domínio público do Município.
- 114) **«07.03.03.02 Sistemas de drenagem de águas residuais»** Englobam-se as despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes reparações ou a renovação de obras como instalações de redes de esgotos. O custo de preparação dos terrenos (terraplanagens, nivelamentos, etc.) indispensáveis à construção, inclui-se igualmente nesta rubrica. (Ex: Construção ou grandes reparações de redes de esgotos (saneamento) no interior das povoações do concelho (em alguns casos poderá ser construída uma ligação de rede de esgotos no exterior das povoações). **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com a construção e grandes reparações ou a renovação de bens imóveis de domínio público do Município.
- 115) **«07.03.03.03 Estações de tratamento de águas residuais»** Englobam-se as despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes

reparações ou a renovação de obras como estações de tratamento de águas residuais (ETAR's). O custo de preparação dos terrenos (terraplanagens, nivelamentos, etc.) indispensáveis à construção, inclui-se igualmente nesta rubrica. (Ex: Construção ou grandes reparações de ETAR's). **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com a construção e grandes reparações ou a renovação de bens imóveis de domínio público do Município.

- 116) «**07.03.03.08 Viação Rural**» Englobam-se as despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes reparações ou a renovação de obras como vias (estradas) e caminhos municipais. O custo de preparação dos terrenos (terraplanagens, nivelamentos, etc.) indispensáveis à construção, inclui-se igualmente nesta rubrica. (Ex: Conceção e renovação de diversos caminhos e vias municipais no concelho de Armamar) **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com a construção e grandes reparações ou a renovação de bens imóveis de domínio público do Município.
- 117) «**07.03.03.09 Sinalização e trânsito**» Englobam-se despesas com empreitadas de obras públicas referentes à construção, grandes reparações ou a renovação de infraestruturas que servem de suporte a sinalizações de estradas municipais. (Ex: Construção de infraestruturas para colocação de semáforos ou sinais de trânsito, separadores de via em cimento, entre outros que tenham a mesma natureza.) **Nota:** Só se incluem na presente rubrica, despesas com bens imóveis de domínio público do Município.
- 118) «**08.03.06 Serviços e fundos autónomos**» Englobam-se o montante mensal (1.074,17 EUR) a transferir pelo Município à Direção Geral de Energia e Geologia - Fundo de Eficiência Energética, no âmbito do contrato de partilha de poupanças líquidas celebrado entre o Município e a referida entidade.
- 119) «**08.05.01.02 Freguesias**» Englobam-se as importâncias a transferir às freguesias para financiar despesas de capital (Investimentos), no âmbito de competências próprias, da delegação de competências do Município através da celebração de contratos interadministrativos e de celebração de acordos de execução. (Ex: transferências a efetuar para as 14 Freguesias do Concelho) Nota: As importâncias a transferir devem ser alvo de deliberação pelo órgão executivo colegial do Município, nos termos do Capítulo II do Título II e IV, anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações.
- 120) «**08.06.01 Sistemas de solidariedade e segurança social**» Englobam-se as importâncias a transferir às entidades de cariz de solidariedade social, para financiar despesas de capital (execução de obras - investimentos). (Ex: transferências de capital a efetuar para IPSS, Santa Casa da Misericórdia, Centro Social e Paroquial de Fontelo) Nota: As importâncias a transferir devem ser alvo de deliberação pelo órgão executivo colegial do Município, nos termos da alínea v), ambas do n.º I, artigo 33.º do

anexo I da Lei 75/2013 e ulteriores alterações, mediante as condições referidas no regulamento.

- 121) **«08.07.01 Instituições sem fins lucrativos»** Englobam-se as importâncias a transferir às entidades de natureza cooperativa ou associativa sem fins lucrativos, para financiar despesas de capital (execução de obras - investimentos). (Ex: transferências de capital a efetuar para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar, Centro Social e Paroquial de Fontelo, Associação Cultural Recreativa de Lumiares, entre outras) Nota: As importâncias a transferir devem ser alvo de deliberação pelo órgão executivo colegial do Município, nos termos da alínea p), conjugada com alínea o), ambas do n.º I, artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013 e ulteriores alterações, mediante as condições referidas no regulamento.
- 122) **«09.08.02 Sociedades e quase sociedades não financeiras-Públicas (FAM)»** Englobam-se as importâncias semestrais (26.241,00 EUR) a transferir para o Fundo de Apoio Municipal (FAM). Artigo 17.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.
- 123) **«10.05.03 Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras»** Englobam-se os pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos contraídos (Nos termos da alínea l), artigo 14.º conjugada com o artigo 49.º, anexo I da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e ulteriores alterações) a curto prazo (de tesouraria). (Ex: empréstimo de curto prazo a amortizar anualmente pelo Município).
- 124) **«10.06.03.01 Caixa Geral de Depósitos»** Englobam-se os pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos contraídos (Nos termos da alínea l), artigo 14.º conjugada com o artigo 49.º, anexo I da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e ulteriores alterações) de médio longo prazo. (Ex: empréstimos de médio longo prazo da Caixa Geral de Depósitos a amortizar anualmente pelo Município).
- 125) **«10.06.03.06 Caixa de Crédito Agrícola Mútuo»** Englobam-se os pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos contraídos (Nos termos da alínea l), artigo 14.º conjugada com o artigo 49.º, anexo I da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e ulteriores alterações) de médio longo prazo. (Ex: empréstimos de médio longo prazo da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo a amortizar anualmente pelo Município).
- 126) **«10.06.05.02 Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)»** Englobam-se os pagamentos decorrentes da amortização do empréstimo contraído (Nos termos da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto) de médio longo prazo. (Ex: empréstimo de médio longo prazo da Direção Geral do Tesouro e Finanças a amortizar anualmente pelo Município).

## ORÇAMENTO DAS DESPESAS - FUNCIONAL E PLANOS

CLASSIFICAÇÕES		ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARMAMAR DE 2016 (vinculativo)		
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	FUNCIONAL	PLANOS	TOTAL
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>5.677.700,00</b>	<b>1.048.978,00</b>	<b>6.726.678,00</b>
<b>01</b>	<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>	<b>2.543.264,00</b>	<b>459.495,00</b>	<b>3.002.759,00</b>
<b>01.01</b>	<b>REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES</b>	<b>1.902.781,00</b>	<b>365.081,00</b>	<b>2.267.862,00</b>
01.01.01	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	87.185,00		87.185,00
01.01.04	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO			
01.01.04.01	Pessoal em funções	1.261.236,00	267.174,00	1.528.410,00
01.01.04.02	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	10,00		10,00
01.01.04.03	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	10,00		10,00
01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	10,00		10,00
01.01.06	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO			
01.01.06.01	Pessoal em funções	3.383,00		3.383,00
01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	1.692,00		1.692,00
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença		25.450,00	25.450,00
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	100,00		100,00
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	118.151,00		118.151,00
01.01.11	Representação	24.320,00		24.320,00
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO			
01.01.13.01	Pessoal em funções	136.874,00	35.136,00	172.010,00
01.01.13.02	Pessoal em qualquer outra situação	5.461,00		5.461,00
01.01.13.03	Membros dos órgãos autárquicos	3.105,00		3.105,00
01.01.14	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL			
01.01.14.01	Pessoal em funções	217.764,00	37.321,00	255.085,00
01.01.14.02	Pessoal em qualquer outra situação	34.225,00		34.225,00
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade / paternidade	9.255,00		9.255,00
<b>01.02</b>	<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>	<b>57.716,00</b>	<b>10.890,00</b>	<b>68.606,00</b>
01.02.02	Horas extraordinárias	18.810,00	6.485,00	25.295,00
01.02.03	Alimentação e alojamento	195,00		195,00
01.02.04	Ajudas de custo	11.210,00	3.400,00	14.610,00
01.02.05	Abono para falhas	4.031,00	1.005,00	5.036,00
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	1.000,00		1.000,00
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS			
01.02.13.01	Prémios de desempenho	2.500,00		2.500,00
01.02.13.02	Outros	19.970,00		19.970,00
<b>01.03</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>	<b>582.767,00</b>	<b>83.524,00</b>	<b>666.291,00</b>

01.03.01	Encargos com a saúde	103.160,00		<b>103.160,00</b>
01.03.02	Outros encargos com a saúde	18.628,00		<b>18.628,00</b>
01.03.03	Subsídio familiar a criança e jovens	18.423,00	3.840,00	<b>22.263,00</b>
01.03.04	Outras prestações familiares	1.062,00	1.061,00	<b>2.123,00</b>
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL			
01.03.05.01	ADSE - Quotizações	430,00		<b>430,00</b>
01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)			
01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	256.156,00	28.184,00	<b>284.340,00</b>
01.03.05.02.02	Segurança social - Regime geral	141.798,00	41.939,00	<b>183.737,00</b>
01.03.05.03	OUTROS			
01.03.05.03.01	Serviços de assistência médico social (SAMS)	1.710,00		<b>1.710,00</b>
01.03.05.03.03	Segurança social - Entidades contratantes dos trabalhadores independentes	900,00		<b>900,00</b>
01.03.09	SEGUROS			<b>0,00</b>
01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	40.500,00	8.500,00	<b>49.000,00</b>
<b>02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	<b>2.659.778,00</b>	<b>456.357,00</b>	<b>3.116.135,00</b>
<b>02.01</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>	<b>656.575,00</b>	<b>182.010,00</b>	<b>838.585,00</b>
02.01.01	Matérias-primas e subsidiárias	21.300,00	8.050,00	<b>29.350,00</b>
02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES			
02.01.02.01	Gasolina	1.000,00		<b>1.000,00</b>
02.01.02.02	Gasóleo	34.000,00	54.290,00	<b>88.290,00</b>
02.01.02.99	Outros	3.600,00		<b>3.600,00</b>
02.01.03	Munições, explosivos e artifícios	50,00		<b>50,00</b>
02.01.04	Limpeza e higiene	14.500,00		<b>14.500,00</b>
02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas		98.100,00	<b>98.100,00</b>
02.01.06	Alimentação - Géneros para confeccionar	500,00		<b>500,00</b>
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	3.850,00		<b>3.850,00</b>
02.01.08	Material de escritório	4.030,00	2.390,00	<b>6.420,00</b>
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos	500,00		<b>500,00</b>
02.01.12	Material de transporte - Peças	23.500,00	5.100,00	<b>28.600,00</b>
02.01.14	Outro material - Peças	7.000,00	1.000,00	<b>8.000,00</b>
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas		100,00	<b>100,00</b>
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA			
02.01.16.01	Água	475.210,00		<b>475.210,00</b>
02.01.16.03	Outras	600,00	2.150,00	<b>2.750,00</b>
02.01.17	Ferramentas e utensílios	1.100,00		<b>1.100,00</b>
02.01.18	Livros e documentação técnica	650,00		<b>650,00</b>
02.01.19	Artigos honoríficos e de decoração	150,00		<b>150,00</b>
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio		2.660,00	<b>2.660,00</b>
02.01.21	Outros bens	65.035,00	8.170,00	<b>73.205,00</b>
<b>02.02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>2.003.203,00</b>	<b>274.347,00</b>	<b>2.277.550,00</b>

02.02.01	Encargos das instalações	435.000,00	4.800,00	<b>439.800,00</b>
02.02.02	Limpeza e higiene	394.680,00		<b>394.680,00</b>
02.02.03	Conservação de bens	5.500,00	1.750,00	<b>7.250,00</b>
02.02.04	Locação de edifícios	385.200,00		<b>385.200,00</b>
02.02.05	Locação de material de informática	23.950,00	9.000,00	<b>32.950,00</b>
02.02.06	Locação de material de transporte	21.600,00		<b>21.600,00</b>
02.02.08	Locação de outros bens	11.750,00	450,00	<b>12.200,00</b>
02.02.09	Comunicações	42.000,00	3.037,00	<b>45.037,00</b>
02.02.10	Transportes	52.095,00	135.490,00	<b>187.585,00</b>
02.02.11	Representação dos serviços	700,00		<b>700,00</b>
02.02.12	Seguros	24.820,00	6.350,00	<b>31.170,00</b>
02.02.13	Deslocações e estadas	21.285,00	300,00	<b>21.585,00</b>
02.02.14	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	2.500,00		<b>2.500,00</b>
02.02.15	Formação	11.515,00	1.180,00	<b>12.695,00</b>
02.02.17	Publicidade	1.000,00	7.850,00	<b>8.850,00</b>
02.02.18	Vigilância e segurança	250,00		<b>250,00</b>
02.02.19	Assistência técnica	8.400,00		<b>8.400,00</b>
02.02.20	Outros trabalhos especializados	493.200,00	2.250,00	<b>495.450,00</b>
02.02.22	Serviços de saúde	1.250,00		<b>1.250,00</b>
02.02.24	Encargos de cobrança de receitas	22.000,00		<b>22.000,00</b>
02.02.25	Outros serviços	44.508,00	101.890,00	<b>146.398,00</b>
<b>03</b>	<b>JUROS E OUTROS ENCARGOS</b>	<b>196.916,00</b>	<b>0,00</b>	<b>196.916,00</b>
<b>03.01</b>	<b>JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA</b>	<b>71.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>71.800,00</b>
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
03.01.03.01	Empréstimos de curto prazo	6.600,00		<b>6.600,00</b>
03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO			
03.01.03.02.01	Caixa Geral de Depósitos	28.135,00		<b>28.135,00</b>
03.01.03.02.06	Caixa Crédito Agrícola Mútuo	17.967,00		<b>17.967,00</b>
03.01.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO			
03.01.05.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS			
03.01.05.02.02	Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	19.098,00		<b>19.098,00</b>
<b>03.02</b>	<b>OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA</b>	<b>66.270,00</b>	<b>0,00</b>	<b>66.270,00</b>
03.02.01	DESPESAS DIVERSAS			
03.02.01.01	Comissões bancárias com manutenção de contas, contratos de empréstimos, factoring e cedências de créditos	66.270,00		<b>66.270,00</b>
<b>03.03</b>	<b>JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>720,00</b>	<b>0,00</b>	<b>720,00</b>
03.03.05	Material de Transporte	720,00		<b>720,00</b>
<b>03.05</b>	<b>OUTROS JUROS</b>	<b>54.596,00</b>	<b>0,00</b>	<b>54.596,00</b>
03.05.02	OUTROS			
03.05.02.01	Contrato de factoring - (CCAM)	12.500,00		<b>12.500,00</b>
03.05.02.02	Contrato de factoring/cedência de créditos - (BPI)	50,00		<b>50,00</b>
03.05.02.03	Contrato de factoring/cedência de créditos - (CGD)	1.196,00		<b>1.196,00</b>
03.05.02.98	Juros de acordos com fornecedores	14.850,00		<b>14.850,00</b>

03.05.02.99	Juros de mora suportados	26.000,00		26.000,00
<b>03.06</b>	<b>OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS</b>	<b>3.530,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.530,00</b>
03.06.01	Outros encargos financeiros	3.530,00		3.530,00
<b>04</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>193.142,00</b>	<b>89.156,00</b>	<b>282.298,00</b>
<b>04.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>	<b>16.840,00</b>	<b>0,00</b>	<b>16.840,00</b>
04.03.01	Estado	4.275,00		4.275,00
04.03.05	Serviços e fundos autónomos	12.565,00		12.565,00
<b>04.05</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		<b>18.000,00</b>	<b>18.000,00</b>
04.05.01	CONTINENTE			
04.05.01.04	Associações de Municípios		18.000,00	18.000,00
<b>04.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>		<b>69.325,00</b>	<b>69.325,00</b>
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos		69.325,00	69.325,00
<b>04.08</b>	<b>FAMÍLIAS</b>	<b>176.302,00</b>	<b>1.831,00</b>	<b>178.133,00</b>
04.08.02	Outras	176.302,00	1.831,00	178.133,00
<b>05</b>	<b>SUBSÍDIOS</b>	<b>79.100,00</b>	<b>12.970,00</b>	<b>92.070,00</b>
<b>05.01</b>	<b>SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS</b>	<b>69.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>69.000,00</b>
05.01.03	Privadas	69.000,00	0,00	69.000,00
<b>05.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>		<b>10.220,00</b>	<b>10.220,00</b>
05.07.01	Instituições sem fins lucrativos		10.220,00	10.220,00
<b>05.08</b>	<b>FAMÍLIAS</b>	<b>10.100,00</b>	<b>2.750,00</b>	<b>12.850,00</b>
05.08.03	Outras	10.100,00	2.750,00	12.850,00
<b>06</b>	<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.500,00</b>	<b>31.000,00</b>	<b>36.500,00</b>
<b>06.02</b>	<b>DIVERSAS</b>	<b>5.500,00</b>	<b>31.000,00</b>	<b>36.500,00</b>
06.02.01	Impostos e taxas	4.500,00		4.500,00
06.02.03	OUTRAS			
06.02.03.01	Outras restituições	1.000,00		1.000,00
06.02.03.05	Outras		31.000,00	31.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>1.402.835,00</b>	<b>987.007,00</b>	<b>2.389.842,00</b>
<b>07</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL</b>	<b>91.998,00</b>	<b>791.335,00</b>	<b>883.333,00</b>
<b>07.01</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>81.998,00</b>	<b>221.465,00</b>	<b>303.463,00</b>
07.01.01	Terrenos		25.100,00	25.100,00
07.01.03	EDIFÍCIOS			
07.01.03.01	Instalações de serviços		12.100,00	12.100,00
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS			
07.01.04.06	Instalações desportivas e recreativas		38.145,00	38.145,00
07.01.04.13	Outras Construções		17.315,00	17.315,00
07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES			
07.01.06.02	Outros		105.000,00	105.000,00
07.01.07	Equipamento de informática	56.582,00	2.100,00	58.682,00
07.01.08	Software informático	9.916,00	6.755,00	16.671,00
07.01.09	Equipamento administrativo	500,00	2.450,00	2.950,00

07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO			
07.01.10.02	Outros	10.000,00	3.000,00	13.000,00
07.01.11	Ferramentas e utensílios	5.000,00	4.500,00	9.500,00
07.01.13	Investimentos incorpóreos		5.000,00	5.000,00
<b>07.02</b>	<b>LOCAÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>13.710,00</b>	<b>13.710,00</b>
07.02.05	Material de transporte		13.710,00	13.710,00
<b>07.03</b>	<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>	<b>10.000,00</b>	<b>556.160,00</b>	<b>566.160,00</b>
07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRAESTRUTURAS			0,00
07.03.03.01	Viadutos, arruamentos e obras complementares		527.160,00	527.160,00
07.03.03.02	Sistemas de drenagem de águas residuais		14.000,00	14.000,00
07.03.03.03	Estações de tratamento de águas residuais		10.000,00	10.000,00
07.03.03.08	Viação rural	10.000,00		10.000,00
07.03.03.09	Sinalização e trânsito		5.000,00	5.000,00
<b>08</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>		<b>143.190,00</b>	<b>143.190,00</b>
<b>08.03</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>		<b>12.895,00</b>	<b>12.895,00</b>
08.03.06	Serviços e fundos autónomos (Direção Geral de Energia E Geologia - Fundo de Eficiência Energética)		12.895,00	12.895,00
<b>08.05</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>
08.05.01	CONTINENTE			
08.05.01.02	Freguesias		10.000,00	10.000,00
<b>08.06</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>		<b>25.295,00</b>	<b>25.295,00</b>
08.06.01	Sistemas de solidariedade e segurança social		25.295,00	25.295,00
<b>08.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>		<b>95.000,00</b>	<b>95.000,00</b>
08.07.01	Instituições sem fins lucrativos		95.000,00	95.000,00
<b>09</b>	<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		<b>52.482,00</b>	<b>52.482,00</b>
<b>09.08</b>	<b>UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO</b>		<b>52.482,00</b>	<b>52.482,00</b>
09.08.02	Sociedades e quase sociedades não financeiras-Públicas (FAM)		52.482,00	52.482,00
<b>10</b>	<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>1.310.837,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.310.837,00</b>
<b>10.05</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO</b>	<b>645.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>645.000,00</b>
10.05.03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	645.000,00		645.000,00
<b>10.06</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>	<b>665.837,00</b>	<b>0,00</b>	<b>665.837,00</b>
10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
10.06.03.01	Caixa Geral de Depósitos	549.328,00		549.328,00
10.06.03.06	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	45.153,00		45.153,00
10.06.05	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL - ESTADO			
10.06.05.02	Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	71.356,00		71.356,00

<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>7.080.535,00</b>	<b>2.035.985,00</b>	<b>9.116.520,00</b>
<b>TOTAL DE DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.677.700,00</b>	<b>1.048.978,00</b>	<b>6.726.678,00</b>
<b>TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.402.835,00</b>	<b>987.007,00</b>	<b>2.389.842,00</b>

ENTIDADE	GRANDES OPÇÕES DO PLANO	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
Município de Aramar		

PÁGINA : 1

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019	OUTROS		
1.												94.258,23	19.500,00	269.834,00	269.834,00		157.000,00	147.000,00	54.000,00		741.592,23	
1.1.												59.258,23	4.500,00	209.834,00	209.834,00		107.000,00	97.000,00	54.000,00		531.592,23	
1.1.1.												59.258,23	4.500,00	209.834,00	209.834,00		107.000,00	97.000,00	54.000,00		531.592,23	
1.1.1.		02	2013	1	2							4.517,00					30.000,00	20.000,00			168.227,00	
1.1.1.	0103	070205	02	2013	1	2										13.710,00						
1.1.1.	0107	07010602	02	2013	1	2										100.000,00						
1.1.1.	0108	07010602	07	2015	1	8						8.896,28		5.000,00	5.000,00						13.896,28	
1.1.1.		08	2015	1	9							30.706,95		7.500,00							38.206,95	
1.1.1.	0152	07011002	08	2015	1	9										3.000,00						
1.1.1.	0152	070111	08	2015	1	9										4.500,00						
1.1.1.		13	2015	A	14							15.138,00	4.500,00	33.000,00			18.000,00	18.000,00			88.638,00	
1.1.1.	0103	04050104	13	2015	A	14										18.000,00						
1.1.1.	0103	06020305	13	2015	A	14										15.000,00						
1.1.1.	0104	070205	01	2016	A	6								9.000,00	9.000,00		9.000,00	9.000,00	9.000,00		36.000,00	
1.1.1.																						
1.1.1.		02	2016	A	7												50.000,00	50.000,00	45.000,00		186.624,00	
1.1.1.	0199	01010401	02	2016	A	7										22.616,00						
1.1.1.	0199	01011301	02	2016	A	7										2.067,00						
1.1.1.	0199	01011401	02	2016	A	7										3.770,00						
1.1.1.	0199	010205	02	2016	A	7										1.005,00						
1.1.1.	0199	010303	02	2016	A	7										841,00						
1.1.1.	0199	0103050201	02	2016	A	7										2.272,00						
1.1.1.	0199	0103050202	02	2016	A	7										3.995,00						
1.1.1.	0199	01030901	02	2016	A	7										500,00						
1.1.1.	0199	020108	02	2016	A	7										400,00						
1.1.1.	0199	020209	02	2016	A	7										1.267,00						
1.1.1.	0199	020210	02	2016	A	7										460,00						
1.1.1.	0199	020213	02	2016	A	7										300,00						
1.1.1.	0199	020215	02	2016	A	7										300,00						
1.1.1.	0199	040802	02	2016	A	7										1.831,00						
1.2.												35.000,00	15.000,00	60.000,00	60.000,00		50.000,00	50.000,00			210.000,00	
1.2.1.												35.000,00	15.000,00	60.000,00	60.000,00		50.000,00	50.000,00			210.000,00	
1.2.1.	0103	080701	05	2015	A	5						35.000,00	15.000,00	60.000,00	60.000,00		50.000,00	50.000,00			210.000,00	
2.												111.765,00	3.000,00	1.062.980,00	1.062.980,00		549.735,00	533.585,00	453.855,00	40.845,00	2.755.765,00	
2.1.														646.710,00	646.710,00		408.500,00	401.500,00	400.000,00		1.856.710,00	
2.1.0.														646.710,00	646.710,00		408.500,00	401.500,00	400.000,00		1.856.710,00	
2.1.0.		01	2016	A	2									193.647,00			170.500,00	168.500,00	167.000,00		699.647,00	
2.1.0.	0107	01010401	01	2016	A	2										86.549,00						
2.1.0.	0107	010107	01	2016	A	2										6.900,00						
2.1.0.	0107	01011301	01	2016	A	2										13.434,00						
2.1.0.	0107	01011401	01	2016	A	2										7.213,00						
2.1.0.	0107	010202	01	2016	A	2										1.635,00						
2.1.0.	0107	010204	01	2016	A	2										975,00						
2.1.0.	0107	010303	01	2016	A	2										2.008,00						
A TRANSPORTAR ...												94.258,23	19.500,00	463.401,00	388.548,00		327.500,00	315.500,00	221.000,00		1.441.239,23	

ENTIDADE	GRANDES OPÇÕES DO PLANO	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
Município de Aramar		

PÁGINA : 2

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/VM. DO PROJ. AÇÃO				DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO
																	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)				ANOS SEQUINTE				
								TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO		2017	2018		2019	OUTROS									
A TRANSPORTAR ...															94.258,23	19.500,00	463.481,00	388.548,00		327.500,00	315.500,00	221.000,00		1.441.239,23	
2.1.0.	0107/0103050201	01	2016	A	2												14.771,00								
2.1.0.	0107/0103050202	01	2016	A	2												9.212,00								
2.1.0.	0107/01030901	01	2016	A	2												3.250,00								
2.1.0.	0107/02010202	01	2016	A	2												16.600,00								
2.1.0.	0107/020112	01	2016	A	2												1.500,00								
2.1.0.	0107/020203	01	2016	A	2												750,00								
2.1.0.	0107/020212	01	2016	A	2												750,00								
2.1.0.	0112/020105	01	2016	A	2												26.800,00								
2.1.0.	0112/020108	01	2016	A	2												100,00								
2.1.0.	0112/020120	01	2016	A	2												900,00								
2.1.0.	0112/020209	01	2016	A	2												300,00								
2.1.0.		01	2016	A	3						2016/01/02	2019/12/31				302.493,00			90.000,00	90.000,00	90.000,00		572.493,00		
2.1.0.	0107/01010401	01	2016	A	3												98.513,00								
2.1.0.	0107/01011301	01	2016	A	3												14.467,00								
2.1.0.	0107/01011401	01	2016	A	3												16.419,00								
2.1.0.	0107/010202	01	2016	A	3												4.850,00								
2.1.0.	0107/010204	01	2016	A	3												1.050,00								
2.1.0.	0107/010303	01	2016	A	3												991,00								
2.1.0.	0107/010304	01	2016	A	3												1.061,00								
2.1.0.	0107/0103050201	01	2016	A	3												11.141,00								
2.1.0.	0107/0103050202	01	2016	A	3												14.226,00								
2.1.0.	0107/01030901	01	2016	A	3												3.500,00								
2.1.0.	0107/02010202	01	2016	A	3												35.000,00								
2.1.0.	0107/020112	01	2016	A	3												3.600,00								
2.1.0.	0107/020114	01	2016	A	3												1.000,00								
2.1.0.	0107/020203	01	2016	A	3												1.000,00								
2.1.0.	0107/020212	01	2016	A	3												5.500,00								
2.1.0.	0112/010107	01	2016	A	3												16.550,00								
2.1.0.	0112/020105	01	2016	A	3												69.000,00								
2.1.0.	0112/020108	01	2016	A	3												100,00								
2.1.0.	0112/020120	01	2016	A	3												1.700,00								
2.1.0.	0112/040701	01	2016	A	3												2.825,00								
2.1.0.		01	2016	A	4						2016/01/02	2019/12/31				147.570,00			145.000,00	140.000,00	140.000,00		572.570,00		
2.1.0.	0112/020210	01	2016	A	4												135.000,00								
2.1.0.	0112/050701	01	2016	A	4												10.220,00								
2.1.0.	0112/050803	01	2016	A	4												2.350,00								
2.1.0.		02	2016	A	10						2016/01/02	2019/12/31				3.000,00			3.000,00	3.000,00	3.000,00		12.000,00		
2.1.0.	0112/02010202	02	2016	A	10												100,00								
2.1.0.	0112/050803	02	2016	A	10												400,00								
2.1.0.	0112/06020305	02	2016	A	10												2.500,00								
2.2.														1.000,00	3.000,00	20.000,00	20.000,00		12.000,00	12.000,00	12.000,00		60.000,00		
2.2.1.														1.000,00	3.000,00	20.000,00	20.000,00		12.000,00	12.000,00	12.000,00		60.000,00		
2.2.1.	0103/080701	06	2015	A	6			100.0	EXE	2015/01/01	2019/12/31		1.000,00	3.000,00	20.000,00	20.000,00			12.000,00	12.000,00	12.000,00		60.000,00		
2.3.																61.550,00	61.550,00		32.235,00	33.585,00	29.355,00	30.845,00	187.570,00		
2.3.2.																61.550,00	61.550,00		32.235,00	33.585,00	29.355,00	30.845,00	187.570,00		
A TRANSPORTAR ...															95.258,23	22.500,00	936.544,00	936.544,00		577.500,00	560.500,00	466.000,00		2.658.302,23	

ENTIDADE	GRANDES OPÇÕES DO PLANO	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
Município de Aramar		

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. AÇÃO				DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PROVISÃO)							TOTAL PREVISTO
								AC	AA	FC							ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
															INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	
A TRANSPORTAR ...															95.258,23	22.500,00	936.544,00	936.544,00		577.500,00	560.500,00	466.000,00		2.458.302,23
2.3.2.	0103/080601	08	2015	A	8	ATIVIDADES OU EVENTOS DE ENTIDADES DE NATUREZA COOPERATIVA OU ASSOCIATIVA	OUTRA		100.0		DADS	2015/01/01	2020/12/31	3		25.295,00	25.295,00		26.585,00	27.935,00	29.355,00	30.845,00	140.015,00	
2.3.2.		10	2015	A	10	ATIVIDADES OU EVENTOS PROMOVIDOS PELA COMISSÃO PROTEÇÃO CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO (CPJ)	OUTRA		100.0		DADS	2015/01/01	2018/12/31	P		4.695,00			4.500,00	4.500,00			13.895,00	
2.3.2.	0111/010204	10	2015	A	10												850,00							
2.3.2.	0111/020108	10	2015	A	10												1.090,00							
2.3.2.	0111/020115	10	2015	A	10												100,00							
2.3.2.	0111/020120	10	2015	A	10												60,00							
2.3.2.	0111/020121	10	2015	A	10												220,00							
2.3.2.	0111/020208	10	2015	A	10												450,00							
2.3.2.	0111/020210	10	2015	A	10												30,00							
2.3.2.	0111/020212	10	2015	A	10												100,00							
2.3.2.	0111/020225	10	2015	A	10												1.640,00							
2.3.2.	0111/070108	10	2015	A	10												355,00							
2.3.2.		01	2016	A	1	ATIVIDADES DO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL						2016/01/02	2018/12/31			25.330,00			1.150,00	1.150,00			27.630,00	
2.3.2.	0199/01010401	01	2016	A	1												16.478,00							
2.3.2.	0199/01011301	01	2016	A	1												1.034,00							
2.3.2.	0199/01011401	01	2016	A	1												2.747,00							
2.3.2.	0199/010204	01	2016	A	1												75,00							
2.3.2.	0199/0103050202	01	2016	A	1												3.576,00							
2.3.2.	0199/01030901	01	2016	A	1												250,00							
2.3.2.	0199/020108	01	2016	A	1												450,00							
2.3.2.	0199/020209	01	2016	A	1												720,00							
2.3.2.		02	2016	I	3	EQUIPAMENTO PARA GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL						2016/01/02	2017/12/31			5.150,00							5.150,00	
2.3.2.	0199/020121	02	2016	I	3												200,00							
2.3.2.	0199/070107	02	2016	I	3												2.100,00							
2.3.2.	0199/070108	02	2016	I	3												400,00							
2.3.2.	0199/070109	02	2016	I	3												2.450,00							
2.3.2.		03	2016	A	5	CENSOS SOCIAIS					DADS	2016/01/02	2016/12/31			880,00							880,00	
2.3.2.	0111/010204	03	2016	A	5												450,00							
2.3.2.	0111/020108	03	2016	A	5												250,00							
2.3.2.	0111/020215	03	2016	A	5												180,00							
2.4.						HABITAÇÃO E SERVIÇOS AUXILIARES									81.615,00	82.075,00	82.075,00		14.500,00	14.000,00	2.500,00	5.000,00	199.690,00	
2.4.2.						ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO									81.615,00	34.760,00	34.760,00		2.000,00	1.500,00			119.875,00	
2.4.2.	0151/07030301	01	2009	I	5	REQUALIFICAÇÃO URBANA: ARRUMUNTOS E MOBILIÁRIO URBANO EM ARCOVER	EMPREITADA		15.0	85.0	DGUA	2009/01/01	2016/05/31	9		9.660,00	9.660,00						9.660,00	
2.4.2.	0108/070101	09	2015	I	10	AQUISIÇÃO DE TERRENOS	OUTRA		100.0		EXE	2015/01/01	2018/12/31	4	81.615,00	25.100,00	25.100,00		2.000,00	1.500,00			110.215,00	
2.4.3.						SAQUEAMENTO										25.000,00	25.000,00		12.500,00	12.500,00	2.500,00	5.000,00	57.500,00	
2.4.3.	0151/07030302	03	2015	I	3	RAMAIS	ADM. DIR.		100.0		DGUA	2015/01/01	2018/12/31	3		14.000,00	14.000,00		10.000,00	10.000,00			34.000,00	
2.4.3.		01	2016	I	1	ELABORAÇÃO DE CADASTRO DAS INFRAESTRUTURAS EXISTENTES NOS SISTEMAS EM BAIXA	OUTRA			85.0	DGUA	2016/01/02	2021/12/31			11.000,00			2.500,00	2.500,00	2.500,00	5.000,00	23.500,00	
2.4.3.	0153/070108	01	2016	I	1												6.000,00							
2.4.3.	0153/070113	01	2016	I	1												5.000,00							
2.4.4.						ABASTECIMENTO DE ÁGUA										10.000,00	10.000,00						10.000,00	
A TRANSPORTAR ...															176.873,23	22.500,00	1.057.854,00	1.057.854,00		624.235,00	608.085,00	497.855,00	35.845,00	3.023.247,23

ENTIDADE		GRANDES OPÇÕES DO PLANO												DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016	
Município de Aramar															

PÁGINA : 4

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		OUTROS
A TRANSPORTAR ...												176.873,23	22.500,00	1.057.854,00	1.057.854,00		624.235,00	608.085,00	497.855,00	35.845,00	3.023.247,23
2.4.4.	0153/07030303	02	2016	A	2			85.0	DESA	2016/01/02	2018/12/31			10.000,00	10.000,00						10.000,00
2.4.5.														12.315,00	12.315,00						12.315,00
2.4.5.	0108/07010413	01	2011	A	3			15.0	DESA	2011/01/02	2016/05/31	9		12.315,00	12.315,00						12.315,00
2.5.													29.150,00	252.645,00	252.645,00		82.500,00	72.500,00	10.000,00	5.000,00	451.795,00
2.5.1.													7.450,00	175.500,00	175.500,00		70.000,00	60.000,00	10.000,00	5.000,00	327.950,00
2.5.1.	0199/020225	01	2009	A	7			100.0	EXE	2009/01/01	2016/12/31			74.000,00	74.000,00						74.000,00
2.5.1.		02	2009	A	14			100.0	DADS	2009/01/01	2018/12/31			35.000,00			50.000,00	40.000,00			125.000,00
2.5.1.	0199/020121	02	2009	A	14										5.000,00						
2.5.1.	0199/020217	02	2009	A	14										5.000,00						
2.5.1.	0199/020225	02	2009	A	14										25.000,00						
2.5.1.		02	2015	A	2			100.0	DADS	2015/01/01	2020/12/31	3	7.450,00	61.000,00			15.000,00	15.000,00	10.000,00	5.000,00	113.450,00
2.5.1.	0103/040701	02	2015	A	2										32.500,00						
2.5.1.	0103/06030305	02	2015	A	2										13.500,00						
2.5.1.	0103/080701	02	2015	A	2										15.000,00						
2.5.1.		04	2015	A	4			100.0	DADS	2015/01/01	2018/12/31	0		5.500,00			5.000,00	5.000,00			15.500,00
2.5.1.	0199/02010202	04	2015	A	4										500,00						
2.5.1.	0199/020121	04	2015	A	4										1.250,00						
2.5.1.	0199/020217	04	2015	A	4										1.250,00						
2.5.1.	0199/020220	04	2015	A	4										1.250,00						
2.5.1.	0199/020225	04	2015	A	4										1.250,00						
2.5.2.													21.700,00	77.145,00	77.145,00		12.500,00	12.500,00			123.845,00
2.5.2.	0151/07010406	07	2006	C	8		12.07	60.3	DESA	2006/01/01	2016/08/31	9		38.145,00	38.145,00						38.145,00
2.5.2.		01	2015	A	1			100.0	DESA	2015/01/01	2018/12/31	0		5.000,00			5.000,00	5.000,00			15.000,00
2.5.2.	0199/010107	01	2015	A	1										2.000,00						
2.5.2.	0199/020121	01	2015	A	1										1.000,00						
2.5.2.	0199/020217	01	2015	A	1										1.000,00						
2.5.2.	0199/020220	01	2015	A	1										1.000,00						
2.5.2.	0103/040701	03	2015	A	3			100.0	DESA	2015/01/01	2018/12/31	3	21.700,00	29.000,00	29.000,00		5.000,00	5.000,00			60.700,00
2.5.2.	0103/040701	12	2015	A	12									5.000,00	5.000,00		2.500,00	2.500,00			10.000,00
3.													29.449,21	615.694,00	615.694,00		286.000,00	191.000,00	88.500,00		1.210.643,21
3.1.														49.407,00	49.407,00		49.500,00	49.500,00	49.500,00		197.907,00
3.1.		01	2016	A	11									49.407,00			49.500,00	49.500,00	49.500,00		197.907,00
3.1.	0199/01010401	01	2016	A	11										22.538,00						
3.1.	0199/01011301	01	2016	A	11										2.067,00						
3.1.	0199/01011401	01	2016	A	11										3.757,00						
3.1.	0199/0103050202	01	2016	A	11										5.255,00						
3.1.	0199/01030901	01	2016	A	11										500,00						
3.1.	0199/020101	01	2016	A	11										8.050,00						
A TRANSPORTAR ...												206.023,23	22.500,00	1.382.221,00	1.374.981,00		756.235,00	730.085,00	557.355,00	40.845,00	3.695.264,23

ENTIDADE	GRANDES OPÇÕES DO PLANO	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
Município de Aramar		

PÁGINA : 5

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. AÇÃO				DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO
																	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)				ANOS SEGUINTE				
								AC	AA	FC		INICIO	FIN		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019	OUTROS		
A TRANSPORTAR ...															206.023,23	22.500,00	1.382.221,00	1.374.991,00		756.235,00	730.085,00	557.355,00	40.845,00	3.695.264,23	
3.1.	0199/02010202	01	2016	A	11	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES TRANSPORTES RODOVIÁRIOS											2.090,00								
3.1.	0199/020105	01	2016	A	11													2.300,00							
3.1.	0199/02011603	01	2016	A	11													1.650,00							
3.1.	0199/020121	01	2016	A	11													500,00							
3.1.	0199/020215	01	2016	A	11													100,00							
3.1.	0199/020217	01	2016	A	11													600,00							
3.3.															29.449,21		522.500,00	522.500,00		187.500,00	102.500,00			841.949,21	
3.3.1.															29.449,21		522.500,00	522.500,00		187.500,00	102.500,00			841.949,21	
3.3.1.	0151/07030301	04	2015	E	4		PAVIMENTAÇÃO	OUTRA		100.0	DESA	2015/01/01	2019/12/31	3	9.264,41		500.000,00	500.000,00		170.000,00	85.000,00			764.264,41	
3.3.1.	0151/07030309	05	2015	E	5		SINALIZAÇÃO	OUTRA		100.0	DESA	2015/01/01	2018/12/31				5.000,00	5.000,00		2.500,00	2.500,00			10.000,00	
3.3.1.	0151/07030301	06	2015	E	7		MURO DE SUPORTE	EMPREITADA		100.0	DESA	2015/01/01	2018/12/31	3	20.184,80		17.500,00	17.500,00		15.000,00	15.000,00			67.684,80	
3.4.						COMERCIO E TURISMO TURISMO											38.787,00	38.787,00		39.000,00	39.000,00	39.000,00		155.787,00	
3.4.2.																		38.787,00	38.787,00		39.000,00	39.000,00	39.000,00		155.787,00
3.4.2.		03	2016	A	9		LOJA INTERATIVA DE TURISMO					2016/01/02	2019/12/31				38.787,00			39.000,00	39.000,00	39.000,00		155.787,00	
3.4.2.	0199/01010401	03	2016	A	9													20.480,00							
3.4.2.	0199/01011301	03	2016	A	9													2.067,00							
3.4.2.	0199/01011401	03	2016	A	9													3.415,00							
3.4.2.	0199/0103050202	03	2016	A	9													5.675,00							
3.4.2.	0199/01030901	03	2016	A	9													500,00							
3.4.2.	0199/02011603	03	2016	A	9													500,00							
3.4.2.	0199/020201	03	2016	A	9													4.800,00							
3.4.2.	0199/020209	03	2016	A	9													750,00							
3.4.2.	0199/020215	03	2016	A	9													600,00							
3.5.						OUTRAS FUNÇÕES ECONÔMICAS AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE REGA											5.000,00	5.000,00		10.000,00				15.000,00	
3.5.	0199/07010413	12	2015	E	12		EMPREITADA				DESA	2015/01/01	2017/12/31	0			5.000,00	5.000,00		10.000,00				15.000,00	
4.																	87.477,00	87.477,00		70.377,00	70.377,00	65.377,00	118.934,58	412.542,58	
4.1.																	52.482,00	52.482,00		52.482,00	52.482,00	52.482,00	104.964,58	314.892,58	
4.1.																									
4.1.	0103/090802	01	2015	E	1		SUBSCRIÇÃO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO DO FPM			100.0	DADS	2015/01/01	2018/12/31				52.482,00	52.482,00		52.482,00	52.482,00	52.482,00	104.964,58	314.892,58	
4.2.																	22.895,00	22.895,00		17.895,00	17.895,00	12.895,00	13.970,00	85.550,00	
4.2.	0103/08050102	02	2014	A	6		TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	OUTRA		100.0	EZE	2014/01/02	2018/12/31	0			10.000,00	10.000,00		5.000,00	5.000,00			20.000,00	
4.2.	0103/080306	15	2015	A	15		PARTILHA DE POTAPÇAS LÍQUIDAS - FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (FEE)					2015/08/05	2021/12/31				12.895,00	12.895,00		12.895,00	12.895,00	12.895,00	13.970,00	65.550,00	
4.3.							DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS											12.100,00	12.100,00						12.100,00
4.3.	0151/07010301	06	2013	E	6			PROJETO E CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR)	EMPREITADA	100.0	0	DESA	2013/01/01	2016/12/31	9			12.100,00	12.100,00						12.100,00
TOTAL GERAL ...															235.472,44	22.500,00	2.035.985,00	2.035.985,00		1.063.112,00	941.962,00	661.732,00	159.779,58	5.120.543,02	

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 -
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

ENTIDADE	GRANDES OPÇÕES DO PLANO	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
Município de Aruanã		

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

ENTIDADE	RESUMO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
Município de Aramar		

PÁGINA : 1

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
				ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019	OUTROS	
01	EDUCACAO E ENSINO			646.710,00	646.710,00		408.500,00	401.500,00	400.000,00		1.856.710,00
0101	ENSINO PRÉ-ESCOLAR			193.647,00	193.647,00		170.500,00	168.500,00	167.000,00		699.647,00
0102	ENSINO DO 1.º CICLO			302.493,00	302.493,00		90.000,00	90.000,00	90.000,00		572.493,00
0105	ENSINO 2.º E 3.º CICLOS/SECUNDÁRIO			150.570,00	150.570,00		148.000,00	143.000,00	143.000,00		584.570,00
02	CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES	29.150,00		252.645,00	252.645,00		82.500,00	72.500,00	10.000,00	5.000,00	451.795,00
0201	CULTURA	7.450,00		175.500,00	175.500,00		70.000,00	60.000,00	10.000,00	5.000,00	327.950,00
0202	DESPORTO, TEMPOS LIVRES	21.700,00		77.145,00	77.145,00		12.500,00	12.500,00			123.845,00
03	AÇÃO SOCIAL			61.550,00	61.550,00		32.235,00	33.585,00	29.355,00	30.845,00	187.570,00
0301	AÇÃO SOCIAL/SERVICO SOCIAL			61.550,00	61.550,00		32.235,00	33.585,00	29.355,00	30.845,00	187.570,00
04	SAUDE	1.000,00	3.000,00	20.000,00	20.000,00		12.000,00	12.000,00	12.000,00		60.000,00
0401	SERVICO DE SAUDE	1.000,00	3.000,00	20.000,00	20.000,00		12.000,00	12.000,00	12.000,00		60.000,00
05	HABITACAO, URBANIZACAO E TERRENOS	81.615,00		34.760,00	34.760,00		2.000,00	1.500,00			119.875,00
0503	URBANIZACAO			9.660,00	9.660,00						9.660,00
0505	TERRENOS	81.615,00		25.100,00	25.100,00		2.000,00	1.500,00			110.215,00
06	SAANEAMENTO E SALUBRIDADE			47.315,00	47.315,00		12.500,00	12.500,00	2.500,00	5.000,00	79.815,00
0601	REDE DE ESGOTOS			21.000,00	21.000,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00	5.000,00	33.500,00
0602	RESIDUOS SOLIDOS			12.315,00	12.315,00						12.315,00
0605	SAANEAMENTO			14.000,00	14.000,00		10.000,00	10.000,00			34.000,00
07	PROTECCAO CIVIL	35.000,00	15.000,00	72.100,00	72.100,00		50.000,00	50.000,00			222.100,00
0701	BOMBEIROS	35.000,00	15.000,00	60.000,00	60.000,00		50.000,00	50.000,00			210.000,00
0702	SEGURANCA PUBLICA			12.100,00	12.100,00						12.100,00
08	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E ABASTECIMENTO PUBLICO			54.407,00	54.407,00		59.500,00	49.500,00	49.500,00		212.907,00
0806	AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA E CAÇA			54.407,00	54.407,00		59.500,00	49.500,00	49.500,00		212.907,00
09	COMUNICACOES E TRANSPORTES	29.449,21		522.500,00	522.500,00		187.500,00	102.500,00			841.949,21
0901	REDE VIARIA	29.449,21		522.500,00	522.500,00		187.500,00	102.500,00			841.949,21
11	FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS	59.258,23	4.500,00	323.998,00	323.998,00		216.377,00	206.377,00	158.377,00	118.934,58	1.087.821,81
1101	EQUIPAMENTO	44.120,23		215.621,00	215.621,00		128.000,00	118.000,00	93.000,00		598.741,23
1102	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	15.138,00	4.500,00	45.895,00	45.895,00		30.895,00	30.895,00	12.895,00	13.970,00	154.188,00
1103	ENCARGOS DE DIVIDA AUTÁRQUICA			52.482,00	52.482,00		52.482,00	52.482,00	52.482,00	104.964,58	314.892,58
1105	DIVERSAS NAO ESPECIFICADAS			10.000,00	10.000,00		5.000,00	5.000,00			20.000,00
TOTAL GERAL ...		235.472,44	22.500,00	2.035.985,00	2.035.985,00		1.063.112,00	941.962,00	661.732,00	159.779,58	5.120.543,02

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO	
						AC	AA	FC							ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE			OUTROS		
													PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019			
1.				FUNÇÕES GERAIS									44.120,23		126.210,00	126.210,00		30.000,00	20.000,00			220.330,23	
1.1.				SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA									44.120,23		126.210,00	126.210,00		30.000,00	20.000,00			220.330,23	
1.1.1.				ADMINISTRAÇÃO GERAL									44.120,23		126.210,00	126.210,00		30.000,00	20.000,00			220.330,23	
1.1.1.		02	2013	2	RENOVAÇÃO DA FROTA DE TRANSPORTES DO MUNICÍPIO	OUTRA		100.0	EXE	2013/01/01	2018/12/31	4	4.517,00		113.710,00			30.000,00	20.000,00			168.227,00	
1.1.1.	0103/070205	02	2013	2												13.710,00							
1.1.1.	0107/07010602	02	2013	2												100.000,00							
1.1.1.	0108/07010602	07	2015	8	GRANDES REPARAÇÕES DE VIATURAS	OUTRA		100.0	OGJA	2015/01/01	2016/12/31		8.896,28		5.000,00	5.000,00						13.896,28	
1.1.1.		08	2015	9	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	OUTRA		100.0	OGJA	2015/01/01	2016/12/31	3	30.706,95		7.500,00							38.206,95	
1.1.1.	0152/07011002	08	2015	9												3.000,00							
1.1.1.	0152/070111	08	2015	9												4.500,00							
2.				FUNÇÕES SOCIAIS									81.615,00		125.370,00	125.370,00		14.500,00	14.000,00	2.500,00	5.000,00	242.985,00	
2.3.				SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS											5.150,00	5.150,00						5.150,00	
2.3.2.				AÇÃO SOCIAL											5.150,00	5.150,00						5.150,00	
2.3.2.		02	2016	3	EQUIPAMENTO PARA GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL					2016/01/02	2017/12/31				5.150,00							5.150,00	
2.3.2.	0199/020121	02	2016	3												200,00							
2.3.2.	0199/070107	02	2016	3												2.100,00							
2.3.2.	0199/070108	02	2016	3												400,00							
2.3.2.	0199/070109	02	2016	3												2.450,00							
2.4.				REABILITAÇÃO E SERVIÇOS AUXILIARES									81.615,00		82.075,00	82.075,00		14.500,00	14.000,00	2.500,00	5.000,00	199.690,00	
2.4.2.				ORDENAMENTO DO TERITÓRIO									81.615,00		34.760,00	34.760,00		2.000,00	1.500,00			119.875,00	
2.4.2.	0151/07030301	01	2009	5	REQUALIFICAÇÃO URBANA: ARRUMAMENTOS E MOBILIÁRIO URBANO EM ARMAR	EMPREITADA		15.0	85.0	OGJA	2009/01/01	2016/05/31	9	9.660,00		9.660,00						9.660,00	
2.4.2.	0108/070101	09	2015	10	AQUISIÇÃO DE TERRENOS	OUTRA		100.0	EXE	2015/01/01	2018/12/31	4	81.615,00		25.100,00	25.100,00		2.000,00	1.500,00			110.215,00	
2.4.3.				SANEAMENTO											25.000,00	25.000,00		12.500,00	12.500,00	2.500,00	5.000,00	57.500,00	
2.4.3.	0151/07030302	03	2015	3	RAMAIS	ADM. DIR.		100.0	OGJA	2015/01/01	2018/12/31	3			14.000,00	14.000,00		10.000,00	10.000,00			34.000,00	
2.4.3.		01	2016	1	ELABORAÇÃO DE CADASTRO DAS INFRAESTRUTURAS EXISTENTES NOS SISTEMAS EM BAIXA	OUTRA			85.0	OGJA	2016/01/02	2021/12/31			11.000,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00	5.000,00		23.500,00	
2.4.3.	0153/070108	01	2016	1												6.000,00							
2.4.3.	0153/070113	01	2016	1												5.000,00							
2.4.4.				ABASTECIMENTO DE ÁGUA											10.000,00	10.000,00						10.000,00	
2.4.4.	0153/07030303	02	2016	2	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS			85.0	OGJA	2016/01/02	2018/12/31				10.000,00	10.000,00						10.000,00	
2.4.5.				RESÍDUOS SÓLIDOS											12.315,00	12.315,00						12.315,00	
2.4.5.	0108/07010413	01	2011	3	AQUISIÇÃO DE CONTEÚDORES METÁLICOS C/ SISTEMA ELEVADO	OUTRA		15.0	85.0	OGJA	2011/01/02	2016/05/31	9		12.315,00	12.315,00						12.315,00	
2.5.				SERVIÇOS CULTURAIS,RECREATIVOS E RELIGIOSOS											38.145,00	38.145,00						38.145,00	
2.5.2.				DESPORTO, RECREIO E LAZER											38.145,00	38.145,00						38.145,00	
2.5.2.	0151/07010406	07	2006	8	PROJETO E CONSTRUÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL COBERTA	EMPREITADA	12.1		60.3	OGJA	2006/01/01	2016/08/31	9		38.145,00	38.145,00						38.145,00	
3.				FUNÇÕES ECONÔMICAS									29.449,21		527.500,00	527.500,00		197.500,00	102.500,00			856.949,21	
3.3.				TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES									29.449,21		522.500,00	522.500,00		187.500,00	102.500,00			841.949,21	
3.3.1.				TRANSPORTES RODOVIÁRIOS									29.449,21		522.500,00	522.500,00		187.500,00	102.500,00			841.949,21	
A TRANSPORTAR ...													125.735,23		251.500,00	251.500,00		44.500,00	34.000,00	2.500,00	5.000,00	463.315,23	

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC							ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
											INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		
A TRANSPORTAR ...													125.735,23		251.500,00	251.500,00		44.500,00	34.000,00	2.500,00	5.000,00	463.315,23	
3.3.1.	0151/07030301	04	2015	4	PAVIMENTAÇÃO	OUTRA		100.0	DESA	2015/01/01	2019/12/31	3	9.264,41		500.000,00	500.000,00		170.000,00	85.000,00			764.264,41	
3.3.1.	0151/07030309	05	2015	5	SINALIZAÇÃO	OUTRA		100.0	DESA	2015/01/01	2018/12/31	3			5.000,00	5.000,00		2.500,00	2.500,00			10.000,00	
3.3.1.	0151/07030301	06	2015	7	MOROS DE SUPORTE	EMPREITADA		100.0	DESA	2015/01/01	2018/12/31	3	20.184,80		17.500,00	17.500,00		15.000,00	15.000,00			67.684,80	
3.5.					OUTRAS FUNÇÕES ECONÔMICAS										5.000,00	5.000,00		10.000,00			15.000,00		
3.5.	0199/07010413	12	2015	12	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE REGA	EMPREITADA			DESA	2015/01/01	2017/12/31	0			5.000,00	5.000,00		10.000,00			15.000,00		
4.					OUTRAS FUNÇÕES										64.582,00	64.582,00		52.482,00	52.482,00	52.482,00	104.964,58	326.982,58	
4.1.					OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA										52.482,00	52.482,00		52.482,00	52.482,00	52.482,00	104.964,58	314.882,58	
4.1.	0103/090802	01	2015	1	SUBSCRIÇÃO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO DO FPM			100.0	DADS	2015/01/01	2018/12/31				52.482,00	52.482,00		52.482,00	52.482,00	52.482,00	104.964,58	314.882,58	
4.3.					DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS										12.100,00	12.100,00						12.100,00	
4.3.	0151/07010301	06	2013	6	PROJETO E CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR)	EMPREITADA	100.0		DESA	2013/01/01	2016/12/31	9			12.100,00	12.100,00						12.100,00	
TOTAL GERAL ...													155.184,44		843.662,00	843.662,00		294.482,00	188.982,00	54.982,00	109.964,58	1.647.257,02	

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 -
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

ENTIDADE	PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
Município de Aramar		

PÁGINA : 1

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO(NÚMERO DO PROJ. AÇÃO)		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO
						AC	BA	FC						ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)				ANOS SEGUINTE				
										INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019	OUTROS	
1.				FUNÇÕES GERAIS								50.138,00	19.500,00	143.624,00	143.624,00		127.000,00	127.000,00	54.000,00		521.262,00	
1.1.				SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA								15.138,00	4.500,00	83.624,00	83.624,00		77.000,00	77.000,00	54.000,00		311.262,00	
1.1.1.				ADMINISTRAÇÃO GERAL								15.138,00	4.500,00	83.624,00	83.624,00		77.000,00	77.000,00	54.000,00		311.262,00	
1.1.1.1.		13	2015	14	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	OUTRA	100.0		DADS	2015/01/01	2018/12/31	2	15.138,00	4.500,00	33.000,00		18.000,00	18.000,00			88.638,00	
1.1.1.1.	0103/04050104	13	2015	14												18.000,00						
1.1.1.1.	0103/06020305	13	2015	14												15.000,00						
1.1.1.1.	0104/020205	01	2016	6	REDE PRIVATIVA METRO				DADS	2016/01/02	2019/12/31				9.000,00	9.000,00		9.000,00	9.000,00	9.000,00	36.000,00	
					ETHERNET LAN P/ INTERLIGAÇÃO DE EDIFÍCIOS																	
1.1.1.1.		02	2016	7	ESPAÇO DO CIDADÃO					2016/01/02	2019/12/31				41.624,00			50.000,00	50.000,00	45.000,00	186.624,00	
1.1.1.1.	0199/01010401	02	2016	7												22.616,00						
1.1.1.1.	0199/01011301	02	2016	7												2.067,00						
1.1.1.1.	0199/01011401	02	2016	7												3.770,00						
1.1.1.1.	0199/010205	02	2016	7												1.005,00						
1.1.1.1.	0199/010303	02	2016	7												841,00						
1.1.1.1.	0199/0103050201	02	2016	7												2.272,00						
1.1.1.1.	0199/0103050202	02	2016	7												3.995,00						
1.1.1.1.	0199/01030901	02	2016	7												500,00						
1.1.1.1.	0199/020108	02	2016	7												400,00						
1.1.1.1.	0199/020209	02	2016	7												1.267,00						
1.1.1.1.	0199/020210	02	2016	7												460,00						
1.1.1.1.	0199/020213	02	2016	7												300,00						
1.1.1.1.	0199/020215	02	2016	7												300,00						
1.1.1.1.	0199/040802	02	2016	7												1.831,00						
1.2.				SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS									35.000,00	15.000,00	60.000,00	60.000,00		50.000,00	50.000,00		210.000,00	
1.2.1.				PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS									35.000,00	15.000,00	60.000,00	60.000,00		50.000,00	50.000,00		210.000,00	
1.2.1.1.	0103/080701	05	2015	5	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS ARAMAR - EXECUÇÃO DO PROTOCOLO	OUTRA	100.0		EXE	2015/01/01	2018/12/31	0	35.000,00	15.000,00	60.000,00	60.000,00		50.000,00	50.000,00		210.000,00	
2.				FUNÇÕES SOCIAIS									30.150,00	3.000,00	937.610,00	937.610,00		535.235,00	519.585,00	451.355,00	35.845,00	2.512.780,00
2.1.				EDUCAÇÃO											646.710,00	646.710,00		408.500,00	401.500,00	400.000,00		1.856.710,00
2.1.0.				EDUCAÇÃO											646.710,00	646.710,00		408.500,00	401.500,00	400.000,00		1.856.710,00
2.1.0.0.		01	2016	2	GESTÃO PRÉ-ESCOLAR	OUTRA	100.0			2016/01/02	2019/12/31				193.647,00			170.500,00	168.500,00	167.000,00		699.647,00
2.1.0.0.	0107/01010401	01	2016	2												86.549,00						
2.1.0.0.	0107/010107	01	2016	2												6.900,00						
2.1.0.0.	0107/01011301	01	2016	2												13.434,00						
2.1.0.0.	0107/01011401	01	2016	2												7.213,00						
2.1.0.0.	0107/010202	01	2016	2												1.635,00						
2.1.0.0.	0107/010204	01	2016	2												975,00						
2.1.0.0.	0107/010303	01	2016	2												2.008,00						
2.1.0.0.	0107/0103050201	01	2016	2												14.771,00						
2.1.0.0.	0107/0103050202	01	2016	2												9.212,00						
2.1.0.0.	0107/01030901	01	2016	2												3.250,00						
2.1.0.0.	0107/02010202	01	2016	2												16.600,00						
2.1.0.0.	0107/020112	01	2016	2												1.500,00						
2.1.0.0.	0107/020203	01	2016	2												750,00						
2.1.0.0.	0107/020212	01	2016	2												750,00						
2.1.0.0.	0112/020105	01	2016	2												26.800,00						
2.1.0.0.	0112/020108	01	2016	2												100,00						
2.1.0.0.	0112/020120	01	2016	2												900,00						
2.1.0.0.	0112/020209	01	2016	2												300,00						
A TRANSPORTAR ...													50.138,00	19.500,00	337.271,00	337.271,00		297.500,00	295.500,00	221.000,00		1.220.909,00

ENTIDADE		PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL																DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016	
Município de Aramar																			

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO(NÚMERO DO PROJ. AÇÃO)			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		REALIZADO	DESPESAS (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO
							AC	BA	FC					ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
							PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL				DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019	OUTROS				
A TRANSPORTAR ...													50.138,00	19.500,00	337.271,00	337.271,00		297.500,00	295.500,00	221.000,00		1.220.909,00
2.1.0.		01	2016	3	GESTÃO DO 1.º CICLO ENSINO BÁSICO						2016/01/02	2019/12/31			302.493,00			90.000,00	90.000,00	90.000,00		572.493,00
2.1.0.	0107/01010401	01	2016	3												98.513,00						
2.1.0.	0107/01011301	01	2016	3												14.467,00						
2.1.0.	0107/01011401	01	2016	3												16.419,00						
2.1.0.	0107/010202	01	2016	3												4.850,00						
2.1.0.	0107/010204	01	2016	3												1.050,00						
2.1.0.	0107/010303	01	2016	3												991,00						
2.1.0.	0107/010304	01	2016	3												1.061,00						
2.1.0.	0107/0103050201	01	2016	3												11.141,00						
2.1.0.	0107/0103050202	01	2016	3												14.226,00						
2.1.0.	0107/01030901	01	2016	3												3.500,00						
2.1.0.	0107/02010202	01	2016	3												35.000,00						
2.1.0.	0107/020112	01	2016	3												3.600,00						
2.1.0.	0107/020114	01	2016	3												1.000,00						
2.1.0.	0107/020203	01	2016	3												1.000,00						
2.1.0.	0107/020212	01	2016	3												5.500,00						
2.1.0.	0112/010107	01	2016	3												16.550,00						
2.1.0.	0112/020105	01	2016	3												69.000,00						
2.1.0.	0112/020108	01	2016	3												100,00						
2.1.0.	0112/020120	01	2016	3												1.700,00						
2.1.0.	0112/040701	01	2016	3												2.825,00						
2.1.0.		01	2016	4	GESTÃO DO ENSINO 2.º E 3.º CICLOS E SECUNDÁRIO						2016/01/02	2019/12/31			147.570,00			145.000,00	140.000,00	140.000,00		572.570,00
2.1.0.	0112/020210	01	2016	4												135.000,00						
2.1.0.	0112/050701	01	2016	4												10.220,00						
2.1.0.	0112/050803	01	2016	4												2.350,00						
2.1.0.		02	2016	10	RECONHECIMENTO * DESEMPENHO NOTA + *						2016/01/02	2019/12/31			3.000,00			3.000,00	3.000,00	3.000,00		12.000,00
2.1.0.	0112/02010202	02	2016	10												100,00						
2.1.0.	0112/050803	02	2016	10												400,00						
2.1.0.	0112/06020305	02	2016	10												2.500,00						
2.2.					SAÚDE								1.000,00	3.000,00	20.000,00	20.000,00		12.000,00	12.000,00	12.000,00		60.000,00
2.2.1.					SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE								1.000,00	3.000,00	20.000,00	20.000,00		12.000,00	12.000,00	12.000,00		60.000,00
2.2.1.	0103/040701	06	2015	6	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMSEIERS VOLUNTÁRIOS DE ARAMAR - APOIO À AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SOCORRO	OUTRA		100.0	EKE	2015/01/01	2019/12/31		1.000,00	3.000,00	20.000,00	20.000,00		12.000,00	12.000,00	12.000,00		60.000,00
2.3.					SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS										56.400,00	56.400,00		32.235,00	33.585,00	29.355,00	30.845,00	182.420,00
2.3.2.					AÇÃO SOCIAL										56.400,00	56.400,00		32.235,00	33.585,00	29.355,00	30.845,00	182.420,00
2.3.2.	0103/040601	08	2015	8	ATIVIDADES OU EVENTOS DE ENTIDADES DE NATUREZA COOPERATIVA OU ASSOCIATIVA	OUTRA		100.0	DADS	2015/01/01	2020/12/31	3			25.295,00	25.295,00		26.585,00	27.935,00	29.355,00	30.845,00	140.015,00
2.3.2.		10	2015	10	ATIVIDADES OU EVENTOS PROMOVIDOS PELA COMISSÃO PROTEÇÃO CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO (CPCJ)	OUTRA		100.0	DADS	2015/01/01	2018/12/31	P			4.895,00			4.500,00	4.500,00			13.895,00
2.3.2.	0111/010204	10	2015	10												850,00						
2.3.2.	0111/020108	10	2015	10												1.090,00						
2.3.2.	0111/020115	10	2015	10												100,00						
2.3.2.	0111/020120	10	2015	10												60,00						
2.3.2.	0111/020121	10	2015	10												220,00						
A TRANSPORTAR ...													51.138,00	22.500,00	840.524,00	837.949,00		578.585,00	572.935,00	495.355,00	30.845,00	2.591.882,00

ENTIDADE				PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL														DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016	
Município de Aramar																			

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO(NÚMERO DO PROJ. AÇÃO)				FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO			
							AC	AA	FC							ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE								
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019	OUTROS					
							A TRANSPORTAR ...														51.138,00	22.500,00	840.524,00		837.949,00		578.585,00
2.3.2.	0111/020208	10	2015	10	ATIVIDADES DO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL						2016/01/02	2018/12/31						450,00									
2.3.2.	0111/020210	10	2015	10															30,00								
2.3.2.	0111/020212	10	2015	10															100,00								
2.3.2.	0111/020225	10	2015	10															1.640,00								
2.3.2.	0111/070108	10	2015	10															355,00								
2.3.2.		01	2016	1													25.330,00				1.150,00	1.150,00					27.630,00
2.3.2.	0199/01010401	01	2016	1															16.478,00								
2.3.2.	0199/01011301	01	2016	1															1.034,00								
2.3.2.	0199/01011401	01	2016	1															2.747,00								
2.3.2.	0199/010204	01	2016	1															75,00								
2.3.2.	0199/0103050202	01	2016	1															3.576,00								
2.3.2.	0199/01030901	01	2016	1															250,00								
2.3.2.	0199/020108	01	2016	1															450,00								
2.3.2.	0199/020209	01	2016	1															720,00								
2.3.2.		03	2016	5		CENSUS SOCIAIS					DADO	2016/01/02	2016/12/31					880,00									880,00
2.3.2.	0111/010204	03	2016	5														450,00									
2.3.2.	0111/020108	03	2016	5														250,00									
2.3.2.	0111/020215	03	2016	5														180,00									
2.5.					SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS										29.150,00		214.500,00	214.500,00		82.500,00	72.500,00	10.000,00	5.000,00		413.630,00		
2.5.1.					CULTURA										7.450,00		175.500,00	175.500,00		70.000,00	60.000,00	10.000,00	5.000,00		327.950,00		
2.5.1.	0199/020225	01	2009	7	FESTAS DO CONCELHO	OUTRA		100.0		EKE	2009/01/01	2016/12/31					74.000,00	74.000,00							74.000,00		
2.5.1.		02	2009	14	ARMAR CAPITAL DA NAÇÃO DE MONTANHA - EVENTOS	OUTRA		100.0		DADO	2009/01/01	2018/12/31					35.000,00			50.000,00	40.000,00				125.000,00		
2.5.1.	0199/020121	02	2009	14														5.000,00									
2.5.1.	0199/020217	02	2009	14														5.000,00									
2.5.1.	0199/020225	02	2009	14														25.000,00									
2.5.1.		02	2015	2	ATIVIDADES OU EVENTOS DE ENTIDADES DE NATUREZA COOPERATIVA OU ASSOCIATIVA	OUTRA		100.0		DADO	2015/01/01	2020/12/31	3	7.450,00		61.000,00			15.000,00	15.000,00	10.000,00	5.000,00		113.450,00			
2.5.1.	0103/040701	02	2015	2														32.500,00									
2.5.1.	0103/06020305	02	2015	2														13.500,00									
2.5.1.	0103/080701	02	2015	2														15.000,00									
2.5.1.		04	2015	4	ATIVIDADES OU EVENTOS	OUTRA		100.0		DADO	2015/01/01	2018/12/31	0			5.500,00			5.000,00	5.000,00				15.500,00			
2.5.1.	0199/02010202	04	2015	4														500,00									
2.5.1.	0199/020121	04	2015	4														1.250,00									
2.5.1.	0199/020217	04	2015	4														1.250,00									
2.5.1.	0199/020220	04	2015	4														1.250,00									
2.5.1.	0199/020225	04	2015	4														1.250,00									
2.5.2.					DESPORTO, RECREIO E LAZER										21.700,00		39.000,00	39.000,00		12.500,00	12.500,00				85.700,00		
2.5.2.		01	2015	1	ATIVIDADES OU EVENTOS	OUTRA		100.0		DADO	2015/01/01	2018/12/31	0				5.000,00			5.000,00	5.000,00				15.000,00		
2.5.2.	0199/010107	01	2015	1														2.000,00									
2.5.2.	0199/020121	01	2015	1														1.000,00									
2.5.2.	0199/020217	01	2015	1														1.000,00									
2.5.2.	0199/020220	01	2015	1														1.000,00									
2.5.2.	0103/040701	03	2015	3	ATIVIDADES OU EVENTOS DE ENTIDADES DE NATUREZA COOPERATIVA OU ASSOCIATIVA	OUTRA		100.0		DADO	2015/01/01	2018/12/31	3	21.700,00		29.000,00	29.000,00		5.000,00	5.000,00					60.700,00		
A TRANSPORTAR ...														80.288,00	22.500,00	1.076.234,00	1.076.234,00		659.735,00	644.085,00	505.355,00	35.845,00	3.024.042,00				

ENTIDADE	PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
Município de Aramar		

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)								TOTAL PREVISTO	
						AC	BA	FC							ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)				ANOS SEGUINTE					
													INICIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019		OUTROS
A TRANSPORTAR ...													80.288,00	22.500,00	1.076.234,00	1.076.234,00		659.735,00	644.085,00	505.355,00	35.845,00	3.024.042,00		
2.5.2.	0103/040701	12	2015	12	CONCESSÃO DE APOIOS A ENTIDADE LEGALMENTE CONSTITUÍDA OU PARTICIPADA PELOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO (ATER)					2015/01/01	2018/12/31				5.000,00	5.000,00		2.500,00	2.500,00			10.000,00		
3.					FUNÇÕES ECONÔMICAS										88.194,00	88.194,00		88.500,00	88.500,00	88.500,00		353.694,00		
3.1.					AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVIC ULTURA, CAÇA E PESCA										49.407,00	49.407,00		49.500,00	49.500,00	49.500,00		197.907,00		
3.1.		01	2016	11	ATIVIDADE CINERÉTICA					2016/01/02	2019/12/31				49.407,00			49.500,00	49.500,00	49.500,00		197.907,00		
3.1.	0199/01010401	01	2016	11												22.538,00								
3.1.	0199/01011301	01	2016	11												2.067,00								
3.1.	0199/01011401	01	2016	11												3.757,00								
3.1.	0199/0103050202	01	2016	11												5.255,00								
3.1.	0199/01030901	01	2016	11												500,00								
3.1.	0199/020101	01	2016	11												8.050,00								
3.1.	0199/02010202	01	2016	11												2.090,00								
3.1.	0199/020105	01	2016	11												2.300,00								
3.1.	0199/02011603	01	2016	11												1.650,00								
3.1.	0199/020121	01	2016	11												500,00								
3.1.	0199/020215	01	2016	11												100,00								
3.1.	0199/020217	01	2016	11												600,00								
3.4.					COMERCIO E TURISMO										38.787,00	38.787,00		39.000,00	39.000,00	39.000,00		155.787,00		
3.4.2.					TURISMO										38.787,00	38.787,00		39.000,00	39.000,00	39.000,00		155.787,00		
3.4.2.		03	2016	9	LOJA INTERATIVA DE TURISMO					2016/01/02	2019/12/31				38.787,00			39.000,00	39.000,00	39.000,00		155.787,00		
3.4.2.	0199/01010401	03	2016	9												20.480,00								
3.4.2.	0199/01011301	03	2016	9												2.067,00								
3.4.2.	0199/01011401	03	2016	9												3.415,00								
3.4.2.	0199/0103050202	03	2016	9												5.675,00								
3.4.2.	0199/01030901	03	2016	9												500,00								
3.4.2.	0199/02011603	03	2016	9												500,00								
3.4.2.	0199/020201	03	2016	9												4.800,00								
3.4.2.	0199/020209	03	2016	9												750,00								
3.4.2.	0199/020215	03	2016	9												600,00								
4.					OUTRAS FUNÇÕES										22.895,00	22.895,00		17.895,00	17.895,00	12.895,00	13.970,00	85.550,00		
4.2.					TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES										22.895,00	22.895,00		17.895,00	17.895,00	12.895,00	13.970,00	85.550,00		
4.2.	0103/08050102	02	2014	6	FREGUESIAS - CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	OUTRA		100.0	EXE	2014/01/02	2018/12/31	0			10.000,00	10.000,00		5.000,00	5.000,00			20.000,00		
4.2.	0103/080306	15	2015	15	PARTILHA DE POUÇANÇAS LÍQUIDAS - FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (FEE)					2015/08/05	2021/12/31				12.895,00	12.895,00		12.895,00	12.895,00	12.895,00	13.970,00	65.550,00		
TOTAL GERAL .....													80.288,00	22.500,00	1.192.323,00	1.192.323,00		768.630,00	752.980,00	606.750,00	49.815,00	3.473.286,00		

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 -
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

ENTIDADE	PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016
Município de Aramar		

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ENTIDADE	ORÇAMENTO DA DESPESA	DOTAÇÕES INICIAIS
Município de Armamar	( Com e Sem Plano )	DO ANO 2016

PÁGINA : 1

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
ORGÂNICA	ECONÓMICA				
01		ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	7.080.535,00	2.035.985,00	9.116.520,00
01.01		CO APOIO ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	43.966,00		43.966,00
		D E S P E S A S C O R R E N T E S	43.166,00		43.166,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	30.911,00		30.911,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	10.599,00		10.599,00
	01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	8.198,00		8.198,00
	01.01.04.01	Pessoal em funções	8.198,00		8.198,00
	01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	1.034,00		1.034,00
	01.01.13.01	Pessoal em funções	1.034,00		1.034,00
	01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	1.367,00		1.367,00
	01.01.14.01	Pessoal em funções	1.367,00		1.367,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	17.790,00		17.790,00
	01.02.04	Ajudas de custo	555,00		555,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS	17.235,00		17.235,00
	01.02.13.01	Prêmios de Desempenho	200,00		200,00
	01.02.13.02	Outros	17.035,00		17.035,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	2.522,00		2.522,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	2.272,00		2.272,00
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	2.272,00		2.272,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	2.272,00		2.272,00
	01.03.09	SEGUROS	250,00		250,00
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	250,00		250,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.035,00		1.035,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	335,00		335,00
	02.01.08	Material de escritório	300,00		300,00
	02.01.21	Outros bens	35,00		35,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	700,00		700,00
	02.02.11	Representação dos serviços	700,00		700,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.220,00		11.220,00
	04.08	FAMÍLIAS	11.220,00		11.220,00
	04.08.02	Outras	11.220,00		11.220,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L	800,00		800,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	800,00		800,00
	07.01	INVESTIMENTOS	800,00		800,00
	07.01.07	Equipamento de Informática	520,00		520,00
	07.01.08	Software Informático	280,00		280,00
01.02		CO PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO	109.498,00		109.498,00
		D E S P E S A S C O R R E N T E S	107.606,00		107.606,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	96.366,00		96.366,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	78.944,00		78.944,00
	01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	32.052,00		32.052,00
	01.01.04.01	Pessoal em funções	32.052,00		32.052,00
	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	30.155,00		30.155,00
	01.01.11	Representação	2.232,00		2.232,00
	01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	4.136,00		4.136,00
	01.01.13.01	Pessoal em funções	3.101,00		3.101,00
	01.01.13.02	Pessoal em qualquer outra situação	1.035,00		1.035,00
	01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	10.369,00		10.369,00
	01.01.14.01	Pessoal em funções	5.150,00		5.150,00
	01.01.14.02	Pessoal em qualquer outra situação	5.219,00		5.219,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	425,00		425,00
	01.02.04	Ajudas de custo	225,00		225,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
ORGÂNICA	ECONÓMICA				
01.03	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	200,00		200,00
	01.02.13.01	Prémios de Desempenho	200,00		200,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	16.997,00		16.997,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	16.247,00		16.247,00
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	16.247,00		16.247,00
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	12.671,00		12.671,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	3.576,00		3.576,00
	01.03.09	SEGUROS	750,00		750,00
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	750,00		750,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	5.540,00		5.540,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	2.340,00		2.340,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	2.000,00		2.000,00
	02.01.02.02	Gasóleo	2.000,00		2.000,00
	02.01.08	Material de escritório	190,00		190,00
	02.01.18	Livros e documentação técnica	150,00		150,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	3.200,00		3.200,00
	02.02.15	Formação	3.200,00		3.200,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.700,00		5.700,00
	04.08	FAMÍLIAS	5.700,00		5.700,00
	04.08.02	Outras	5.700,00		5.700,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L	1.892,00		1.892,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.892,00		1.892,00
	07.01	INVESTIMENTOS	1.892,00		1.892,00
	07.01.07	Equipamento de Informática	1.155,00		1.155,00
	07.01.08	Software Informático	737,00		737,00
		CO GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	1.635.936,00	322.382,00	1.958.318,00
		D E S P E S A S C O R R E N T E S	323.834,00	113.000,00	436.834,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	76.173,00		76.173,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	59.021,00		59.021,00
	01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	47.045,00		47.045,00
	01.01.04.01	Pessoal em funções	47.045,00		47.045,00
	01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	4.135,00		4.135,00
	01.01.13.01	Pessoal em funções	4.135,00		4.135,00
	01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	7.841,00		7.841,00
	01.01.14.01	Pessoal em funções	7.841,00		7.841,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	1.842,00		1.842,00
	01.02.04	Ajudas de custo	375,00		375,00
	01.02.05	Abono para falhas	1.267,00		1.267,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	200,00		200,00
	01.02.13.01	Prémios de Desempenho	200,00		200,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	15.310,00		15.310,00
	01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens	1.275,00		1.275,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	13.035,00		13.035,00
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	13.035,00		13.035,00
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	13.035,00		13.035,00
	01.03.09	SEGUROS	1.000,00		1.000,00
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.000,00		1.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	28.405,00		28.405,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	840,00		840,00
	02.01.08	Material de escritório	840,00		840,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	27.565,00		27.565,00
	02.02.15	Formação	2.065,00		2.065,00
	02.02.24	Encargos de cobrança de receitas	22.000,00		22.000,00
	02.02.25	Outros serviços	3.500,00		3.500,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	196.916,00		196.916,00
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	71.800,00		71.800,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
ORGÂNICA	ECONÓMICA				
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS	52.702,00		52.702,00
		INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
	03.01.03.01	Empréstimos de Curto Prazo	6.600,00		6.600,00
	03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	46.102,00		46.102,00
	03.01.03.02.01	Caixa Geral de Depósitos	28.135,00		28.135,00
	03.01.03.02.06	Caixa Crédito Agrícola Mutuo	17.967,00		17.967,00
	03.01.05	Administração Pública Central	19.098,00		19.098,00
	03.01.05.02	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	19.098,00		19.098,00
	03.01.05.02.02	Programa de Apoio a Economia Local (PAEL)	19.098,00		19.098,00
	03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	66.270,00		66.270,00
	03.02.01	DESPESAS DIVERSAS	66.270,00		66.270,00
	03.02.01.01	Comissões bancárias com manutenção de contas, contratos de empréstimos, factoring e cedências de créditos	66.270,00		66.270,00
	03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	720,00		720,00
	03.03.05	Material de transporte	720,00		720,00
	03.05	OUTROS JUROS	54.596,00		54.596,00
	03.05.02	Outros	54.596,00		54.596,00
	03.05.02.01	Contrato de factoring - CCAM	12.500,00		12.500,00
	03.05.02.02	Contrato de factoring/ Cedência de Créditos - BPI	50,00		50,00
	03.05.02.03	Contrato de factoring/ Cedência Créditos - CGD	1.196,00		1.196,00
	03.05.02.98	Juros de acordos c/ fornecedores	14.850,00		14.850,00
	03.05.02.99	Juros de mora suportados	26.000,00		26.000,00
	03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	3.530,00		3.530,00
	03.06.01	Outros encargos financeiros	3.530,00		3.530,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.840,00	84.500,00	101.340,00
	04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	16.840,00		16.840,00
	04.03.01	Estado	4.275,00		4.275,00
	04.03.05	Serviços e fundos autónomos	12.565,00		12.565,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		18.000,00	18.000,00
	04.05.01	CONTINENTE		18.000,00	18.000,00
	04.05.01.04	Associação de municípios		18.000,00	18.000,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		66.500,00	66.500,00
	04.07.01	Instituições sem fins lucrativos		66.500,00	66.500,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.500,00	28.500,00	34.000,00
	06.02	DIVERSAS	5.500,00	28.500,00	34.000,00
	06.02.01	Impostos e taxas	4.500,00		4.500,00
	06.02.03	OUTRAS	1.000,00	28.500,00	29.500,00
	06.02.03.01	Outras Restituições	1.000,00		1.000,00
	06.02.03.05	Outras		28.500,00	28.500,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L	1.312.102,00	209.382,00	1.521.484,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.265,00	13.710,00	14.975,00
	07.01	INVESTIMENTOS	1.265,00		1.265,00
	07.01.07	Equipamento de Informática	631,00		631,00
	07.01.08	Software Informático	634,00		634,00
	07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA		13.710,00	13.710,00
	07.02.05	Material de transporte		13.710,00	13.710,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		143.190,00	143.190,00
	08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		12.895,00	12.895,00
	08.03.06	Serviços e fundos autónomos		12.895,00	12.895,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		10.000,00	10.000,00
	08.05.01	CONTINENTE		10.000,00	10.000,00
	08.05.01.02	Freguesias		10.000,00	10.000,00
	08.06	SEGURANÇA SOCIAL		25.295,00	25.295,00
	08.06.01	Sistemas de solidariedade e segurança social		25.295,00	25.295,00
	08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		95.000,00	95.000,00
	08.07.01	Instituições sem fins lucrativos		95.000,00	95.000,00
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		52.482,00	52.482,00
	09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		52.482,00	52.482,00
	09.08.02	Sociedades e quase sociedades não financeiras-Públicas		52.482,00	52.482,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS	1.310.837,00		1.310.837,00
	10.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	645.000,00		645.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
01.04	10.05.03	Sociedades financeiras-Bancos e outras instituições financeiras	645.000,00		645.000,00
	<b>10.06</b>	<b>EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>	665.837,00		<b>665.837,00</b>
	<b>10.06.03</b>	<b>Sociedades financeiras-Bancos e outras instituições financeiras</b>	594.481,00		<b>594.481,00</b>
	10.06.03.01	Caixa Geral de Depósitos	549.328,00		549.328,00
	10.06.03.06	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo	45.153,00		45.153,00
	<b>10.06.05</b>	<b>Administração Pública Central-Estado</b>	71.356,00		<b>71.356,00</b>
	10.06.05.02	Programa de Apoio á Economia Local (PAEL)	71.356,00		71.356,00
		CO GESTÃO DE SI/TIC	194.970,00	9.000,00	203.970,00
		<b>D E S P E S A S C O R R E N T E S</b>	148.163,00	9.000,00	<b>157.163,00</b>
	<b>01</b>	<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>	79.213,00		<b>79.213,00</b>
	<b>01.01</b>	<b>REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES</b>	63.656,00		<b>63.656,00</b>
	<b>01.01.04</b>	<b>Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado</b>	51.904,00		<b>51.904,00</b>
	01.01.04.01	Pessoal em funções	51.904,00		51.904,00
	<b>01.01.13</b>	<b>SUBSIDIO DE REFEIÇÃO</b>	3.101,00		<b>3.101,00</b>
	01.01.13.01	Pessoal em funções	3.101,00		3.101,00
	<b>01.01.14</b>	<b>SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL</b>	8.651,00		<b>8.651,00</b>
	01.01.14.01	Pessoal em funções	8.651,00		8.651,00
	<b>01.02</b>	<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>	425,00		<b>425,00</b>
	01.02.04	Ajudas de custo	225,00		225,00
	<b>01.02.13</b>	<b>OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS</b>	200,00		<b>200,00</b>
	01.02.13.01	Prêmios de Desempenho	200,00		200,00
	<b>01.03</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>	15.132,00		<b>15.132,00</b>
	<b>01.03.05</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL</b>	14.382,00		<b>14.382,00</b>
	<b>01.03.05.02</b>	<b>Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)</b>	14.382,00		<b>14.382,00</b>
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	14.382,00		14.382,00
	<b>01.03.09</b>	<b>SEGUROS</b>	750,00		<b>750,00</b>
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	750,00		750,00
	<b>02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	68.270,00	9.000,00	<b>77.270,00</b>
	<b>02.01</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>	720,00		<b>720,00</b>
	02.01.08	Material de escritório	720,00		720,00
	<b>02.02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	67.550,00	9.000,00	<b>76.550,00</b>
	02.02.05	Locação de material de informática	23.950,00	9.000,00	32.950,00
	02.02.08	Locação de outros bens	11.750,00		11.750,00
	02.02.15	Formação	750,00		750,00
	02.02.19	Assistência técnica	5.900,00		5.900,00
	02.02.20	Outros trabalhos especializados	25.200,00		25.200,00
	<b>04</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	680,00		<b>680,00</b>
	<b>04.08</b>	<b>FAMÍLIAS</b>	680,00		<b>680,00</b>
	04.08.02	Outras	680,00		680,00
		<b>D E S P E S A S D E C A P I T A L</b>	46.807,00		<b>46.807,00</b>
	<b>07</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL</b>	46.807,00		<b>46.807,00</b>
	<b>07.01</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>	46.807,00		<b>46.807,00</b>
	07.01.07	Equipamento de Informática	46.350,00		46.350,00
	07.01.08	Software Informático	457,00		457,00
01.05		CO GESTÃO DA COMUNICAÇÃO E IMAGEM	55.671,00		55.671,00
		<b>D E S P E S A S C O R R E N T E S</b>	55.317,00		<b>55.317,00</b>
	<b>01</b>	<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>	48.517,00		<b>48.517,00</b>
	<b>01.01</b>	<b>REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES</b>	40.515,00		<b>40.515,00</b>
	<b>01.01.04</b>	<b>Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado</b>	32.956,00		<b>32.956,00</b>
	01.01.04.01	Pessoal em funções	32.956,00		32.956,00
	<b>01.01.13</b>	<b>SUBSIDIO DE REFEIÇÃO</b>	2.066,00		<b>2.066,00</b>
	01.01.13.01	Pessoal em funções	2.066,00		2.066,00
	<b>01.01.14</b>	<b>SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL</b>	5.493,00		<b>5.493,00</b>
	01.01.14.01	Pessoal em funções	5.493,00		5.493,00
	<b>01.02</b>	<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>	350,00		<b>350,00</b>

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
ORGÂNICA	ECONÓMICA				
01.06	01.02.04	Ajudas de custo	150,00		150,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	200,00		200,00
	01.02.13.01	Prémios de Desempenho	200,00		200,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	7.652,00		7.652,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	7.152,00		7.152,00
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	7.152,00		7.152,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	7.152,00		7.152,00
	01.03.09	SEGUROS	500,00		500,00
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	500,00		500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.100,00		1.100,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	100,00		100,00
	02.01.08	Material de escritório	100,00		100,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1.000,00		1.000,00
	02.02.20	Outros trabalhos especializados	1.000,00		1.000,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.700,00		5.700,00
	04.08	FAMÍLIAS	5.700,00		5.700,00
	04.08.02	Outras	5.700,00		5.700,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L	354,00		354,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	354,00		354,00
	07.01	INVESTIMENTOS	354,00		354,00
	07.01.08	Software Informático	354,00		354,00
		CO GESTÃO DE COLABORADORES	192.520,00		192.520,00
		D E S P E S A S C O R R E N T E S	192.166,00		192.166,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	189.816,00		189.816,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	54.479,00		54.479,00
	01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	41.977,00		41.977,00
	01.01.04.01	Pessoal em funções	41.977,00		41.977,00
	01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	3.100,00		3.100,00
	01.01.13.01	Pessoal em funções	3.100,00		3.100,00
	01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	6.997,00		6.997,00
	01.01.14.01	Pessoal em funções	6.997,00		6.997,00
	01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2.405,00		2.405,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	350,00		350,00
	01.02.04	Ajudas de custo	150,00		150,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	200,00		200,00
	01.02.13.01	Prémios de Desempenho	200,00		200,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	134.987,00		134.987,00
	01.03.01	Encargos com a saúde	103.160,00		103.160,00
	01.03.02	Outros encargos com a saúde	18.628,00		18.628,00
	01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens	637,00		637,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	12.062,00		12.062,00
	01.03.05.01	Assistência na doença dos funcionários públicos ADSE	430,00		430,00
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	11.632,00		11.632,00
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	11.632,00		11.632,00
	01.03.09	SEGUROS	500,00		500,00
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	500,00		500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.350,00		2.350,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	100,00		100,00
	02.01.08	Material de escritório	100,00		100,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.250,00		2.250,00
	02.02.15	Formação	1.000,00		1.000,00
	02.02.22	Serviços de saúde	1.250,00		1.250,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L	354,00		354,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	354,00		354,00
	07.01	INVESTIMENTOS	354,00		354,00
	07.01.08	Software Informático	354,00		354,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E	
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç Ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL	
ORGÂNICA	ECONÓMICA					
01.07		CO GESTÃO DE TRANSPORTES COLETIVOS	79.000,00	477.865,00	556.865,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S	79.000,00	377.865,00	456.865,00	
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		312.165,00	312.165,00	
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		243.495,00	243.495,00	
	01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado		185.062,00	185.062,00	
	01.01.04.01	Pessoal em funções		185.062,00	185.062,00	
	01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença		6.900,00	6.900,00	
	01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO		27.901,00	27.901,00	
	01.01.13.01	Pessoal em funções		27.901,00	27.901,00	
	01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL		23.632,00	23.632,00	
	01.01.14.01	Pessoal em funções		23.632,00	23.632,00	
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		8.510,00	8.510,00	
	01.02.02	Horas extraordinárias		6.485,00	6.485,00	
	01.02.04	Ajudas de custo		2.025,00	2.025,00	
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		60.160,00	60.160,00	
	01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens		2.999,00	2.999,00	
	01.03.04	Outras prestações familiares		1.061,00	1.061,00	
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		49.350,00	49.350,00	
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)		49.350,00	49.350,00	
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		25.912,00	25.912,00	
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral		23.438,00	23.438,00	
	01.03.09	SEGUROS		6.750,00	6.750,00	
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais		6.750,00	6.750,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	19.000,00	65.700,00	84.700,00	
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	14.500,00	57.700,00	72.200,00	
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	10.000,00	51.600,00	61.600,00	
	02.01.02.02	Gasóleo	10.000,00	51.600,00	61.600,00	
	02.01.12	Material de transporte - Peças	4.500,00	5.100,00	9.600,00	
	02.01.14	Outro material - Peças		1.000,00	1.000,00	
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	4.500,00	8.000,00	12.500,00	
	02.02.03	Conservação de bens	2.500,00	1.750,00	4.250,00	
	02.02.12	Seguros	2.000,00	6.250,00	8.250,00	
	05	SUBSÍDIOS	60.000,00		60.000,00	
	05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	60.000,00		60.000,00	
	05.01.03	Privadas	60.000,00		60.000,00	
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		100.000,00	100.000,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		100.000,00	100.000,00	
	07.01	INVESTIMENTOS		100.000,00	100.000,00	
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES		100.000,00	100.000,00	
	07.01.06.02	Outros		100.000,00	100.000,00	
	01.08		CO GESTÃO DE PATRIMÓNIO	37.527,00	42.415,00	79.942,00
			D E S P E S A S C O R R E N T E S	36.673,00		36.673,00
		01	DESPESAS COM O PESSOAL	36.533,00		36.533,00
		01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	27.827,00		27.827,00
		01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	22.080,00		22.080,00
		01.01.04.01	Pessoal em funções	22.080,00		22.080,00
		01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	2.067,00		2.067,00
01.01.13.01		Pessoal em funções	2.067,00		2.067,00	
01.01.14		SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	3.680,00		3.680,00	
01.01.14.01		Pessoal em funções	3.680,00		3.680,00	
01.02		ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	350,00		350,00	
01.02.04		Ajudas de custo	150,00		150,00	
01.02.13		OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	200,00		200,00	
01.02.13.01		Prémios de Desempenho	200,00		200,00	
01.03		SEGURANÇA SOCIAL	8.356,00		8.356,00	
01.03.03		Subsidio familiar a crianças e jovens	637,00		637,00	
01.03.05		CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	7.219,00		7.219,00	

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
01.09	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	7.219,00		7.219,00
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	3.847,00		3.847,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	3.372,00		3.372,00
	01.03.09	SEGUROS	500,00		500,00
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	500,00		500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	140,00		140,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	140,00		140,00
	02.01.08	Material de escritório	140,00		140,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L	854,00	42.415,00	43.269,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	854,00	42.415,00	43.269,00
	07.01	INVESTIMENTOS	854,00	42.415,00	43.269,00
	07.01.01	Terrenos		25.100,00	25.100,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		12.315,00	12.315,00
	07.01.04.13	Outras Construções		12.315,00	12.315,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES		5.000,00	5.000,00
	07.01.06.02	Outros		5.000,00	5.000,00
	07.01.07	Equipamento de Informática	354,00		354,00
	07.01.09	Equipamento Administrativo	500,00		500,00
		CO GESTÃO DE ARMAZÉNS E MATERIAIS	398.696,00		398.696,00
		D E S P E S A S C O R R E N T E S	398.696,00		398.696,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	13.396,00		13.396,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	10.599,00		10.599,00
	01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	8.198,00		8.198,00
	01.01.04.01	Pessoal em funções	8.198,00		8.198,00
	01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	1.034,00		1.034,00
	01.01.13.01	Pessoal em funções	1.034,00		1.034,00
	01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	1.367,00		1.367,00
	01.01.14.01	Pessoal em funções	1.367,00		1.367,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	275,00		275,00
	01.02.04	Ajudas de custo	75,00		75,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	200,00		200,00
	01.02.13.01	Prémios de Desempenho	200,00		200,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	2.522,00		2.522,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	2.272,00		2.272,00
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	2.272,00		2.272,00
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	2.272,00		2.272,00
	01.03.09	SEGUROS	250,00		250,00
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	250,00		250,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	385.300,00		385.300,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	100,00		100,00
	02.01.08	Material de escritório	100,00		100,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	385.200,00		385.200,00
	02.02.04	Locação de edifícios	385.200,00		385.200,00
01.10		CO GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS	14.773,00		14.773,00
		D E S P E S A S C O R R E N T E S	14.596,00		14.596,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	13.396,00		13.396,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	10.599,00		10.599,00
	01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	8.198,00		8.198,00
	01.01.04.01	Pessoal em funções	8.198,00		8.198,00
	01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	1.034,00		1.034,00
	01.01.13.01	Pessoal em funções	1.034,00		1.034,00
	01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	1.367,00		1.367,00
	01.01.14.01	Pessoal em funções	1.367,00		1.367,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	275,00		275,00
	01.02.04	Ajudas de custo	75,00		75,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
ORGÂNICA	ECONÓMICA				
01.11	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	200,00		200,00
	01.02.13.01	Prémios de Desempenho	200,00		200,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	2.522,00		2.522,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	2.272,00		2.272,00
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	2.272,00		2.272,00
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	2.272,00		2.272,00
	01.03.09	SEGUROS	250,00		250,00
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	250,00		250,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.200,00		1.200,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	200,00		200,00
	02.01.08	Material de escritório	200,00		200,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1.000,00		1.000,00
	02.02.15	Formação	500,00		500,00
	02.02.17	Publicidade	500,00		500,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L	177,00		177,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	177,00		177,00
	07.01	INVESTIMENTOS	177,00		177,00
	07.01.08	Software Informático	177,00		177,00
		CO GESTÃO DE AÇÃO SOCIAL	81.095,00	5.775,00	86.870,00
		D E S P E S A S C O R R E N T E S	80.118,00	5.420,00	85.538,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	51.468,00	1.300,00	52.768,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	42.625,00		42.625,00
	01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	34.764,00		34.764,00
	01.01.04.01	Pessoal em funções	34.764,00		34.764,00
	01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	2.067,00		2.067,00
	01.01.13.01	Pessoal em funções	2.067,00		2.067,00
	01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	5.794,00		5.794,00
	01.01.14.01	Pessoal em funções	5.794,00		5.794,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	200,00	1.300,00	1.500,00
	01.02.04	Ajudas de custo		1.300,00	1.300,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	200,00		200,00
	01.02.13.01	Prémios de Desempenho	200,00		200,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	8.643,00		8.643,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	8.643,00		8.643,00
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	8.643,00		8.643,00
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	5.067,00		5.067,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	3.576,00		3.576,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.170,00	4.120,00	7.290,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	920,00	1.720,00	2.640,00
	02.01.06	Alimentação - Géneros para confeccionar	500,00		500,00
	02.01.08	Material de escritório	270,00	1.340,00	1.610,00
	02.01.15	Prémios,condecorações e ofertas		100,00	100,00
	02.01.19	Artigos honoríficos e de decoração	150,00		150,00
	02.01.20	Material de educação, cultura e recreio		60,00	60,00
	02.01.21	Outros bens		220,00	220,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.250,00	2.400,00	4.650,00
	02.02.08	Locação de outros bens		450,00	450,00
	02.02.10	Transportes		30,00	30,00
	02.02.12	Seguros	1.800,00	100,00	1.900,00
	02.02.15	Formação		180,00	180,00
	02.02.25	Outros serviços	450,00	1.640,00	2.090,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.380,00		6.380,00
	04.08	FAMÍLIAS	6.380,00		6.380,00
	04.08.02	Outras	6.380,00		6.380,00
	05	SUBSÍDIOS	19.100,00		19.100,00
	05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	9.000,00		9.000,00
	05.01.03	Privadas	9.000,00		9.000,00
	05.08	FAMÍLIAS	10.100,00		10.100,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
01.12	05.08.03	Outras	10.100,00		10.100,00
		<b>D E S P E S A S D E C A P I T A L</b>	977,00	355,00	<b>1.332,00</b>
	<b>07</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL</b>	977,00	355,00	<b>1.332,00</b>
	<b>07.01</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>	977,00	355,00	<b>1.332,00</b>
	07.01.07	Equipamento de Informática	520,00		520,00
	07.01.08	Software Informático	457,00	355,00	812,00
		CO GESTÃO DE EDUCAÇÃO	418.917,00	268.845,00	687.762,00
		<b>D E S P E S A S C O R R E N T E S</b>	417.829,00	268.845,00	<b>686.674,00</b>
	<b>01</b>	<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>	360.309,00	16.550,00	<b>376.859,00</b>
	<b>01.01</b>	<b>REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES</b>	287.082,00	16.550,00	<b>303.632,00</b>
	<b>01.01.04</b>	<b>Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado</b>	213.697,00		<b>213.697,00</b>
	01.01.04.01	Pessoal em funções	213.697,00		213.697,00
	<b>01.01.06</b>	<b>Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas a termo resolutivo</b>	5.075,00		<b>5.075,00</b>
	01.01.06.01	Pessoal em funções	3.383,00		3.383,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	1.692,00		1.692,00
	01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença		16.550,00	16.550,00
	<b>01.01.13</b>	<b>SUBSIDIO DE REFEIÇÃO</b>	31.287,00		<b>31.287,00</b>
	01.01.13.01	Pessoal em funções	31.001,00		31.001,00
	01.01.13.02	Pessoal em qualquer outra situação	286,00		286,00
	<b>01.01.14</b>	<b>SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL</b>	37.023,00		<b>37.023,00</b>
	01.01.14.01	Pessoal em funções	35.617,00		35.617,00
	01.01.14.02	Pessoal em qualquer outra situação	1.406,00		1.406,00
	<b>01.02</b>	<b>ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS</b>	4.545,00		<b>4.545,00</b>
	01.02.02	Horas extraordinárias	1.870,00		1.870,00
	01.02.04	Ajudas de custo	2.475,00		2.475,00
	<b>01.02.13</b>	<b>OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS</b>	200,00		<b>200,00</b>
	01.02.13.01	Prêmios de Desempenho	200,00		200,00
	<b>01.03</b>	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>	68.682,00		<b>68.682,00</b>
	01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens	319,00		319,00
	<b>01.03.05</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL</b>	60.113,00		<b>60.113,00</b>
	<b>01.03.05.02</b>	<b>Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)</b>	59.213,00		<b>59.213,00</b>
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	27.863,00		27.863,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	31.350,00		31.350,00
	<b>01.03.05.03</b>	<b>Outros</b>	900,00		<b>900,00</b>
	01.03.05.03.03	Segurança Social - Entidades Contratantes trabalhadores independentes	900,00		900,00
	<b>01.03.09</b>	<b>SEGUROS</b>	8.250,00		<b>8.250,00</b>
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	8.250,00		8.250,00
	<b>02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	57.520,00	234.000,00	<b>291.520,00</b>
	<b>02.01</b>	<b>AQUISIÇÃO DE BENS</b>	7.100,00	98.700,00	<b>105.800,00</b>
	<b>02.01.02</b>	<b>COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES</b>		100,00	<b>100,00</b>
	02.01.02.02	Gasóleo		100,00	100,00
	02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas		95.800,00	95.800,00
	02.01.08	Material de escritório	100,00	200,00	300,00
	02.01.14	Outro material - Peças	7.000,00		7.000,00
	02.01.20	Material de educação, cultura e recreio		2.600,00	2.600,00
	<b>02.02</b>	<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>	50.420,00	135.300,00	<b>185.720,00</b>
	02.02.09	Comunicações		300,00	300,00
	02.02.10	Transportes	50.420,00	135.000,00	185.420,00
	<b>04</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>		2.825,00	<b>2.825,00</b>
	<b>04.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>		2.825,00	<b>2.825,00</b>
	04.07.01	Instituições sem fins lucrativos		2.825,00	2.825,00
	<b>05</b>	<b>SUBSÍDIOS</b>		12.970,00	<b>12.970,00</b>
	<b>05.07</b>	<b>INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>		10.220,00	<b>10.220,00</b>
	05.07.01	Instituições sem fins lucrativos		10.220,00	10.220,00
	<b>05.08</b>	<b>FAMÍLIAS</b>		2.750,00	<b>2.750,00</b>
	05.08.03	Outras		2.750,00	2.750,00

CLASSIFICAÇÕES			DOTAÇÕES		MONTANTE
CÓDIGOS ORGÂNICA ECONÓMICA		DESIGNAÇÃO	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
01.51	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.500,00	2.500,00
	06.02	DIVERSAS		2.500,00	2.500,00
	06.02.03	OUTRAS		2.500,00	2.500,00
	06.02.03.05	Outras		2.500,00	2.500,00
		DESPESAS DE CAPITAL	1.088,00		1.088,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.088,00		1.088,00
	07.01	INVESTIMENTOS	1.088,00		1.088,00
	07.01.07	Equipamento de Informática	631,00		631,00
	07.01.08	Software Informático	457,00		457,00
		CO CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAM. MUNICIPAIS	617.389,00	596.405,00	1.213.794,00
		DESPESAS CORRENTES	607.212,00		607.212,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	520.812,00		520.812,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	411.423,00		411.423,00
	01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	289.579,00		289.579,00
	01.01.04.01	Pessoal em funções	289.579,00		289.579,00
	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	30.155,00		30.155,00
	01.01.11	Represença	2.232,00		2.232,00
	01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	36.168,00		36.168,00
	01.01.13.01	Pessoal em funções	35.133,00		35.133,00
	01.01.13.02	Pessoal em qualquer outra situação	1.035,00		1.035,00
	01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	53.289,00		53.289,00
	01.01.14.01	Pessoal em funções	48.070,00		48.070,00
	01.01.14.02	Pessoal em qualquer outra situação	5.219,00		5.219,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	9.978,00		9.978,00
	01.02.02	Horas extraordinárias	9.978,00		9.978,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	99.411,00		99.411,00
	01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens	2.067,00		2.067,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	88.594,00		88.594,00
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	88.594,00		88.594,00
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	69.310,00		69.310,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	19.284,00		19.284,00
	01.03.09	SEGUROS	8.750,00		8.750,00
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	8.750,00		8.750,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	86.400,00		86.400,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	86.400,00		86.400,00
	02.01.01	Matérias primas e subsidiárias	21.300,00		21.300,00
	02.01.08	Material de escritório	100,00		100,00
	02.01.21	Outros bens	65.000,00		65.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	10.177,00	596.405,00	606.582,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10.177,00	596.405,00	606.582,00
	07.01	INVESTIMENTOS	177,00	50.245,00	50.422,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		12.100,00	12.100,00
	07.01.03.01	Instalações de serviços		12.100,00	12.100,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		38.145,00	38.145,00
	07.01.04.06	Instalações desportivas e recreativas		38.145,00	38.145,00
	07.01.08	Software Informático	177,00		177,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	10.000,00	546.160,00	556.160,00
	07.03.03	Outras construções e infraestruturas	10.000,00	546.160,00	556.160,00
	07.03.03.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares		527.160,00	527.160,00
	07.03.03.02	Sistema de Drenagem de Águas Residuais		14.000,00	14.000,00
	07.03.03.08	Viação Rural	10.000,00		10.000,00
	07.03.03.09	Sinalização e trânsito		5.000,00	5.000,00
01.52		CO GESTÃO DE MÁQUINAS E VIATURAS	172.620,00	7.500,00	180.120,00
		DESPESAS CORRENTES	154.043,00		154.043,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	72.693,00		72.693,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	54.551,00		54.551,00
	01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	43.213,00		43.213,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
ORGÂNICA	ECONÓMICA				
01.53	01.01.04.01	Pessoal em funções	43.213,00		43.213,00
	01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	4.135,00		4.135,00
	01.01.13.01	Pessoal em funções	4.135,00		4.135,00
	01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	7.203,00		7.203,00
	01.01.14.01	Pessoal em funções	7.203,00		7.203,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	2.402,00		2.402,00
	01.02.02	Horas extraordinárias	2.402,00		2.402,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	15.740,00		15.740,00
	01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens	2.766,00		2.766,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	11.974,00		11.974,00
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	11.974,00		11.974,00
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	11.974,00		11.974,00
	01.03.09	SEGUROS	1.000,00		1.000,00
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.000,00		1.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	81.350,00		81.350,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	45.250,00		45.250,00
	02.01.02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	26.100,00		26.100,00
	02.01.02.01	Gasolina	500,00		500,00
	02.01.02.02	Gasóleo	22.000,00		22.000,00
	02.01.02.99	Outros	3.600,00		3.600,00
	02.01.08	Material de escritório	150,00		150,00
	02.01.12	Material de transporte - Peças	19.000,00		19.000,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	36.100,00		36.100,00
	02.02.03	Conservação de bens	3.000,00		3.000,00
	02.02.06	Locação de material de transporte	21.600,00		21.600,00
	02.02.12	Seguros	11.500,00		11.500,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L	18.577,00	7.500,00	26.077,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	18.577,00	7.500,00	26.077,00
	07.01	INVESTIMENTOS	18.577,00	7.500,00	26.077,00
	07.01.07	Equipamento de Informática	520,00		520,00
	07.01.08	Software Informático	3.057,00		3.057,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	10.000,00	3.000,00	13.000,00
	07.01.10.02	Outros	10.000,00	3.000,00	13.000,00
	07.01.11	Ferramentas e Utensílios	5.000,00	4.500,00	9.500,00
		CO GESTÃO DE ÁGUAS E SANEAMENTO R RECOLHA RESÍDUOS	1.373.769,00	21.000,00	1.394.769,00
		D E S P E S A S C O R R E N T E S	1.372.858,00		1.372.858,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	92.768,00		92.768,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	73.150,00		73.150,00
	01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	57.384,00		57.384,00
	01.01.04.01	Pessoal em funções	57.384,00		57.384,00
	01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	6.201,00		6.201,00
	01.01.13.01	Pessoal em funções	6.201,00		6.201,00
	01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	9.565,00		9.565,00
	01.01.14.01	Pessoal em funções	9.565,00		9.565,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	1.899,00		1.899,00
	01.02.05	Abono para falhas	1.899,00		1.899,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	17.719,00		17.719,00
	01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens	319,00		319,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	15.900,00		15.900,00
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	15.900,00		15.900,00
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	11.905,00		11.905,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	3.995,00		3.995,00
	01.03.09	SEGUROS	1.500,00		1.500,00
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.500,00		1.500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.280.090,00		1.280.090,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	476.410,00		476.410,00
	02.01.02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	500,00		500,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
ORGÂNICA	ECONÓMICA				
01.99	02.01.02.01	Gasolina	500,00		500,00
	02.01.08	Material de escritório	200,00		200,00
	02.01.09	Produtos quimicos e farmacêuticos	500,00		500,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	475.210,00		475.210,00
	02.01.16.01	Água	475.210,00		475.210,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	803.680,00		803.680,00
	02.02.02	Limpeza e higiene	394.680,00		394.680,00
	02.02.20	Outros trabalhos especializados	409.000,00		409.000,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L	911,00	21.000,00	21.911,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	911,00	21.000,00	21.911,00
	07.01	INVESTIMENTOS	911,00	11.000,00	11.911,00
	07.01.07	Equipamento de Informática	631,00		631,00
	07.01.08	Software Informático	280,00	6.000,00	6.280,00
	07.01.13	Investimentos Incorpóreos		5.000,00	5.000,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		10.000,00	10.000,00
	07.03.03	Outras construções e infraesturas		10.000,00	10.000,00
	07.03.03.03	Estações de Tratamento de Águas Residuais		10.000,00	10.000,00
		CO N/ESPECIFICADA	1.654.188,00	284.798,00	1.938.986,00
		D E S P E S A S C O R R E N T E S	1.646.423,00	274.848,00	1.921.271,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	860.893,00	129.480,00	990.373,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	677.711,00	105.036,00	782.747,00
	01.01.01	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	87.185,00		87.185,00
	01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	370.021,00	82.112,00	452.133,00
	01.01.04.01	Pessoal em funções	369.991,00	82.112,00	452.103,00
	01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de posicionamento remuneratório	10,00		10,00
	01.01.04.03	Alterações Facultativas de posicionamento remuneratório	10,00		10,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	10,00		10,00
	01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença		2.000,00	2.000,00
	01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	100,00		100,00
	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	57.841,00		57.841,00
	01.01.11	Represença	19.856,00		19.856,00
	01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	43.875,00	7.235,00	51.110,00
	01.01.13.01	Pessoal em funções	37.665,00	7.235,00	44.900,00
	01.01.13.02	Pessoal em qualquer outra situação	3.105,00		3.105,00
	01.01.13.03	Membros dos órgãos autárquicos	3.105,00		3.105,00
	01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	91.983,00	13.689,00	105.672,00
	01.01.14.01	Pessoal em funções	69.602,00	13.689,00	83.291,00
	01.01.14.02	Pessoal em qualquer outra situação	22.381,00		22.381,00
	01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	6.850,00		6.850,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	16.610,00	1.080,00	17.690,00
	01.02.02	Horas extraordinárias	4.560,00		4.560,00
	01.02.03	Alimentação e alojamento	195,00		195,00
	01.02.04	Ajudas de custo	6.755,00	75,00	6.830,00
	01.02.05	Abono para falhas	865,00	1.005,00	1.870,00
	01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	1.000,00		1.000,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	3.235,00		3.235,00
	01.02.13.01	Prémios de Desempenho	300,00		300,00
	01.02.13.02	Outros	2.935,00		2.935,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL	166.572,00	23.364,00	189.936,00
	01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens	10.403,00	841,00	11.244,00
	01.03.04	Outras prestações familiares	1.062,00		1.062,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	138.857,00	20.773,00	159.630,00
	01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	137.147,00	20.773,00	157.920,00
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	69.926,00	2.272,00	72.198,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	67.221,00	18.501,00	85.722,00
	01.03.05.03	Outros	1.710,00		1.710,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S			D O T A Ç Õ E S		M O N T A N T E
CÓDIGOS		D E S I G N A Ç ã O	NÃO IMPUTÁVEL	IMPUTÁVEL	TOTAL
ORGÂNICA	ECONÓMICA				
	01.03.05.03.01	Serviços de Assistencia Medico-Social (SAMS)	1.710,00		1.710,00
	01.03.09	SEGUROS	16.250,00	1.750,00	18.000,00
	01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	16.250,00	1.750,00	18.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	638.908,00	143.537,00	782.445,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	21.120,00	23.890,00	45.010,00
	02.01.01	Matérias primas e subsdiárias		8.050,00	8.050,00
	02.01.02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES		2.590,00	2.590,00
	02.01.02.02	Gasóleo		2.590,00	2.590,00
	02.01.03	Munições,explosivos e artificios	50,00		50,00
	02.01.04	Limpeza e higiene	14.500,00		14.500,00
	02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas		2.300,00	2.300,00
	02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	3.850,00		3.850,00
	02.01.08	Material de escritório	520,00	850,00	1.370,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	600,00	2.150,00	2.750,00
	02.01.16.03	Outros	600,00	2.150,00	2.750,00
	02.01.17	Ferramentas e utensilios	1.100,00		1.100,00
	02.01.18	Livros e documentação técnica	500,00		500,00
	02.01.21	Outros bens		7.950,00	7.950,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	617.788,00	119.647,00	737.435,00
	02.02.01	Encargos de instalações	435.000,00	4.800,00	439.800,00
	02.02.09	Comunicações	42.000,00	2.737,00	44.737,00
	02.02.10	Transportes	1.675,00	460,00	2.135,00
	02.02.12	Seguros	9.520,00		9.520,00
	02.02.13	Deslocações e estadas	21.285,00	300,00	21.585,00
	02.02.14	Estudos,pareceres,projectos e consultadoria	2.500,00		2.500,00
	02.02.15	Formação	4.000,00	1.000,00	5.000,00
	02.02.17	Publicidade	500,00	7.850,00	8.350,00
	02.02.18	Vigilância e segurança	250,00		250,00
	02.02.19	Assistência técnica	2.500,00		2.500,00
	02.02.20	Outros trabalhos especializados	58.000,00	2.250,00	60.250,00
	02.02.25	Outros serviços	40.558,00	100.250,00	140.808,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	146.622,00	1.831,00	148.453,00
	04.08	FAMÍLIAS	146.622,00	1.831,00	148.453,00
	04.08.02	Outras	146.622,00	1.831,00	148.453,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L	7.765,00	9.950,00	17.715,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	7.765,00	9.950,00	17.715,00
	07.01	INVESTIMENTOS	7.765,00	9.950,00	17.715,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		5.000,00	5.000,00
	07.01.04.13	Outras Construções		5.000,00	5.000,00
	07.01.07	Equipamento de Informática	5.270,00	2.100,00	7.370,00
	07.01.08	Software Informático	2.495,00	400,00	2.895,00
	07.01.09	Equipamento Administrativo		2.450,00	2.450,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS			7.080.535,00	2.035.985,00	9.116.520,00

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAMAR																								
MAPA DE ENCARGOS ANUAIS A SATIZFAZER COM A LIQUIDAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS									ANO FINANCEIRO DE 2016		(Em Euros)	(Em Euros)	ANO FINANCEIRO DE 2017		(Em Euros)	(Em Euros)	ANO FINANCEIRO DE 2018		(Em Euros)	(Em Euros)	ANO FINANCEIRO DE 2019		(Em Euros)	(Em Euros)
Data	Finalidades (objectivo/Programa)	Entidade Credora	Capital	Taxa de Juro		Prazo de Amortizaçã o	Anos Decorrid os	Anos que faltam	Encargos do Ano		Capital Divida Início	Capital Divida Fim	Encargos do Ano		Capital Divida Início	Capital Divida Fim	Encargos do Ano		Capital Divida Início	Capital Divida Fim	Encargos do Ano		Capital Divida Início	Capital Divida Fim
				Inicial	Actual				Amortização	Juros			Amortização	Juros			Amortização	Juros			Amortização	Juros		
16.07.01	Prejuizos causados pelos temporais - L/C intempéries D.L.38/C-2001 de 8 de Fevereiro (Bonificado) - 9015/00222/0391	Caixa Geral Depósitos	399.038,32	2,400%	2,199%	20	14	6	24.915,26	366,27	150.423,60	125.508,34	24.977,81	302,77	125.508,34	100.530,53	25.039,60	241,00	100.530,53	75.490,93	25.101,52	179,08	75.490,93	50.389,41
16.07.01	Idem (Não Bonificado) 9015/00222/1191	Caixa Geral Depósitos	199.519,16	4,810%	2,224%	20	14	6	13.110,61	388,05	79.649,75	66.539,14	13.176,58	321,08	66.539,14	53.362,56	13.241,88	255,78	53.362,56	40.120,68	13.307,51	190,15	40.120,68	26.813,17
03.06.04	Urbanização áreas de Lazer Queimada, Queimadela, Travanca, Variante Sta. Barbara Armamar; Construção da Zona Industrial; Requalificação Urbana Zona Histórica de Armamar; Projecto e construção Piscina Coberta - 9140/01318/9191	Caixa Geral Depósitos	470.000,00	2,823%	1,682%	20	11	9	35.120,03	2.041,21	315.420,87	280.300,84	35.355,93	1.805,31	280.300,84	244.944,91	35.593,41	1.567,83	244.944,91	209.351,50	35.832,49	1.328,75	209.351,50	173.519,01
14.10.05	Construção da Zona Industrial de Armamar; Aquisição de terrenos em diversas freguesias; Arruamentos, infraestruturas eléctricas, calcetamento nas diversas freguesias do concelho; Caminho Municipal E.M. 544-I-Beneficiação do Troço Tões-Armamar e caminho municipal E. M. 544-I-Beneficiação do Troço queimadela/queimada/Tões e E.M. 545-Beneficiação do Troço Padrão/S. Romão - 9015004571891	Caixa Geral Depósitos	500.000,00	2,485%	4,981%	20	10	10	34.340,60	1.053,36	347.675,45	313.334,85	34.434,79	839,17	313.334,85	278.900,06	34.529,23	744,73	278.900,06	244.370,83	34.623,95	650,01	244.370,83	209.746,88
30.07.08	Const. Adutora de Abastecimento de água da Zona Sul e Poente do Concelho de Armamar e Construção de ETAR's compactas - 9015/ 002481/ 187/ 0019	Caixa Geral Depósitos	150.000,00	4,225%	4,864%	25	8,5	16,5	7.196,79	141,69	119.795,71	112.598,92	7.204,94	133,54	112.598,92	105.393,98	7.213,11	125,37	105.393,98	98.180,87	7.221,29	117,19	98.180,87	90.959,58
01-10-09	Centro Escolar de Armamar	Caixa Agrícola	195.000,00	2,336%	2,288%	20	6	14	10.760,67	2.069,97	164.149,11	153.388,44	10.901,33	1.929,25	153.388,44	142.487,11	11.043,89	1.786,69	142.487,11	131.443,22	11.188,33	1.642,25	131.443,22	120.254,89
22-06-2012	Reestruturação financeira de empréstimos (0108/001457/491 e 9015/00284/1491) - 9015/007504/891	Caixa Geral Depósitos	4.131.977,03	2,560%	2,569%	10	3,5	6,5	434.643,80	24.139,95	2.821.507,26	2.386.863,46	438.665,24	20.837,46	2.386.863,46	1.948.198,22	442.718,01	16.791,39	1.948.198,22	1.505.480,21	446.808,25	12.707,91	1.505.480,21	1.058.671,96
16-11-12	Programa de Apoio à Economia Local - Programa II	Estado Português	987.993,72	2,600%	2,450%	14	3	11	71.355,10	19.097,95	784.906,13	713.551,03	71.355,10	17.272,62	713.551,03	642.195,93	71.355,10	15.500,69	642.195,93	570.840,83	71.355,10	13.728,77	570.840,83	499.485,73
20-12-13	Requalificação e valorização da EN 222, no troço DOC - Quinta da Reduída	Caixa Agrícola	363.000,00	5,340%	5,340%	10	2	8	34.392,27	15.896,49	330.401,73	296.009,46	36.169,84	14.118,92	296.009,46	259.839,62	38.039,30	12.249,46	259.839,62	221.800,32	40.005,38	10.283,38	221.800,32	181.794,94
	TOTAL .....		7.396.528,23						665.835,13	65.194,94	5.113.929,61	4.448.094,48	672.241,56	57.560,12	4.448.094,48	3.775.852,92	678.773,53	49.262,94	3.775.852,92	3.097.079,39	685.443,82	40.827,49	3.097.079,39	2.411.635,57